Diário de Lisboa

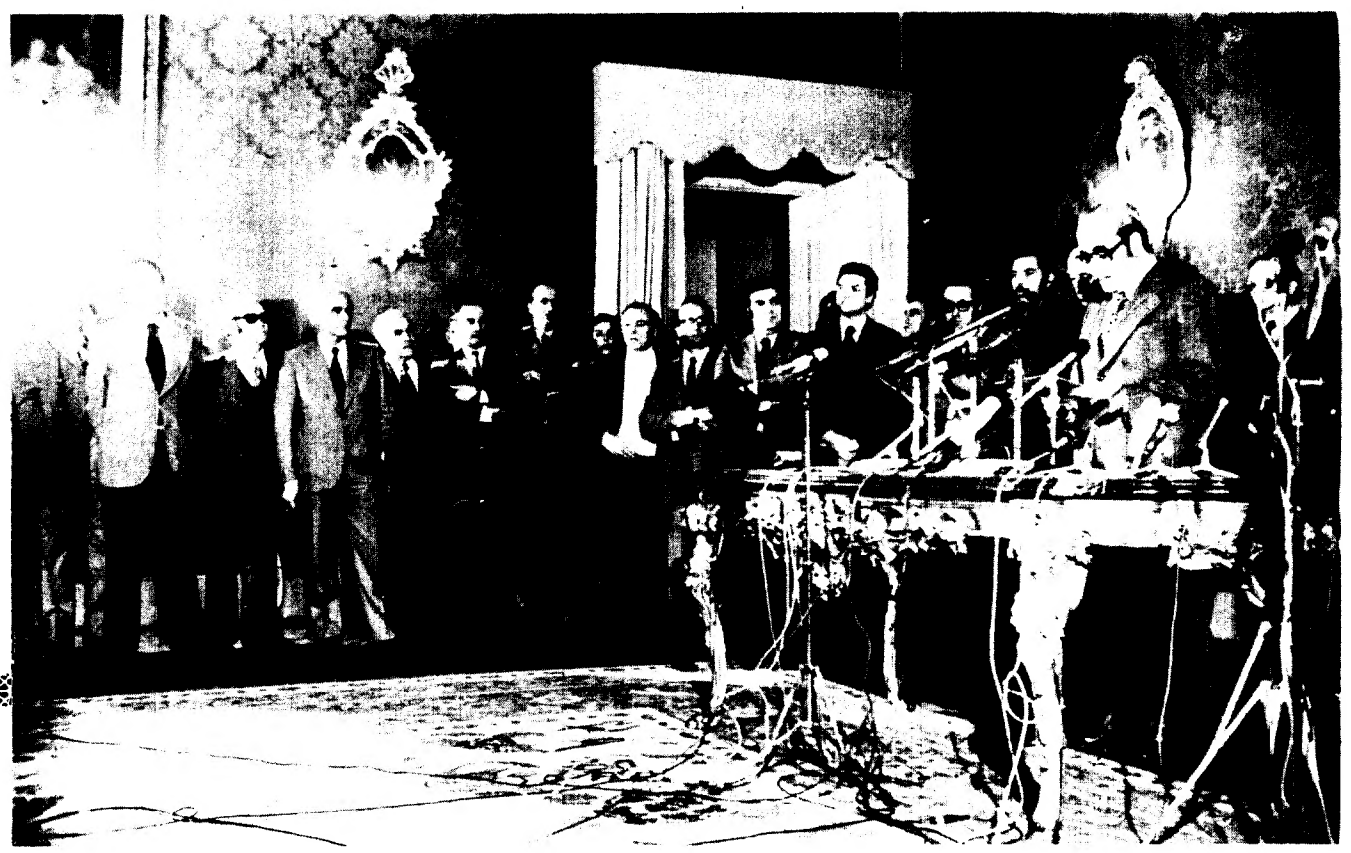
ANO 55.º/18737 4$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

QUINTA-FEIRA 11 ABRIL 1975

LINHAS MESTRAS DA FUTURA CONSTITUIÇÃO

ASSINADO O PACTO



M.F.A.-PARTIDOS

. Representantes de seis partidos assinaram ao princípio da tarde no Palácio de Belém, em cerimónia presidida pelo general Costa Gomes, a plataforma de acordo constitucional proposta pelo M.F.A. e anteontem divulgada a nível nacional, depois de alguns ajustes de última hora decorrentes de contrapropostas partidárias.

Este acto solene de público compromisso entre o M.F.A., por um lado, e o C.D.S., F.S.P., M.D.P./C.D.E., P.C.P., P.P.D. e P.S., por outro, veio culminar os contractos de quase todos os partidos candidatos à Constituinte com o Conselho da Revolução, reatados, recorda-se, na sequência do 11 de Março.

Ontem à tarde o P.P.M., que se julgava poder vir a assinar o acordo, tornou pública uma decisão negativa do seu Directório Político segundo a qual o partido continua a «manifestar apoio ao M.F.A. e à prossecução da via progressista e à coligação governamental», mas tal não basta para alinhar com os seis partidos concordes. Já se sabia, entretanto, que a F.E.C. (m-l), M.E.S., L.C.I., P.U.P. e U.D.P. não assinariam.

RODÉSIA E NAMÍBIA

Apoio da O.U.A. a negociações

DAR ES SALAM, 11 (R) — A Organização de Unidade Africana, (O.U.A.) deu hoje todo o seu apoio à realização de negociações com vista à independência da Namíbia e à transferência do Poder para um Governo maioritário na Rodésia. A conferência ministerial extraordinária da O.U.A. deciciu que os países africanos independentes poderão servir de intermediários nessas negociações para a transferência de poderes para a maioria negra, mas frisou ao mesmo tempo que toda a África deverá estar preparada para intensificar a luta armada de libertação caso falhem as negociações com os regimes brancos de Sa-

Continua na pág. 20

Hoje

ÉVORA

em

Diário de Lisboa

PONTO ELEITORAL

COMISSÁRIO DA ECONOMIA DA GUINÉ EM LISBOA

. «Os inimigos do povo português são também inimigos do nosso povo — declarou Vasco Cabral comissário para a Economia e Finanças do P. A. I. G. C. que ontem chegou a Lisboa acompanhado pelo primeiro embaixador da República da Guiné-Bissau em Portugal eng.º Júlio Semedo.

Continua na pág. 3

28 PÁGINAS

AÇÚCAR AMARGO NA MADEIRA

Junta de Planeamento em Lisboa

Viajou esta manhã até Lisboa a Junta de Planeamento da Madeira, que tentará encontrar junto do Governo Central uma solução para o diferendo surgido no arquipélago no sector de produção da cana - do-açúcar. O clima de agitação culminou ali anteontem com uma concentração de produtores e camponeses diante do Quartel-General, durante a qual chegou a levantar-se a hipótese de os manifestantes ocuparem aquela instalação militar até obterem resposta para o problema.

Concretamente exige-se no sector um aumento por quilo dos actuais 1$10 para 2$50. Chegado entretanto ao Funchal, um técnico da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços contrapôs a decisão governamental de aceitar um aumento de $40 (para 1$50), restringido aos produtores que não ultrapassem as 10 toneladas.

A escalada de agitação começou diante do Q. G. com um disparo de pistola partido de

Continua na pág. 20

P. S. NA CAMPANHA ELEITORAL

Além dos grandes comícios nos centros urbanos, as sessões de esclarecimento nas aldeias de província constituem um dos aspectos mais importantes da propaganda partidária. Na foto, uma reunião do P. S. na Malveira, quando Marcelo Curto usava a palavra

post scriptum

Paz e unificação?

Têm ultimamente aparecido, afixados em vários locais pelo País, panfletos e cartazes de uma organização que se intitula Movimento Mundial Para a Paz e Unificação. Segundo o panfleto que vi (de que junto um exemplar), o dito movimento foi fundado por Sun Myung Moon, da Coreia, e afirma, entre outras coisas, que «a violência e as guerras são uma constante, apesar de cada homem sentir o desejo da paz e da fraternidade», e que «a ideologia 'Unificação' é uma visão global do homem e da vida e apresenta os pontos essenciais das diversas ideologias existentes, trazendo assim a unificação entre os homens».

Ao ver este panfleto, recordei um editorial, há tempos na revista científica «Nature», precisamente sobre o sr. Moon e as suas actividades. A revista «Nature», editada em Londres e altamente cotada no mundo científico, achou por bem alertar os seus leitores para quem é e o que significa o sr. Moon. Penso que também para os leitores do vosso jornal terá interesse a transcrição de algumas passagens desse artigo

«Inúmeras 'crianças Moon' foram importadas do Japão e da Coreia e aparecem ao público americano vendendo velas às esquinas das ruas e enchendo Washington e Nova Iorque de cartazes e panfletos... No Verão, podiam ver-se crianças Moon a rezar publicamente pelo presidente Nixon...

«O dinheiro para estas actividades vem, em parte, das vendas na rua, mas o sr. Moon possui também várias empresas sul-coreanas que produzem, entre outras coisas, chá e armamentos. Diz-se que lhe foram doadas por homens de negócios convertidos à causa...

«Não se sabe se todos os participantes na 3.ª Conferência Internacional Sobre Unidade nas Ciências conhecem o que está por detrás desta organização. A brochura inicial fala do papel da ciência em relação com problemas de valores e de uma via possível para estabelecer um único padrão de valores para toda a Humanidade. O que não diz é que a filosofia fundamental é anticomunista ou que as afirmações do sr. Moon se destinam a deixar nos seus seguidores a impressão de que ele é o segundo Messias.»

Numa segunda publicação é dada uma longa lista de oradores — 62 ao todo — e uma lista ainda mais longa de participantes. Nada menos do que 25 têm a seguir ao nome as palavras prémio Nobel. Mas nenhum dos 150 participantes vem de um país comunista, nem mesmo da Índia, enquanto três são oriundos da Formosa e cinco da Coreia do Sul.

Um inquérito feito ao acaso mostrou que pelo menos alguns nomes da lista não tinham a mínima intenção de participar na conferência. Para alguns, evidentemente, a finalidade da conferência e o que está na sua origem está de acordo com a sua ideologia e não poderão ser criticados por participarem na conferência... Mas muitos outros parecem descohecer por conpleto a organização por trás da conferência e não ter consciência de que a sua presença pode ser usada para dar um ar de respeitabilidade a qualquer coisa com a qual estariam em desacordo...

Zilda Gama Carvalho — Lisboa

As touradas

Li, com atenção, no vosso jornal de 3 e 5 do corrente, na secção «Post Scriptum», as opiniões acerca das touradas no nosso país. Verifica-se haver uma pessoa pró e três contra. A estas venho juntar a minha opinião contra tal espectáculo, que classifico de degradante.

Nunca me esquece, quando vivi em Coimbra, ainda em plena guerra colonial, ouvir alguém dizer num café: «E arroga-se este País o direito de se dizer civilizado, quando consente que, em Lourenço Marques, se monte uma praça de touros».

E, já agora, permita-me que, sobre a epígrafe «Cega e criança; gente; automóveis», publicada na mesma secção, diga que cenas dessas, como, aliás, muita gente, estou farto de as ver.

Pena é que se perca tanto tempo na TV em programas em que se pretende atribuir todas as culpas aos peões, se eles nem já nos passeios podem andar!

Havendo já um Código da Estrada, não seria oportuno a publicação de um Código do Passeio?

António Paixão Mourão — Lisboa

Limpar as paredes

Como é do conheçimento geral, os partidos políticos andam a fazer uma intensa propaganda, colando cartazes e escrevendo em toda a parte os seus «slogans». Surge agora uma pergunta: Quem limpará toda esta propaganda?

Vou citar uma medida que talvez fosse de ter em conta, não só pelos partidos políticos em geral, como também por alguém de direito: após as eleições, todos os partidos que fizeram propaganda deste género, vencessem ou não, deveriam ser obrigados a limpar tudo o que sujaram e arranjar aquilo que estragaram.

Creio ser uma medida justa, visto que, se alguém faz qualquer observação ao facto, ainda é insultado. Fica a sugestão esperando que seja útil!...

Fernando Tomás Luís — Coimbra

CARTAS DO BRASIL

EXERCÍCIO DE MEMÓRIA

Por CHIANCA DE GARCIA

Houve uma época, ainda no tempo de Salazar, mas especialmente nos anos da lenta deterioração de Marcelo Caetano, em que tudo que é nome importante no colunismo social brasileiro: nas poltronas da Academia, nas bancadas do Parlamento, na actividade do jornalismo assinado (dessa, como sempre, salvou-se Carlos Drummond de Andrade) — passou a receber convites para visitar Portugal, promessa de paraíso com tudo pago, presença em lugares históricos, banquetes, retiros fadistas, sessões comemorativas, abraços luso-brasileiros, etc., etc.

No entanto, no Brasil, tanta generosidade intrigava os que não iam descontentes ou desconfiados: — o que será que eles pretendem?

Ninguém adivinhava. Mas eu sabia. Sabia porque durante quinze anos me dediquei a espiolhar cuidadosamente os subterrâneos do Palácio de São Bento. E muitas vezes encontrei uma ou outra notícia fortuita que passava despercebida à censura. Às vezes adivinhava. Outras vezes — reconstituia.

Quis o acaso que certa vez consegui pegar o fio de uma longa meada que iria formar-se no gabinete do ditador.

Perdoem ter de voltar ao passado.

É que em ano hoje remoto um ministro de Sua Excelência sentindo na moleirinha como que o famoso *estalo* do padre António Vieira, ousou dizer-lhe, a tremer:

— Execelência, nós, sozinhos não podemos manter esta interminável guerra nas províncias ultramarinas. Mas, excelência, com habilidade podemos ter a nosso lado todo um exército, toda uma esquadra, e toda uma força aérea...

— Você bebeu?

— Não, excelência, mas tive uma ideia...

— Em Portugal, a não ser eu, quem tem o direito de ter ideias?

— Deus. Sim, foi Deus que me inspirou.

— Onde estão essas forças ocultas?

— No Brasil, excelência.

— Ora bolas!

— É um ovo de Colombo. Uma isca que nos levará a convencer os brasileiros de que o Atlântico é nosso. Deles, e nosso. E com esse argumento estabeleceremos o estatuto de luso-brasilidade. Seremos uma pátria só... O que é nosso é deles, o que é deles é nosso. Então uma boa conversa, e como estamos sustentando uma guerra em África, os brasileiros terão de assinar um compromisso de lutar a nosso lado. Para começar teremos de ser gentis. Por exemplo, damos-lhes de graça as cinzas do nosso D. Pedro IV, que, para eles, é o símbolo da independência...

— Mas eles são desconfiados. E depois no Brasil há liberdade. Fala-se. E quando o povo fala...

— Meu plano é começar trazendo do Brasil todos aqueles que fazem por lá opinião. Concorda?

— Desde que eu não os ature. Mas é preciso agir em sigilo.

Seria para nós, um fracasso, e para você o patíbulo. (Esse ex-ministro, porém, ainda está vivo).

Desculpem a digressão. Mas foi assim que começaram a chegar os convidados de que falei acima.

Vejamos agora as consequências. De volta, toda aquela fauna pretensamente de *elite*, começou a publicar livros, livrinhos e livrecos exaltando Portugal. Em poucos anos saíram centenas de hossanas em louvor da lusitanidade comum.

Lembro alguns títulos ao acaso: «O idioma que nos veio de Camões», «De mãos dadas», «Duas pátrias irmãs», «O elo do Atlântico», «Encontro com o futuro», «O lar comum». Coisas assim. E quando certo jornalista deu à luz a sua obra, colocou-lhe este título que me revoltou: «Portugal Meu Avôzinho», então...

Sim. Aí perdi a cabeça, e logo dei o meu grito de revolta: — «Chega! Chega de tratarem Portugal de avôzinho. Portugal não é avô de ninguém. Portugal é um país que mais ou menos tarde há-de ser mais jovem dos que hoje tanto se envaidecem com a sua juventude». Sim leitor. Isto foi publicado no «Diário de Lisboa», por volta do ano de 1967.

Mas agora, em véspera de eleições em Portugal, quando tumultos hão-de ser organizados pelos que estão refugiados na Espanha e no Brasil, no intuito de estabelecer a desordem, a provocação e de confundir o Povo, um povo jovem que mal se apercebe de que está sendo vítima de ambições vestidas de ódio, agora, leitor, acredite, eu gostaria de estar em Lisboa ao lado dos que lutam pelos eternamente humilhados. Porque há uma coisa: — se Jesus Cristo ressurgiu ao fim de algumas poucas horas pregado na cruz, a verdade é que o Povo está ressurgindo num indeciso *alvoroço*, após meio século, preso de pés e mãos, na cruz inquisitorial de Salazar. E é esse *indeciso alvoroço* que os centuriões, com as suas siglas e a cruz armorial do Vaticano, pretendem perturbar de todo o jeito.

Mas voltando à nossa história. De facto, as solenidades imperiais formalizam-se. Aqui chegaram as cinzas de D. Pedro IV, rei de Portugal. Festas. Contactos. Insinuacões. Promessas. Mas na hora final quando ousaram pedir soldados, navios e aviões para ajudarem na guerra de África, o Governo brasileiro, sorrindo, mas com a maior firmeza deu-o-fora, como se diz por aqui.

Catástrofe. Foi aí que começou a lenta agonia de Marcelo Caetano, muito embora esteja hoje confortavelmente instalado neste mesmo Brasil, onde goza o privilégio de ser recompensado pelos banquetes e festas que ofereceu em Portugal.

Mas é preciso esclarecer um facto. *Foi a decisão do Brasil que, de modo definitivo,* levou o Exército português a compreender que a derrota era inevitável. E para isso em nada contribuiu António de Spínola. Quem fez o 25 de Abril foi a juventude das Forças Armadas de Portugal. A revolução deu-se, por assim dizer, sem o apoio do ex-general.

Há pormenores que se repetem. Na implantação da República brasileira foram arrancar do leito, onde estava quase agonizante, o marechal Deodoro, eleito presidente do alto de uma janela, talvez de pijama. Spínola estava talvez contando em família histórias das suas caçadas em África.

Portugal sabe que o Brasil faz parte do bloco ocidental, onde já se chegou a falar em *milagre brasileiro*, muito embora, hoje, o Governo reconheça a necessidade de controlar os lucros das chamadas empresas multinacionais. Em compensação, com o petróleo surgindo ao longo do seu mar litoral, o Brasil prepara-se para resolver os seus problemas secularmente básicos de infra-estrutura, causadores de graves problemas sanitários, miséria, mortalidade infantil, etc. Isso, a nós, portugueses, só nos pode orgulhar.

Por sua vez, o Brasil sabe que *em Portugal, há noventa por cento de pobres e dez por cento de muito ricos*. Ora os brasileiros conhecem o que é o peso desse imenso desequilíbrio, que, agora, estão começando a alterar. O Brasil, portanto, já existe, *esta feito*. Portugal procura apenas *refazer-se*. Já chegou, talvez, a hora de trocarmos os papéis. Portugal não quer mais ser avôzinho dos brasileiros. Quer ser uma nação jovem. Entende que deve fazer as suas experiências. Porque não há-de o Brasil encará-lo com simpatia? Agora, são os portugueses os jovens. E Brasil o avô. E para isto acontecer que falta? Apenas uma coisa. Que Portugal descubra uma personalidade de alta qualidade moral. Firme de carácter. Um homem que *entenda* o Brasil, e reate entre as duas nações os velhos laços perdidos desde a implantação da República no Brasil.

Para correspondência: Rua Fernando Mendes, 38 Apt.º 908. Copacabana — Cidade do Rio de Janeiro. Estado do Rio.

TURQUIA

A DEMOCRACIA EM PANNE

Por OLIVIER POSTEL-VINAY

ANKARA — **Metade dos turcos são analfabetos. Como há-de uma democracia à ocidental funcionar normalmente nestas condições?** Isik, que foi ministro da Defesa no Governo de Ecevit, depois de ter representado o seu país em Paris, fala correntemente o francês. **No entanto**, diz ele, **estamos condenados à democracia. Com efeito, por um lado estamos encostados à Rússia Soviética e à Bulgária, e pelo outro aos Estados Teocráticos árabes. A única solução viável para a Turquia, se ela quiser evitar esses dois escolhos, é voltar-se resolutamente para a Europa Ocidental e ir a pouco e pouco instaurando uma democracia à ocidental. Foi isto que Mustafa Kewal (Atatvrk) compreendeu perfeitamente, é esta a via que ele escolheu e também o objectivo que temos em vista.**

Dá-se conta de que antes da queda da ditadura, em Atenas, eramos uma pequena ilha de democracia?

Este tipo de discurso nada tem de excepcional. Ele é retomado, com variantes, pela maioria dos quadros políticos e administrativos e pelos meios de negócios. **As suas eleições são livres?** Orhan Dvru, jovem jornalista de um grande quotidiano, especialista em política interna, fica sério, responde secamente: **Nem mais nem menos do que em França.** Com efeito, as estruturas políticas da Turquia são as de uma democracia ocidental: as eleições são livres (fazem-se sob um controlo de um juiz), o modo de escrutínio é tão democrático como em França ou na Grã-Bretanha, e, em tempo normal,, são os deputados quem manda. Também em tempo normal a Imprensa é livre.

8 O equilíbrio de poderes é garantido pela existência de um Senado, de um Tribunal Constitucional, de um Conselho de Estado. **O habeas corpus**, o direito à greve, o direito sindical, as liberdades de associação e de manifestação, o direito à Segurança Social, estão inscritos na Constituição, e o Tribunal Constitucional — já várias vezes o fez — pode abolir uma lei que os ataque.

AS LIBERDADES: UM PARENTESIS

Este belo edifício é mais do que uma capa. É um conjunto de princípios aos quais a classe política adere e que são aplicados «em tempo normal». O pior é que os tempos raramente são normais, tão vivas se mostram as tensões sociais. A economia e a sociedade turcas estão em plena mutação, e a democracia acorda com dificuldade. Certos artigos da Constituição de 1960 servem de preservativo: assim, nenhum partido pode defender o comunismo, nem pôr em causa a laicidade do Estado, nem militar pelo separatismo regional (o separatismo curdo, principalmente). Por outro lado, O Conselho Nacional de Segurança dá assistência ao conselho de ministros, através das suas recomendações fundamentais quanto aos problemas de segurança. Por fim, os artigos do Código Penal inspirados no fascismo italiano, portanto em contradição com a Constituição, permitem, se for necessário, anular, quanto ao essencial, as garantias individuais.

Quando em Março de 1971 os militares tomaram a direcção do Estado, adoptaram uma série de emendas constitucionais que reduzem as liberdades públicas a bem pouca coisa, e reforçam o poder do Conselho de Segurança. Este **recomenda ao Conselho de Ministros os seus pontos de vista fundamentais quanto às decisões que toma em matéria de segurança**. Na prática, essas emendas, tal como os antigos «fascistas» do Código Penal, foram postos de parte desde as eleições de Outubro de 1973. No fim do ano passado, segundo o testemunho de personalidades da extrema-esquerda, nas prisões já não havia nenhum preso político. Mas o processo de anulação dessas emendas pelo Tribunal Constitucional ainda não foi oficializado, e a esquerda vive no receio de as ver aplicadas de novo.

Não nos olhe como um Ocidental, declaram-nos. **Como se**

Continua na pág. 18

Nacional

VASCO CABRAL (P.A.I.G.C.) EM LISBOA

"Inimigos do povo português são inimigos do nosso povo"

Continuação da pág. 1

Vasco Cabral, que vai permanecer no nosso País cerca de uma semana, referiu-se também a tentativa de golpe reaccionário registado no seu País, e a esse propósito sublinhou:

«No nosso País, também certas forças reaccionárias que estavam ligadas ao colonialismo português prosseguem os mesmos objectivos. Foi o que pudemos apurar da tentativa recentemente descoberta na Guiné-Bissau, e que aniquilámos. Há estreitas relacões entre as forças reaccionárias aqui em Portugal e no nosso país, e o ex-general Spínola, que representava exactamente esse colonialismo português é o homem ligado a tais intentonas.»

Neste sentido, o dirigente guinéu apontou ainda o ex-general Spínola como um dos responsáveis pelas acções contra-revolucionárias.

Vasco Cabral salientou também que a sua vinda a Portugal está relacionada com a discussão de diversos problemas económicos, nomeadamente os que se referem à transferência do B. N. U.. Além disso, a Guiné-Bissau sente igualmente as dificuldades próprias da fase de reconstrução nacional que atravessa. Textual:

«Estamos numa fase de transição, temos certas dificuldades de ordem económica. Temos mesmo uma certa inexperiência no que respeita a certas soluções. Acontece que, em Portugal, também se está numa fase nova, em que é preciso construir tudo de novo, pelo que precisamos de trocar ideias que nos podem auxiliar mutuamente e servem ao mesmo tempo para reforçar e estreitar os laços de amizade e cooperação que existem, e são de facto uma realidade, entre os nossos dois povos e as nossas duas Nações.»

Tanto Vasco Cabral como o novo embaixador da República da Guiné-Bissau em Lisboa foram unânimes em acentuar o espírito de cooperação e solidariedade que inspira as relações entre o nosso País e a ex-colónia portuguesa.

Registe-se por último que o comandante Pedro Pires, do P. A. I. G. C. abraçou Vasco Cabral no aeroporto à sua chegada a Lisboa.

OS RESTAURADORES A PRETO E BRANCO

Restauradores: quase concluídas as obras de pavimentação da placa central desta praça. A preto e branco. Brigadas de operários procedem já, efectivamente, à pavimentação do topo da vasta placa que envolve o monumento aos que, em 1640, restauraram Portugal. Muitos serão os turistas que, no próximo Verão, apontarão as máquinas fotográficas para o desenho simétrico da praça embelezada.

PREOCUPAÇÃO DO SINDICATO DOS MÉDICOS COM O "AUXÍLIO" DOS AMERICANOS

Os dirigentes do Sindicato dos Médicos da Região Sul manifestaram grande preocupação, através de um comunicado, quanto a perigos que poderão advir para a revolução em curso no nosso país, da aceitação de programas de auxílio que o Governo dos Estados Unidos da América se propõe oferecer a Portugal nos campos da saúde e assistência.

O auxílio norte-americano destina-se à construção de um Centro de Saúde, em Oeiras, e de hospitais em Lisboa e no Porto e numa cidade do Sul, mas seria precedido do envio de numerosos «técnicos» e «consultores» através da Agência Internacional para o Desenvolvimento (A. I. D.), acusada pelo Sindicato dos Médicos de estar envolvida em manobras repressivas e contra-revolucionárias nos países a que tem acesso, tais como o Vietname, o Camboja, nações sul-americanas, etc.

«O próprio presidente Nixon, salienta o comunicado, foi forçado a reconhecer o carácter expoliativo que os E. U. A. impunham às nações latino-americanas, após Nelson Rockefeller ter denunciado, num relatório, o auxílio hipócrita, através de organismos de dominação imperialista, onde estariam incluídos a A. I. D., o Exinbank, o Banco Mundial e outros mecanismos de opressão capitalista».

Prosseguem os médicos: «Em Portugal, é de estranhar que no tempo de regime de Salazar-Caetano, apesar das relações de amizade existentes com o Governo americano, esta «prestimosa instituição» não tenham «auxiliado» quando a saúde estava num caos e não se antevia possibilidade de melhoria».

Os signatários declaram que «não são contra qualquer forma de auxílio franco e desinteressado, mas manter-se-ão sempre vigilantes para que esta ajuda não represente qualquer forma de dominação ou dependência política ou económica».

CONSTRUÇÃO CIVIL

Salários iguais no Norte e Sul

A equiparação do horário de trabalho entre o Norte e o Sul do País é um dos pontos da decisão governamental que pretende resolver o conflito de trabalho entre oo Sindicatos da Construção Civil do Norte e o respectivo Grémio.

A ruptura nas negociações levou as partes interessadas a constituir, em 5 de Março, uma comissão técnica com poderes arbitrais, integrada por representantes das Secretarias de Estado das Obras Públicas, Trabalho, Abastecimento e Preços e habitação e Urbanismo. Dos trabalhos dessa comissão resultou a decisão governamental, agora tornada pública pelo Ministério do Trabalho.

A decisão apresenta como pontos fundamentais os seguintes: mensualização dos salários; equiparação do horário de trabalho entre o Norte e o Sul do País; aplicação das tabelas salariais do Sul a partir do dia 1 de Maio, com referência aos meses de Março e Abril, aplicar-se-ão as tabelas salariais em vigor na Ilha da Madeira.

Amigos de Verride

Com a designação de Associação dos Amigos de Verride, foi constituída na localidade do mesmo nome, do concelho de Montemor-o-Novo, uma associação que visa interessar os seus naturais e amigos a colaborar no progresso e prestígio da terra, nomeadamente gerir o sistema de abastecimento de água dos fontanários e domicílios.

Companhia União Fabril

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV.ª INFANTE SANTO, 2 — LISBOA-3

OBRIGAÇÕES CUF, 6% — 1967

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Snrs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o juro correspondente ao cupão n.º 16 na importância de Esc. 26$48,4 conforme se discrimina a seguir :

Juro ilíquido	30$00
Impostos	3$51,6
Juro líquido	26$48,4

O pagamento de juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito :

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL
BANCO DA AGRICULTURA
BANCO DO ALGARVE
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FERNANDES MAGALHÃES
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
BANCO PINTO & SOTTO-MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
CREDIT FRANCO-PORTUGAIS
BANCO DO ALENTEJO
BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
BANCO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL VISIENSE
PANCADA, MORAES & C.ª

Lisboa, 11 de Abril de 1975.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

«A SACAVENENSE»

COOPERATIVA DE CONSUMO, S. C. R. L.

Sede Social :

R. António Ricardo Rodrigues

S A C A V É M

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ao abrigo do Art.º 41.º e alínea § 2.º do Estatuto, convoco a Assembleia Geral, a reunir em sessão extraordinária, no nosso Edifício-Sede, em primeira convocação, no dia 28 de Abril de 1975 elas 20.30 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Discussão de uma proposta para congelamento por dois anos do retorno referente a 1974, bem como de outras propostas tendentes a facilitar o acabamento das obras da nossa Sede.

Sacavém, 2 de Abril de 1975.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) **Gilberto Lindim Ramos**

Nos termos do Art.º 44.º do Estatuto, se à hora marcada a Assembleia não reunir com a presença da maioria absoluta dos sócios no pleno gozo dos seus direitos, reunirá uma hora depois, com qualquer número de sócios.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

3.º Sector — **Concelho de Lisboa**: Av.ª de Ceuta (parte), Cd.ª da Quintinha, Cd.ª dos Sete Moinhos, Cd.ª do Baltatiar e imediações. (Das 8 às 12 horas).
4.º Sector — B.º S. João Lopes 6 a 15. (Das 8 às 12 horas). Av.ª Ventura Terra, Az.ª das Galhardas, Est.ª Telheiras, 124 a 146 e de 115 a 161. (Das 8 às 12 horas).
5.º Sector — Cd.ª do combro, 1 a 47. (Das 8 às 12 horas).
6.º Sector — L.º de S. Julião, 1 a 23. (Das 8 às 12 horas).
8.º Sector — Rua Martens Ferrão, 24 a 32, Av.ª Fontes Pereira de Melo, 17 a 33. (Das 8 às 12 horas). Rua Carlos Mardel, 28 a 100 e de 93 a 101. (Das 8 às 12 horas).
9.º Sector — Rua Nova do Grilo, Rua de Marvila (parte), Rua Ilha do Grilo (Das 8 às 12 horas). Rua Gualdim Pais, Trav.ª da Amorosa e imediações. (Das 8 às 12 h.).
1.ª Zona — **Concelho de Oeiras**, Bairro da Solátia-Células 6, 9, 13 e 14. (Das 8 às 14 horas).
OEIRAS: Bairro Dr. Augusto de Castro, Av.ª Rio de Janeiro, Rua da Figueirinha, Rua Embaixador Augusto de Castro, Av.ª Artur Cupertino de Miranda, Av.ª Embaixador Assis Chateaubriand e imediações. (Das 8 às 14 horas).
VENDA NOVA: Rua Latino Coelho e imediacões. (Das 8 às 14 h.)
2.ª Zona — **Concelho de Cascais-ESTORIL e ALTO ESTORIL**: Av.ª dos Bombeiros Voluntários, Rua Sousa Martins, Rua Câmara Pestana, Rua da Beira Litoral, Rua da Beira Alta, Rua Dr. António Martins, Rua do Porto, Av.ª Portugal e imediações, Rua António Martins, Rua dos Cedros, Rua Joaquim dos Santos, Rua Martins Said, Rua da Dinamarca, Rua de França, Vale de St.ª Rita e imediações. (Das 8 às 14 horas).
CASCAIS: Rua João Luís de Moura, Rua Emídio Navarro, Rua Marquês das Minas, Rua Monte Carmo, Rua Vasco da Gama, Rua Passos Vela, Rua Mestre Taborda, Rua Gomes Freire, Rua José Inácio Roquete, Rua Freitas Reis, Trav.ª Visconde da Luz e imediações. (Das 8 às 15)
PAMPILHEIRA: Rua Cesário Verde, Rua Afonso Lopes Vieira e imediações.
BIRRE: Est.ª da Areia. Rua dos Gladíolos. Rua das Madressilvas, Rua das Buganvilas, Rua dos Cravos e imediações. (Das 8 às 14 horas).
3.ª Zona — **Concelho de Sintra — MEM-MARTINS**; Est.ª Mem-Martins, L.º Artur Soares Ribeiro, Rua dos Casais, Rua do Coudel, Rua da Costa do Sol, Rua das Figueiras, Rua das Rosas, Rua dos Cravos, Rua Penedo do Mocho, Rua Penedo da Vigia. Trav.ª Penedo da Vigia, Trav.ª das Queijadeiras, Trav.ª do Poço Novo, Trav.ª Lago da Marinha e imediações. (Das 8 às 14 horas).
MASSAMÁ: Rua Direita de Massamá, Est.ª Nacional n.º 249, Rua dos Bem Casados, Rua do Casal do Olival, Rua João Lucas, L.º Capelão João Soares, B.º das Terras da Várzea e imediações. (Das 8 às 14 h. Abelheira. (Das 8 às 14 horas).
4.ª Zona — **Concelho de Mafra**: Igreja Nova (parte Sul). (Das 8 às 14 horas).
Gorcinhos, Casal Mourão, Sobreiro, Achada, Caeiros, Cerâmica dos Leitões. (Das 8 às 15 horas).
5.ª Zona — **Concelho de Vila Franca**: Vala do Carregado. (Das 8 às 14 horas).
6.ª Zona — **Concelho de arruda dos Vinhos**:
Quinta da Moita, Pontes de Montalim. (Das 8 às 14 horas).
7.ª Zona — **Concelho de Alenquer**: Abrigada. (Das 8 às 14 horas).

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

PROGRAMA DE RÁDIO

A C. D. P. passa a dispor semanalmente de um programa de rádio de 15 minutos, onde procurará manter uma informação dos principais problemas dos professores.

Assim, às **Sextas-Feiras, entre as 00.45 e a 1.00 horas,** na Onda Média do Rádio Clube Português (Programa **Alavanca**), poderão os professores estar em contacto com o seu Sindicato.

OUVE O TEU SINDICATO!

DIVULGA O PROGRAMA!

ESTATUTO DO SINDICATO (anteprojecto)

Os Delegados Sindicais que ainda não levantaram os anteprojectos para distribuição podem fazê-lo na Rua das Gaivotas ou na Rua do Conde Redondo.

A COMISSÃO DIRECTIVA

De ontem para hoje

AS CONSTITUINTES NA ACADEMIA

«Constituintes» foi o tema da comunicação apresentada pelo dr. Braga Paixão, durante a reunião da classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, a que presidiu o prof. Jacinto do Prado Coelho, ladeado pelo prof. Moses Aruzalak e pelo dr. Mário Martins.

Braga Paixão começou por explicar que o termo «constituinte» que para si mesma adoptou a Assembleia Nacional francesa, em 1789, resultara, por decisão revolucionária, da fusão dos «Três Estados», convocados por Luís XVI, e exprimira o propósito de criar e impor uma nova estrutura política para o País e chamar a si o exclusivo do poder soberano.

Continuando, disse que assim foram, em primeiro lugar, mencionadas as Cortes espanholas de 1812, que funcionaram em Cádis e aprovaram uma Constituição, a que se deu o nome daquela cidade. Daqui veio iniludível sugestão para acontecimentos em Portugal: o pronunciamento militar de 1820, no Porto, e subsequentes factos, até às Cortes Constituintes que votaram a Constituição Política da Monarquia portuguesa, de 1822.

Depois de mencionar outros organismos de tipo parlamentar, fez longa referência à Assembleia Nacional Constituinte de 1911, que elaborou a primeira Constituição Política da República. Citou também as câmaras com poderes constituintes, que aprovaram alterações à lei fundamental de 1911 e, a terminar, referiu-se ao facto de ter havido posteriormente organismos que operaram na adopção de textos constitucionais. Sobre eles, porém, ainda não pode recair análise de tipo histórico por se não oferecer para tanto a perspectiva necessária.

■ INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

O ministro da Indústria e Tecnologia, eng. João Cravinho, recebeu o embaixador dos E. U. A., Frank Carlucci, que se fazia acompanhar do seu conselheiro comercial. Também o embaixador da Polónia foi recebido por aquele membro do Governo e pelo secretário de Estado da pasta.

■ 530 CONTOS NUM PNEU...

Na fronteira do Caia, foi detido um casal português que pretendia passar-se para Espanha em automóvel, levando consigo 530 mil escudos em notas de banco, cuidadosamente escondidas no pneu sobressalente. No veículo, minuciosamente revistado, foram ainda descobertos vários talões de depósito bancários efectuados no país vizinho. As autoridades não revelaram as identidades dos detidos.

■ DEMITIDOS

Nos termos do decreto-lei de saneamento, foram demitidos da função pública o técnico estatístico de 1.ª classe Alfredo José Andresen Martins Guimarães e o chefe de secção Hélio Grevi Pereira, do Instituto Nacional de Estatística.

■ WATERGATE

«Watergate deve representar sério aviso para o povo americano reforça a vigilância em torno do funcionamento das instalações democráticas», disse o historiador Henry Keith, durante uma palestra no Centro Cultural Americano, subordinada ao tema «Sistema eleitoral americano». Keith considerou «facto inegável, mas comum a qualquer nação» a corrupção na política norte-americana.

"O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ENTRAVA O PROCESSO DE SANEAMENTO"

«O Ministério da Justiça nada fez para dinamizar o levantamento de processos de inquérito a todos quantos, por terem desempenhado certas funções ou, de alguma forma, se encontravam comprometidos seriamente com o regime fascista, deveriam ser os primeiros a ser averiguados, o que não é o mesmo que dizer, a ser punidos. O Ministério da Justiça entravou o processo, esgrimindo com os velhos e falaciosos princípios de independência e da irresponsabilidade do juiz, para impedir a simples abertura de processos de inquérito» — afirmou numa declaração prévia, o dr. Pereira da Silva, vice-presidente da direacção do Sindicato dos Delegados do Procurador da República, no decorrer de uma conferência de Imprensa no Tribunal da Boa Hora.

Um dos elementos da direcção recordou a propósito o processo recentemente seguido em relação a um colega, dr. Norman de Mascarenhas, que em função das afirmações publicadas no nosso jornal, foi tirado das «luzes do público», quando estava à frente do processo contra Ramiro Valadão e transferido para os tribunais cíveis.

«Porém, o que o nosso Sindicato pensa — prosseguiu — é que deveria ser levantado um inquérito a este colega, a fim de provar a veracidade ou não de ter pertencido à F. E. N., conforme o «Diário de Lisboa» afirmou».

Os membros da direcção abordaram em seguida «a campanha de calúnias» movida em certos sectores da magistratura e pelo próprio Ministério da Justiça contra aquele sindicato e os membros da direcção e rebateram as afirmações contidas num comunicado daquele Ministério em que este insinuava estar» a direcção interessada na confusão nos tribunais».

A campanha anti-Sindicato lançada pelo Ministério e os referidos sectores têm afastado do Sindicato grande número de colegas com o evidente propósito de nos dividir e de nos atirar uns contra os outros. É que para os espíritos autoritários e «incapazes de dialogar não há melhor desculpa do que pretender fazer crer que não têm interlocutor válido».

Acusaram concretamente o titular da pasta, dr. Salgado Zenha, de se furtar constantemente ao diálogo com a direcção do Sindicato, tendo anulado inclusivamente uma audiência, horas antes de se realizar, «reservando-se o direito de receber se bem entendesse e considerou, em comunicações, que o Sindicato não «tem existência legal». Verberando ainda «severamente a actuação do Ministério da Justiça» pediram-lhe que «prove o que insinuou, nomeadamente, quando pretende fazer crer que este Sindicato está ao serviço de certas forças políticas. E afirmaram: «Como não somos instrumentalizados pelo Partido Socialista, também não o somos por qualquer outra organização».

A concluir, foram tecidas considerações sobre a inoperância daquele Ministério no que respeita à reforma judiciária e na «tão apregoada criação da Escola Nacional de Magistratura». Salientaram que existem neste momento 40 comarcas sem juízes há mais de dezoito meses, enquanto muitos delegados se vêem sobrecarregados com a responsabilidade de dois tribunais em média por cada um, o que os obriga a «mal ver os processos», como titulares da acção penal, representantes de ausentes, menos incapazes e do próprio Estado. Referiram, ainda, a propósito, os fracos ordenados que paralelamente lhe são pagos (9035$00), em contrapartida com os auferidos pelos escrivães do cível que atingem os 13 mil escudos.

AUTORES PORTUGUESES

Uma nova tradução em castelhano de «A Ilustre Casa de Ramires», de Eça de Queiroz, acaba de ser publicada em Havana, segundo informação que nos chega da Embaixada de Portugal na capital cubana. Tiragem: 80 mil exemplares.

Igualmente de Eça, vão ser publicados em breve «O Crime do Padre Amaro», «As Cartas de Fradique Mendes» e uma reedição de «A Relíquia». Entretanto, preparam-se edições de «O Hóspede de Job», de José Cardoso Pires, «Seara de Vento», de Manuel da Fonseca, e «Amor de Perdição», de Camilo Castelo Branco.

Por outro lado, leitores do Instituto Cubano do Livro estão a considerar a hipótese de tradução de mais oito originais portugueses.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

CALÇADA DE SANTOS, 3-2.º — LISBOA

AVISO

Avisam-se todos os sócios e utentes do Sindicato que está em curso a transferência de alguns serviços Administrativos e de Acção Sindical para a Avenida D. Carlos I, n.º 42-2.º.

A fim de procurar atenuar as inevitáveis perturbações resultantes desta mudança e da elevada quantidade de documentos a transferir, continuam a funcionar, durante algum tempo, na Calçada de Santos, n.º 3-2.º-Esq.º, os seguintes serviços:

Admissão de sócios
Tesouraria
Informações
Contencioso

As dúvidas que surjam quanto ao encaminhamento de qualquer problema ou assunto de interesse para os sócios, serão esclarecidas pelos funcionários e dada a proximidade das duas instalações, estamos certos que não surgirão grandes dificuldades.

Há cerca de um ano que vínhamos procurando solução para a instalação dos serviços, pois mesmo antes do 25 de Abril já se revelavam insuficientes e ultrapassadas, não existindo uma única sala onde fosse possível efectuar uma pequena reunião de sócios.

Lisboa, 6 de Abril de 1975.

A COMISSÃO DIRECTIVA

BRASÍLIA

UM NOVO CARRO A MESMA MARCA

EM EXPOSIÇÃO ATÉ ÀS 23 HORAS DE 1 A 15 DE ABRIL, DIAS ÚTEIS

AUTO MONUMENTAL DO AREEIRO, SARL

AVENIDA PADRE MANUEL DA NÓBREGA, 10-A

LUSOMUNDO

O FASCISMO... A TRAIÇÃO... OS MORTOS...
Tudo resultou inutil, até mesmo o seu falso conformismo!

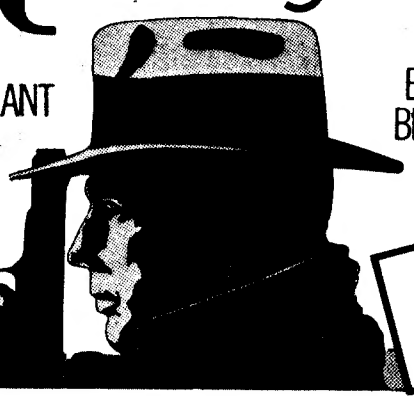
O CONFORMISTA

com
JEAN-LOUIS TRINTIGNANT
STEFANIA SANDRELLI
DOMINIQUE SANDA

um filme de
BERNARDO BERTOLUCCI

Não aconselhável a menores de 18 anos

Technicolor



3.ª SEMANA CALEIDOSCÓPIO

Nacional

Crónica cinegética

Por NABAIS DA CUNHA

A CAÇA QUE LISBOA COME

Devido ao sistema, verdadeiramente feudal vivido durante muitos anos consecutivos, enxameou-se despudoradamente a zona latifundiária do país de coutos de caça, à boa maneira medieval. Só faltou ressuscitar os nobres de antanho, classe parasitária, orgulhosa, intriguista e brigona, para nos julgarmos ainda na época em que o povo foi vítima da opressão do despotismo dos poderosos e humilhados pelo clero e pela nobreza. Os novos «nobres», os do dinheiro, porém, não foram melhores que aqueles. Argumentando que a caça carecia de fomento e protecção, a classe substituta da nobreza forjou o monopólio desta riqueza nacional cerceando as suas possibilidades de usufruto às classes desprotegidas e espoliadas a exemplo do que sucedera noutros tempos em que, como nos ensina a história, os nobres de «saudosa memória» e a terra privilegiada constantemente faziam má sombra às classes trabalhadoras, pelo uso e pelo abuso dos seus privilégios. E o certo, na realidade, é que o monopólio da «res nullius» chegou a tomar aspectos epidémicos em parte importante do País através da terra coutada, em grandes extensões, os bem instalados na vida usurparam a riqueza venatória às classes desprotegidas de fortuna. Após a instituição, autenticamente anómala, de coutos, cujos terrenos em grande parte foram criminosamente conservados incultos durante anos consecutivos, forçando a classe rural ao desemprego e à miséria e à fome, o país era forçado a comprar no estrangeiro géneros alimentícios que as terras portuguesas não produziam (por serem destinadas à criação de caça de luxo), trigo, arroz, leite, azeite, carne, etc. caiu sobre a região latifundiária outra grave epidemia que consistia em permitir dos aramados em grandes áreas andaço que o Decreto-Lei n.º 354-A-74, de 14 de Agosto do ano findo veio medicamentar considerando livre, para efeitos de caçar. Este mesmo diploma emprestou ainda ao problema venatório apreciável grau de moral e honestidade, convindo no entanto a sua revisão no sentido de o depurar de algumas lacunas de que enferma.

Pois apesar da chusma pestilenta de coutos instituídos segundo o iniquo regulamento de 14 de Agosto de 1967 (e já anteriormente outros diplomas fomentaram esta maneira de usurpação da caça ao povo) permitir, que o diploma prepotente que era, no seu artigo n.º 111 dispunha cinecamente que o esbulho da riqueza venatória se destinava a fomentar e a proteger as espécies cinegéticas, mas o que é autenticamente verdade é que as espécies venatórias escasseiam em todo o país mesmo nas zonas onde aquele processo de subtrair mais ou menos fraudulentamente esta riqueza era excessivamente abundante. É o que provaremos irreversivelmente com os números constantes dos elementos que adiante se inserem respeitantes às quantidades de caça, por espécies, que nas épocas venatórias indicadas afluiu ao consumo da capital através do seu comércio.

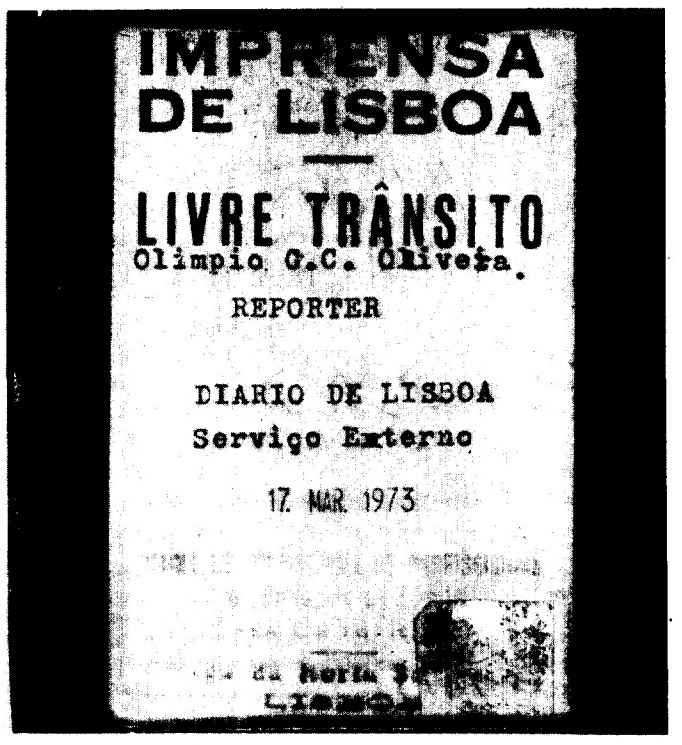
Antes, porém, atente-se que o número de caçadores entre nós tem aumentado sensivelmente desde o ano de 1938 devido à democratização do acto venatório sendo hoje de mais de 120 que naquele ano. Parece, pois, que, tendo aumentado de número os adeptos deste salutar desporto havia só um caminho que deveria ter sido seguido, há anos já, para evitar o escamoteamento e a destruição mais ou menos provável da fauna, seria a tomada de medidas verdadeiramente proteccionistas tais como, além de outras, da diminuição dos dias destinados à prática do acto cinegético, tanto em coutos como em terrenos livres, a instituição de reservas e o repovoamento de espécies. Porém, em vez de se seguir essa estrada donde só benefícios adviriam para todos os interessados enveredou-se pelo monopólio — mais um, claro — da caça copiando os processos há séculos atrás.

OS NÚMEROS

No presente quadro indicamos por épocas venatórias as quantidades das três principais espécies indígenas consumidas, nesses anos, na capital. Através dos números respectivos pode verificar-se a diferença, sempre para menos com excepção da época 66-67, nos períodos indicados o que vem provar insofismavelmente que a abundância de coutos e aramados, praga que enxameava toda a zona latifundiária, especialmente, só serviu para os seus utentes, gente bem, se divertirem não raro á maneira oriental, que não para aumentar a densidade geral das espécies que constituem esta valiosa riqueza nacional como se afirmava sofisticadamente no já citado artigo 111 do referido decreto, o iniquo regulamento de 1967, onde cada artigo dispunha de um aluvião de frases autenticamente mistificadoras que serviam para encobrir a verdade e o esbulho que proporcionava levado a efeito pelos eleitos:

Continua na pág. 18

Épocas venat.	lebres	coelhos	perdizes
1951-52	13 001	56 842	69 409
1956-57	6 413	27 772	55 675
1961-62	5 455	9 677	27 067
1966-67	5 308	17 735	41 330
1971-72	2 530	13 096	10 979
1974-75	587	8 482	3 134



FALSO JORNALISTA EM LUANDA DIZ-SE REPÓRTER DO "D.L."

Um bilhete de «livre trânsito» da Casa da Imprensa para a sua realização «Grande Noite do Fado», em 17 de Março de 1973, serviu a Olímpio G. C. Oliveira para uma contrafacção, mediante a qual passou a apresentar-se como repórter do «Diário de Lisboa» (Serviço Externo).

Desconhece-se quem seja Olímpio G. C. Oliveira, mas o certo é que, no dia 20 de Fevereiro último, a administração da revista «Notícia» de Luanda, enviava-nos da capital angolana o cartão falsificado, que um seu colaborador encontrara na via pública.

Diligências imediatas efectuadas pela direcção do «Diário de Lisboa» junto da direcção da Casa da Imprensa levaram à conclusão de que Olímpio G. C. Oliveira, utilizando o referido bilhete de «livre trânsito», cortara-lhe as palavras **«Casa da»** e dactilografara, no espaço em branco, o seu nome, a categoria profissional (repórter), o jornal («Diário de Lisboa») e o tipo de serviço («Serviço Externo», naturalmente). Posto isto, envolvera o bilhete numa carteira de plástico, dando-lhe assim o ar de um cartão profissional absolutamente em ordem.

Como fora parar o «livre-trânsito» às mãos de Olímpio G. C. Oliveira? É preciso não esquecer que a Grande Noite do Fado era uma realização que envolvia centenas de pessoas, nomeadamente os representantes das inúmeras colectividades populares concorrentes, aos quais, para facilidade de entrada e saída no Coliseu dos Recreios, e apenas para esse fim, eram cedidos «livres trânsitos». Estes, todavia, não tinham qualquer indicação nominal e, muito menos, referências a órgãos de Informação.

Segundo a presidente da direcção da Casa da Imprensa, jornalista Antónia de Sousa, a contrafacção levada a cabo por Olímpio G. C. Oliveira é um facto grave. «Trata-se de um abuso de confiança, ao serviço possivelmente de manobras reaccionárias», diz Antónia de Sousa, em carta que nos enviou.

Acrescente-se que cartões, livres trânsitos ou outros documentos eventualmente passados pela Casa da Imprensa não creditam ninguém como jornalista, mas apenas como associado daquela instituição. Os títulos profissionais de jornalista são passados em Portugal apenas pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas.

TRÊS LIVROS DE "COW-BOYS"...

«Estou a passar fome. Hoje para conseguir dinheiro para os transportes, mandei o meu filho vender três livros de «cow-boys» a vinte e cinco tostões cada um. Já vendi o frigorífico, empenhei a televisão e o candeeiro da sala. Aqui o meu colega sabe perfeitamente que os meus filhos já estiveram um dia e meio a comer pão. Apenas pão e racionado. Quanto à renda da casa, já não a pago há dois meses e tal». Esta declaração dramática pertence a Olga Fernandes. Viúva e com 35 anos. Profissão: vendedora de livros no crediário da Livraria Editora Figueirinhas.

A sua situação não difere muito da dos outros vendedores da firma. Doze. Estão em luta contra a administração. Ocuparam as instalações (?) e apresentaram o seu caderno reivindicativo. As negociações estão a decorrer no Ministério do Trabalho.

Responderam a anúncios do jornal. «Pediam indivíduos com boa aparência, bons conhecimentos para vendedor de livros à comissão». Responderam ao anúncio. Precisavam de ganhar dinheiro e ficaram.

Aceitaram ser comissionistas, isto é, apenas receberem as comissões dos livros que vendessem. Começam a percorrer casas e casas. A receber dezenas e dezenas de «não», «não» e «não». Mesmo assim, segundo nos disse Olga Fernandes e Rocha Correia, o montante das suas comissões elevava-se a mais de 15, 18 e 20 contos por mês.

Só que isso não é legal, pois segundo o Contrato Colectivo de Trabalho assinado entre o Grémio dos Editores e Livreiros com o Sindicato Nacional de Caixeiros, ficou estabelecido (37.ª cláusula) que «a remuneração destes trabalhadores não poderá ser exclusivamente à comissão». E fixa mesmo os salários. Assim um vendedor-viajante ganha 4 000$00 mais um subsídio de despesas, o 13.º mês, e aufere o mínimo de 12 dias de férias por ano com o subsídio de 50 por cento.

E COMEÇAM OS PROBLEMAS...

Já há muito tempo que os vendedores vinham a protestar. Queriam legalizar a situação. Mais grave que isso: pretendiam que lhes fossem pagas as comissões em atraso. O chefe dos vendedores chama(va)-se Guilherme de Sousa Lemos.

A empresa decidiu que as comissões só seriam pagas 60 dias após a entrega dos livros e o reembolso da primeira prestação. Resultado: os trabalhadores estavam dependentes da entrega dos livros, que na maioria dos casos, era feita com meses e meses de atraso. E os trabalhadores, como necessitavam de viver, iam metendo vales à casa. E tornaram-se devedores. Devedores mútuos. Neste momento, segundo nos disse Olga Fernandes, a livraria deve-lhe cerca de cem contos e ela também deve dinheiro à casa. Feitas as contas ela tem dezenas de contos de atraso por receber, se lhe juntarmos os retroactivos desde 1973 dos salários previstos no Contrato.

Mas Guilherme de Sousa Lemos ia «generosamente» concedendo vales. Quando estava bem disposto. Ou depois de os trabalhadores se humilharem. Levar-lhe um sapato ao sapateiro ou um carro à oficina. E o dinheiro só aparecia (quando aparecia) no último minuto do último dia para pagar a renda da casa.

E o sonho das «comissões e dos «tais 18 contos» desfez-se. Trabalhamos horas sem fim «à tarefa», a não receberem o que lhes pertencia e a não terem qualquer segurança na doença ou na velhice.

Os trabalhadores não aguentaram mais. Ocuparam as instalações. Se instalações se pode chamar àquilo. A casa de banho é um balde e quando não há, serve mesmo o caixote dos papéis.

Esta manhã, os vendedores da Livraria Editora Figueirinhas estiveram em mais uma reunião, no Ministério do Trabalho, com a entidade patronal. Para já a administração decidiu acordar num ponto: o afastamento de Guilherme de Sousa Lemos. Não é propriamente saneamento. Diz concretamente a resposta da administração: «O sr. Guilherme de Sousa Lemos deixará de exercer toda e qualquer função de elo de ligação entre os agentes comerciais (é o que a administração chama aos vendedores que só podiam trabalhar ali com regime de exclusividade e com horário fixo) e a Livraria Figueirinhas».

O afastamento é justificado no caderno reivindicativo dos trabalhadores por «abuso de poder; retenção de contratos e numerário respeitante a desembolsos iniciais; fraude em contratos de vendedores; recebimento de comissões destinadas a vendedores; ameaças de agressões físicas e tentativas de divisão dos trabalhadores». E Olga Fernandes despede-se de nós. Com o dinheiro de três livros de «cow-boys» na carteira...

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS SECTOR TÊXTEIS E MALHAS

Dia 12 de Abril — Sábado — pelas 21 horas

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

— Contrato Colectivo de Trabalho
— Informações

Esta reunião terá lugar na n/ Delegação de Moscavide — Rua Dr. João Gomes Patacão, 26-1.º — MOSCAVIDE.

NÃO FALTES!

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS SECTOR VESTUÁRIO

Dia 11 de Abril — Sexta-feira — pelas 21 horas

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

— Contrato Colectivo de Trabalho
— Informações

Esta reunião terá lugar na sala dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses — Rua Camilo Castelo Branco, 33 — LISBOA.

NÃO FALTES!

A DIRECÇÃO

Nacional

ROSA COUTINHO À A.N.I.

AGRADARIA AO M.F.A. UM PARTIDO OU COLIGAÇÃO EM QUE SE APOIASSE

. «O M. F. A. veria com muito agrado a criação de um partido ou de uma coligação partidária em que realmente se apoiasse. E digo em que realmente se apoiasse porque temos verificado que, na actual coligação governamental, nem sempre a colaboração com o M. F. A. é franca e expontânea» — afirmou o almirante Rosa Coutinho em entrevista concedida à A. N. I.

Ainda a propósito dessa «colaboração» de alguns partidos da coligação, frisou Rosa Coutinho que o M. F. A. gostaria de «apoiar-se em aliados leais e não aliados de conveniência», tendo antes sublinhado «ser necessário dizer que, por vezes, a colaboração de alguns partidos da coligação tem sido contrária aos interesses do povo português, ao apoio que o M. F. A. lhes está a dar, portando-se como partidos que estão na coligação e que cá fora aparecem como se estivessem na oposição. E isso é constante. Verifica-se todos os dias. Começa até a ser, de certo modo, escandaloso».

Rosa Coutinho salientou ainda, no ecorrer da sua entrevista, a importância e objectivos políticos do Pacto Constitucional, admitindo também que o boicote económico a Portugal se verifica em muitos sectores:

. «A revolução que se está a passar em Portugal não agrada a muitos senhores da Europa, principalmente no sector económico.

(...) «É uma revolução espontânea, interna, no seio da própria Europa, feita pelo irmão pobre que realmente veio, em 74, a tomar consciência da sua pobreza, mas a cerrar os dentes e a bater o pé ao imperialismo mundial. Acontece, portanto, que esse boicote económico é natural e aparece revestido de várias formas: são os créditos externos que foram reduzidos, são as exigências feitas em relação a qualquer das nossas importações, são as taxas de seguro que aumentam em relação a Portugal, são os vários sistemas de pressão feitos sobre um país que, de repente, se tornou jovem, e que o capitalismo adulto da Europa pretende reduzir àquilo que ele consideraria o bom caminho e o caminho da submissão».

«O que há a fazer é também cerrar os dentes e, se necessário — é preciso que o povo português se convença disso —, apertar o cinto, deixarmo-nos de consumos supérfluos» — disse depois Rosa Coutinho, que referiu a seguir, a propósito do golpe contra-revolucionário de 11 de Março, haver indivíduos de outros partidos suspeitos de comprometimento, embora isso não signifique que os partidos em que eles se filiaram estejam implicados. Assegurou também que o relatório será divulgado antes das eleições.

Acerca do nosso processo revolucionário, disse Rosa Coutinho:

. «Se há alguma coisa de originalidade no nosso processo é, precisamente estarmos abertos às experiências que o povo português venha a realizar nesse sentido, a fazer a respectiva avaliação e depois a sancionar e a formar uma ideologia própria que no futuro venha a ser conhecida na Europa e no Mundo como o sistema socialista português».

PROVOCADORES DIZEM QUE SÃO FASCISTAS

. PORTO, 11 — A F.S.P. emitiu aqui um comunicado sobre acontecimentos que tiveram lugar na vila de Paredes na passada segunda-feira, em que afirma:

. «Quando na tarde do dia 7 de Abril candidatos pelo círculo do Porto e outros militantes da F.S.P. procediam à colagem de cartazes e à difusão de propaganda relativa a uma sessão de esclarecimento a realizar nessa noite naquela localidade, algumas dezenas de elementos provocadores fascistas (que mais tarde, mesmo na presença de um oficial e de um cabo da G.N.R. que entretanto haviam sido chamados, se autodefiniram como «fascistas de antes e depois do 25 de Abril» — sic), abeiraram-se dos militantes da F.S.P. em atitude descontrolada, tendo chegado a agredir um destes e acabando por transformar a praça de táxis de Paredes num autêntico arraial de miséria cívica e de extravasamento fascista».

Num outro comunicado aos órgãos de Informação divulgado nesta cidade a comissão distrital de Vila Real da F.E.C. (m-l) relata o seguinte incidente:

. «No dia 6, em Mondim de Basto, quando os camaradas da F.E.C. colavam cartazes, um candidato do C.D.S. à Assembleia Constituinte pelo círculo de Vila Real, Manuel Gonçalves Rodrigues, queria impedi-los de continuar a fazer colagens, ameaçando-os de pancada. Dizia ele que nas paredes da sua casa não colariam nada. (...) Dono de duas fábricas, quer impedir que o povo que ele explora oiça a voz revolucionária dos comunistas marxistas-leninistas. (...)»

NO ALGARVE

Um comício do P.P.D. em Vila Real de Santo António não chegou ao fim por se haver levantado borborinho entre a assistência — e por ter faltado a luz... Quando a luz voltou os trabalhos já não recomeçaram.

Dois dos candidatos do P.P.D. por Faro, José Vitorino e Silva Coelho, não tiveram oportunidade de usar da palavra.

EM LISBOA

Foram transportados para o Governo Civil de Lisboa três dezenas de indivíduos apanhados ontem de madrugada a colar cartazes por cima de outros — o que constitui infracção punível segundo a Lei Eeleitoral. Estão agora à ordem das autoridades militares.

De acordo com o nosso prezado colega «Diário de Notícias», a P.S.P. adiantou que quatro dos detidos colavam na ocasião cartazes do C.D.S.

SESSÕES E COMÍCIOS PARA HOJE

F.E.C. (M-L.)

Na Academia Recreativa da Ajuda, em Lisboa, às 21 horas; Cinema de Alhos Vedros, às 21 e 30; Cine-Teatro de Mira D'Aire (Leiria), às 21 horas; Clube Airense, Aires (Leiria), às 21 e 30; Casa do Povo de Deixa-o-Resto, Santiago do Cacém, às 21 e 30; em Vila Real de Santo António, às 21 horas; no distrito de Coimbra: S. Martinho do Bispo, Adémia, Mira e Eiras.

F.S.P.

No Centro Social Covina, às 17 horas, com Manuel Serra; Grupo Musical «Os Pobrezinhos», aos Olivais, às 21 e 30, com Abílio Mendes e João Ferreira; Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, às 17.30, com Maria de Jesus Pereira; e ainda no Clube Recreativo Bobadalense, Bobadela; Clube Recreativo do Bairro Janeiro, Amadora, com Maria Chaves Costa; Grupo Desportivo de Pires Coxe, Santa Iria de Azóia; Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro; Sociedade das Albogas; Ginásio Clube de Queluz, com Fernanda Costa Gomes e Manuel Diogo e na Sociedade Boa União, em Alfama, todas com início às 21.30.

Distrito de Setúbal: sessões de esclarecimento, todas às 21.30, na Sociedade Comporta, com Raul Pereira e Joaquim Mota; Carvalhal, com Carlos Nave e Reinaldo Madeira; Sociedade Recreativa Atalaiense com Manuel Joaquim e Carlos Mota; Sociedade Timbre, no Seixal: Clube Recreativo de Raposende, em Almada; Sociedade Cooperativa Operária Barreirense, no Barreiro.

Distrito do Porto: às 21 e 30, na Escola Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia; Flor de Fânzeres, em Gondomar e no Grupo «Os Modestos», no Porto. Distrito de Viseu: às 21 e 30, em Santiago de Casurães, Queirã, Courrelos e Canas de Senhorim.

L.C.I.

No Clube Recreativo do Laranjeiro e no salão da capela das Galinheiras, ambas às 21 e 30.

M.D.P./C.D.E.

No distrito de Lisboa: às 21 e 30, no Clube Oriental de Lisboa, e Marvila, com José Manuel Tengarrinha; na Sociedade dos Progressistas da Silva (Sintra) com António Cavalheiro e Helena Cidade Moura, às 21 e 30: Monte Redondo (Torres Vedras), Ameal (Torres Vedras), Cinema de Benavente, às 21 horas, com Ana Maria Alves: Carvoeira (Mafra), às 21 e 30, com Goucha Soares: na Sociedade de Pinheiro de Loures, às 21 horas, com Ricardo Sá Fernandes e o Grupo de Economia do M.D.P./C.D.E.: S. João da Talha (Loures), às 21 horas, com Jorge Carvalho; no Ginásio de Castanheira, às 21 e 30, com Levy Baptista nos Bombeiros de Sobral de Monte Agraço, às 21 e 30, com Marques Pinto; na União Paredense, na Parede, às 21 e 30, com Alberto Branco e Herberto Goulart; no Clube de Sobral da Abelhinha, às 21 e 30 horas, com Mário Casquilha e o grupo de Agricultura do M.D.P./C.D.E.; em Aldeia Graninha (Alenquer), às 21 e 30, com José Sousa e o grupo de Economia e na I.R.A., às 18 horas, com Tavares da Cruz, Helena Cidade Moura e Blasco Hugo Fernandes.

Distrito do Porto: Bombeiros de Paredes, às 21 horas, com Francisco Hortas, Raul Castro e Daniel Jacinto; no cinema de Santiago de Bogado, com Virgílio Moreira e Bernardino Neto; no Pavilhão Gimnodesportivo de Valongo, às 21 e 30, com Horácio Guimarães, Augusto Quintela e Sérgio Duarte, e em Avintes, às 21 e 30, e sessões de esclarecimento, em Jazente, Padronelo, S. Cosme, Covelo, Lousada, Nogueira da Maia, Vessados, Alpendurada e Leça da Palmeira.

Em Valbom (Braga); em Castelo Branco, Covilhã e Fundão (Castelo Branco); em Valongo (Coimbra); na Casa do Povo de Alte (Faro), com Laginha Serafim, João Vargas e Vater Contreiras; na Guarda (Gare); Albergaria e Peniche de Cima (Leiria); em Caminha (Viana do Castelo; em Anadia, Aveiro, Espinho, Estarreja, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vila da Feira, todas às 21 e 30; em Alfândega da Fé, às 21 horas (Bragança). Em Almada, às 21 e 30, com Francisco Pereira de Moura; e no cinema de Arraiolos, às 21 horas.

P.C.

No distrito de Lisboa: na Voz do Operário, às 21 e 30, com Júlio Martins, no Pavilhão dos Desportos de Paço de Arcos às 21 e 30, com José Magro, Alda Nogueira, Júlia Pinheiro e Orlando Leitão e nos Bombeiros Voluntários de Belas, às 21 e 30, com Marieta Silveira e António Pedrosa; no Atlético Clube de Campolide, às 21 horas; no Bairro Padre Cruz, às 21 e 30; Companhia Beltrão Coelho, Lda., às 18 e 30; na Portugal e Colónias, às 18 horas; no Ginásio Clube de Caselas, às 21 e 30; Casa da Moeda, às 17 e 30; no Grupo Ramiro José, às 21 e 30; nos Combatentes, às 21 horas; refeitório da Lisnave (Rocha), às 18e 15; Centro de Trabalho de Alcântara, às 18 e 30; F. N. A. T., Calçada de Santana, às 18 horas; no S. F. U. C. O. (Olivais), às 21 e 30; Casal Ventoso, às 21 e 30; Laboratório Nacional de Engenharia Civil, às 21 e 30; Sociedade Filarmónica Recordação Apolo, às 21 e 30; Instituto Superior Técnico, às 21 e 30; Clube Recreativo da Ameixoeira, às 21 e 30; Sorefame, na Venda Nova, às 18 e 30, Escola da Damaia, às 21 e 30, Tofa, Carnaxide, às 18 horas; Coporel, Carnaxide, às 18 horas; Estação Agronómica Nacional Oeiras, às 17 horas; Queluz, às 21 e 30; Grupo Recreativo do Magoito (Sintra), às 21 e 30; Sapataria, às 21 e 30; Sobreiro Curvo (Torres Vedras), às 21 e 30; Arneiro (Alenquer), às 21 e 30; Alcobela de Baixo (Arruda dos Vinhos), às 21 horas; Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), às 21 horas; Grupo Desportivo de Carcavelos, às 21 e 30; Colectividade de Alapraia (Cascais), às 21 e 30; Cooperativa Sacavenense, às 21 horas; F. N. M. A. em Loures, às 21 horas; Escola Primária do Bairro da Covina, Loures às 21 horas; Fábrica Nacional da Margarina, Unhos (Loures); Sociedade Bairro Sacor, S. João da Talha, às 21 horas; U.C.A.L., às 21 horas; Sociedade Filarmónica União Pinheirense, Pinheiro de Loures, às 21 horas; C. A. V. A. M., em Santa Iria de Azóia, às 21 horas; Ladrupe (Lourinhã), às 21 e 30; Ribamar (Mafra); às 21 horas; Câmara de Vila Franca de Xira, às 18 e 15; Valonga (Vila Franca de Xira), às 21 horas, para os moradores de Santa Eulália, Mogos e Santa Cruz; Sobralinho (Alverca), às 21 horas; nos Bombeiros de Alverca, às 18 horas, e no Cinema da Póvoa (Vila Franca de Xira), às 21 horas.

Em Águas Santas (Maia), às 21 e 30, com António Abreu, César Príncipe, Joaquim Felgueiras, Joaquim Ribeiro e Carlos Albergaria; e na Cooperativa do Povo Portuense (Porto). Em Vale de Cambra, Pampilhosa, Vagos e S. João da Madeira (Aveiro), todas às 21 e 30. Na Grupal (Coimbra), com Isabel Sabrosa e Carlos Luís Portimão, e Olhão (Faro), às 21 e 30. Torres Novas (Santarém). Em Alcácer, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Santiago, Seixal, Sesimbra e Setúbal (Setúbal). E ainda em Valença do Minho, S. Julião (Portalegre), Elvas, Belmonte e Caldas da Rainha.

P.P.D.

Na sede, ao Rato às 21 e 30, para pequenos e médios comerciantes, com Alfredo de Sousa e José Manuel Ramos e comícios em Cabeceiras de Basto (Braga), com Jorge Miranda, Fernando Roriz, Marques Cunha, Eurico Melo e Mendes Júnior; na Casa do Povo de Algojo (Bragança), em Montemor-o-Velho em Manteigas (Guarda) e em Cabeço de Vide (Portalegre); em Santa Clara (Odemira), Quianios (Figueira da Foz), Barra de Mira (Mira), Candal (Lousã), Lameira (Condeixa), Almalaguês (Coimbra), Redondo, Lagos, Patá de Baixo (Algarve), Algoz, Alcoutim, Marrajes (Leiria), no Clube Recreativo de Sobreda (Almada), Brescos (Santiago de Cacém), Arrentela, Cainas (Sesimbra), Sociedade Capricho Setubalense em Setúbal, Sines, Alferrarede, Pinheiro Grande (Santarém), Barrozelas (Viana do Castelo), Chaves, Ladoeiro, Zebreira, Segura (Castelo Branco), Cacia (Aveiro), Canela (Arouca), Travanca (Oliveira de Azeméis), Ventosa do Bairro (Mealhada), Soza (Vagos), Gafanha da Boa Hora (Vagos), Junqueira (Vale de Cambra), Macinhata do Vouga (Águeda), Batalha (Aveiro), S. Miguel do Mato (Aveiro), Macieira de Varnes (Oliveira de Azeméis), Pessegueiro do Vouga e S. Vicente de Pereira Jusã (Ovar), todas à noite.

P.P.M.

Em Vila Nova de Paiva, Leomil (Moimenta da Beira), Oliveira de Frades, Mosteiros (Portalegre), Fafe, Cabreiros (Braga), Cristelo (Barcelos), Ponte de Lima, todas às 21 horas, e ainda na Junta de Freguesia da Ericeira às 21 e 30 e Asseiceira (Tomar), às 18 e 30.

P.S.

No distrito de Lisboa: às 21 e 30, no Sport Algés e Dafundo, Dafundo, com Magalhães Godinho, José Medeiros Ferreira, João Soares, José Manuel Duarte e Rosa Gomes, e nos Bombeiros Voluntários de Odivelas, com Sottomayor Cardia, Alfredo Carvalho, Mário Mesquita, Igrejas Caeiro e Fernanda Seita, e sessões de esclarecimento, na Companhia de Seguros Tranquilidade, às 18 e 30; Escola Preparatória Fernando Pessoa, nos Olivais, às 21 e 30; Rebelva (Parede), às 21 e 30; Bombeiros de Alcabideche), às 21 e 30; Martelena (Lourinhã), às 21 e 30; Sport Lisboa e Oriental, às 21 e 30; S. Marcos (Cacém), às 21 e 30; Povos (Vila Franca de Xira), às 21 horas; U.T.I.C., Cabo Ruivo, às 18 e 30; Estação de Cabo Ruivo, às 15.00; Merceana (Alenquer), às 21 e 30; Casa do Povo de Venda do Pinheiro, às 21 e 30; Santo Antão do Tojal, às 21 e 30; Bairro Padre Cruz, às 21 e 30; Grupo Desportivo de Queluz, às 21 e 30 S. Quintino (Sobral de Monte Agraço), às 21 e 30; Seminário de Alferragide, às 21 e 30; Apral Cipam, às 18 e 15; Grupo Desportivo de Lourel (Algueirão), às 21 e 30; Casa dos Tabuenses, às 21 e 30; Ferro (Estoril), às 21 e 30; Casa do Pessoal dos Serviços Médicos-Sociais, às 18 horas; Campelos (Torres Vedras, às 21 h; Lobagueira (Torres Vedras), às 21 h, e «meeting», na Amadora, às 18 horas, com Arnaldo Neves e Manuel Feijó.

. .No distrito de Bragança: no Liceu Nacional de Bragança, às 21 e 30, com Mário Soares, para apresentação dos candidatos, prof. Paulo Quintela, dr. Raul Rego, eng.º Afonso Machado e Carlos Morgado.

. .Em Anadia (Aveiro), às 21 e 30; em Azóia de Cima, Almoster, Alcanede e Benavente (Santarém), às 21 horas. Distrito de Setúbal: Cine-Teatro do Barreiro, às 21 horas; Montijo, Seixal, Porto Brandão, Alcácer do Sal, Alhos Vedros, Herdade do Rio Frio, Sesimbra, Stella Maris, em Setúbal, Associação dos Comerciantes, em Setúbal, ginásio da Escola Técnica de Setúbal e, em Alcochete, todas às 21 horas.

. .Em Fornos de Algodres, às 21 horas, com a presença de Miller Guerra e de todos os outros candidatos pelo distrito da Guarda.

P.U.P.

. .Na Incrível Almadense, em Almada, e em Vila Viçosa, ambos às 21 horas.

U.D.P.

. .Na União Recreativa e Desportiva da Buraca, às 21 horas; no Futebol Clube Paço do Lumiar, às 21 horas; na cantina da Fábrica Messa, às 18 e 30; na Fábrica Autosil, em Porto Salvo, às 18 e 30; na Escola Manuel da Maia, em Campo de Ourique, às 21 horas; na colectividade da Venda Seca (Cacém), às 21 e 30; na Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro, no Montijo, às 21 horas; na Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense (Barreiro), às 21 horas; na Chamusca (Santarém), às 21 horas, e em Vestearia (Alcobaça), às 21 horas.

FESTA DO P.C.P. EM BELÉM

. Fernando Lopes Graça, Francine Benoit, Fernando Serafim, Ermelinda Duarte, o grupo «Introito», Ary dos Santos, Tonicha e Fernando Tordo, entre muitos outros artistas, actuam no próximo domingo, em Belém, numa festa popular, organizada pelo sector intelectual de Lisboa do P. C. P. Local exacto: na zona do Mercado de Abril.

«A festa será dedicada ao povo», afirma-se num comunicado.

«O programa, que conta com uma importante participação do sector juvenil dedicará uma grande parte do tempo às crianças e à juventude.

Entretanto, os adultos poderão disfrutar de outros espectáculos e diversões tais como: teatro, exposição bibliográfica, cinema (deverá ser apresentado um filme sobre o 11 de Março), canções e variedades, ilusionismo, fados e baladas, salientando-se a actuação dos «Jograis Vermelhos», de Fernando Serafim (que cantará Brecht), do coro da Academia dos Amadores de Música, sob a direcção de Fernando Lopes Graça, do Grupo de Música Contemporânea, de uma banda musical e da Orquestra Sinfónica Popular».

Haverá «comes e bebes» a encerrar o domingo de festa, após o que se efectuará um baile popular.

Nacional

CAMPANHA DE NORTE A SUL

AS TAREFAS PRIORITÁRIAS

Aumentar a produção, reforçar o poder político, lutar contra a reacção nacional e internacional e contra o imperialismo — são as principais tarefas que se apresentam às forças progressistas, disse José Manuel Tengarrinha em Santarém. Referindo-se às eleições, acrescentou que o M.D.P./C.D.E. deveria prosseguir a campanha «numa linha não demagógica, isto é, aproveitar para esclarecer os eleitores e não para «caçar» votos». Abordou também alguns problemas que o Governo Provisório deverá resolver, nomeadamente a subida de preços, o desemprego, a revisão do salário mínimo nacional.

Estes mesmos temas tornaram a ser abordados por José Manuel Tengarrinha na Lourinhã, onde reafirmou o princípio básico do M.D.P. «unir e ajudar a organizar o povo». No mesmo comício, Goucha Soares, candidato por Lisboa, tratou de alguns problemas da Agricultura, em particular o do vinho, que está a afectar esta região.

Em Monchique, Walter Contreiras salientou que a campanha eleitoral não marca o fim da revolução. Por seu lado, Graciette Baptista afirmou em Lisboa, perante os trabalhadores do Banco da Agricultura, que «votar não deve ser um acto formal, mas sim a vinculação à participação activa dos portugueses na resolução dos problemas concretos das populações».

CULTURA POPULAR

O papel dos escritores comunistas e antifascistas «nas lutas pelas liberdades democráticas e pela dignidade humana, pela justiça social, sob o consulado feroz de Salazar e a corruptura ditura de Caetano» foi salientado por Urbano Tavares Rodrigues em Coimbra, na conferência de intelectuais organizada pelo Partido Comunista nesta cidade. Considerou também que «deve desenvolver-se em Portugal, desde já, a cultura popular com uma pedagogia e clareza que não deixará de caracterizar a cultura de amanhã, a mais legítima e ambiciosa: a que se destina à sociedade sem classes».

Participaram nesta reunião, além de Urbano Tavares Rodrigues, Joaquim Namorado, Vital Moreira, Vilarinho Raposo e Blanqui Teixeira. Este último, depois de recordar que no espaço de um ano as condições em que vivemos se modificaram consideravelmente, declarou que o presente e o futuro valorizarão grandemente o papel da participação e, portanto, também o papel da participação do intelectual, que terá de dar uma grande contribuição com o seu trabalho profissional para levar por diante o desenvolvimento económico sanitário, cultural e social do nosso país; que terá de esclarecer os outros intelectuais de que o nosso povo vai construir uma democracia a caminho do socialismo, isto é, terá de os esclarecer de que não se devem deixar prender nas malhas da social-democracia, da democracia burguesa sujeita ao capitalismo monopolista do Estado; que terá de unir e mobilizar as grandes massas dos intelectuais para cumprirem as tarefas que o processo revolucionário impõe; que terá de participar, juntamente com representantes das outras camadas trabalhadoras, em todas as tarefas ingentes de organização, de esclarecimento, de mobilização e de acção das massas populares para que, todos juntos, realizemos a Revolução Democrática e Nacional e passemos à Revolução Socialista.

Por outro lado, realizou-se em Braga a conferência de Imprensa organizada pelo P.C.P. para apresentar os seus candidatos pelo círculo. Tomou a palavra Carlos Costa que, depois de recordar que para o Partido Comunista «a aliança Povo-M.F.A.» tem sido condição fundamental para defender as liberdades e assegurar a democratização e a descolonização», declarou que a Constituição deverá garantir a instituição, consolidação e defesa das liberdades.

CONTRA O PODER PATERNALISTA

«O Partido Socialista garante, acima de tudo, que estas eleições, agora livres, não serão as últimas e que se o povo nos pedir responsabilidades — se estivermos no poder — pois esse mesmo povo, se tiver deixado de concordar, que nos retire o poder», declarou Sottomayor Cardia, na Malveira. Por sua vez, Mário Soares afirmou que se está a transformar a sociedade portuguesa numa sociedade socialista. «No entanto, o P.S. entende que êsse socialismo apenas pode ser feito em completa liberdade», prosseguiu, acrescentando que o pacto com o M.F.A. satisfaz o P.S.

Mário Soares participou também num comício na Malveira, onde salientou o contributo do Partido Socialista para o fim da guerra colonial e a renovação da diplomacia portuguesa. Abordou depois o problema da Informação, tendo atacado a forma «pouco democrática» como os órgãos da Informação têm vindo a proceder para com o povo português, que é, afinal, aquele que contribui para que esses órgãos possam desempenhar cabalmente a sua importantíssima missão neste Portugal novo, que se pretende em liberdade para todos e não só para determinado partido. Mais à frente, disse que há mais de um mês tinha feito o P.S. uma proposta a outros partidos, nomeadamente ao P.C.P. e ao P.P.D. para que se fizesse uma mesa-redonda através da RTP, tendo como moderador um representante do M.F.A. Até à data, sublinhou, nenhum desses dois partidos quis responder a essa oferta, que seria melhor do que a propaganda que vem sendo feita, para esclarecer o povo português.

Por sua vez, a Juventude Socialista apela aos seus militantes para o reforço do combate do P.S. Salientando a importância das próximas eleições, declara num comunicado «que a substituição da forma de consulta popular por processos pseudodemocráticos, realizados em nome do povo português por «vanguardas» autoproclamadas e sem legitimidade popular, degeneram em formas de poder paternalistas e autoritárias conducentes a uma ditadura sobre os trabalhadores, gestora de formas de capitalismo de Estado, ironicamente designadas por socialismo».

CONTRA O VOTO EM BRANCO

Num comunicado ontem difundido, a comissão coordenadora da campanha eleitoral do Partido Popular Democrático afirma que «o argumento de que o povo não está preparado para votar era o argumento utilizado pelo fascismo para não se submeter ao voto popular». Considera também que «votar em branco é demitir-se ou deixar-se dominar pelos outros», acrescentando a seguir que a proposta da social-democracia «é a via mais realista, mais eficaz, mais democrática e livre para a construção do socialismo democrático, do Portugal novo a que todos aspiramos».

Por seu lado a Juventude Social Democrática, depois de reafirmar a sua confiança no M.F.A., pede a imediata publicação do inquérito do 11 de Março «pois o povo português tem que conhecer os fascistas e reaccionários para estar atento e denunciar as suas manobras. Além do mais, demonstrará quais os partidos implicados o que calará certos partidos reaccionários e caluniadores, salientando, também que se torna necessário o imediato conhecimento público do inquérito sobre o assassinato do general Humberto Delgado, grande democrata e inspirador da posição que o Exército devia tomar face ao regime fascista».

RESPOSTA AO P.P.D.

O Centro Democrático Social refuta num comunicado as acusações feitas pela Comissão distrital do Porto do P.P.D., a qual o qualificava de partido da direita e lhe contestava o direito de criticar o Governo Provisório.

Depois de reafirmar esse direito e salientar que «O M.F.A. conhece bem qual foi a atitude do C. D. S. em relação às intentonas reaccionárias que atrasaram o processo revolucionário», o comunicado protesta contra o qualificativo de «partido de oposição das direitas» acentuando: «Mas quem ep que afirmou, no passado dia 6, no Campo Pequeno: «Nao podemos entrar em saudosismos estereis pela perda, pelo menos a curto e médio prazo, da democracia formal com que sonhámos em Abril-Maio de 1974»?

Então a democracia política é um saudosismo estéril? Para quem? Só há uma resposta: para aqueles que, no fundo, não acreditam nela. Ou seja, para os que têm afinal uma psicologia de direitas, apesar da roupagem oportunista de esquerda com que se disfarçam. Não ouvíamos idênticas afirmações em 1969? Decididamente, quem tanto se preocupa com quem está à sua direita, muito pouco convencido deve andar do seu esquerdismo.»

DEMOCRACIA POPULAR

«Só a aliança dos soldados e marinheiros com os operários e camponeses poderá aniquilar a fera fascista, acabar com o capitalismo e conquistar a democracia popular», afirmou Guilherme Neves, numa sessão efectuada na Ajuda.

No decorrer da sessão, foram formuladas críticas contra o C. D. S., os partidos da coligação e outros, referindo ainda que, no dia seguinte ao 11 de Março estava preparada a ilegalização da U.D.P. afirmando que «todo o campo dos burgueses» está nela interessada.

A propósito da Igreja, como um dos «baluartes do fascismo», frisou-se que é preciso distinguir não entre católicos e não católicos, mas sim entre explorados e exploradores. E ainda: «Os altos postos da Igreja sempre estiveram e estão do lado dos reaccionários. Mas põe-se outra questão — de onde vem o peso reaccionário da Igreja?», esclarecendo que muitos padres utilizam, sobretudo nas zonas campesinas, a crença de muitas pessoas para as levar a apoiar o fascismo.

Foi ainda historiado o aparecimento da U. P. D. com base em três organizações marxistas-leninistas, e a necessidade de construir o «verdadeiro Partido Comunista».

OS RISCOS DAS ELEIÇÕES

«A Frente Socialista Popular assinou o pacto com o M. F. A. porque acha que deve apoiar a sua facção progressista, mas até agora nada indica que esta facção se mantenha e que a via do M. F. A. seja revolucionária» — afirmou um dos oradores da sessão de esclarecimento efectuada no Laboratório de Engenharia Civil. A questão das eleições foi igualmente abordada, considerando-se que podem revelar-se perigosas, na medida em que as forças de direita, ganhando votos, se sentirão autorizadas a reclamar mais lugares no Governo. No caso de recusa, aumentará «o boicote a Portugal e a facção progressista do M. F. A. pode ser vencida, pois a situação económica ter-se-à agravado.»

A F. S. P. define também a sua posição em política externa, num comunicado difundido ontem. Nesse documento defende-se a desvinculação progressiva de Portugal em relação à economia europeia, a revisão das relações com a Espanha e o abandono da N. A. T. O.

NÃO AO PACTO COM O M. F. A.

Por considerar «destinado a sancionar o poder político nas mãos da burguesia durante 3 a 5 anos», o Partido da Unidade Popular não assina o pacto com o M. F. A. Num comunicado, o P. U. P. afirma que se criará assim um poder dominado «pelos fascistas, sociais-fascistas e outras forças burguesas» destinado a «atrelar o proletariado e as organizações marxistas-leninistas».

«AS MONARQUIAS SÃO AS MELHORES DEMOCRACIAS»

O Partido Popular Monárquico prossegue a sua campanha pelo Norte, campanha essencialmente centrada em torno dos temas de «monarquia popular» e «comunalismo». Na Guarda, Maria Filomena Crespo referiu-se às monarquias europeias, afirmando que são as melhores democracias, enquanto Fernando Marcos definia o rei como árbitro do processo político. Por seu lado, Joaquim Crespo Carvalho, que falou a seguir, disse que o P. P. M. defende a liberdade religiosa, é pelo salário familiar e contra os monopólios e condena a pena de morte, ao passo que o eng.º agrónomo Nuno de Noronha falou da reforma agrária e se referiu aos latifundios, dizendo que os baldios devem ser entregues ao povo, a quem foram roubados. O candidato João Crespo de Carvalho, por seu turno, afirmou que se caminha para uma ditadura de esquerda e que o nível do custo de vida não foi resolvido por quatro Governos Provisórios. Defendeu ainda a nacionalização da Banca e dos seguros.

OS ACONTECIMENTOS DO 11 DE MARÇO

Num comunicado hoje difundido, a L. C. I. pronuncia-se contra todas as soluções de compromisso entre progressistas e conservadores, citando nomeadamente o caso das Forças Armadas à luz dos acontecimentos do 11 de Março. Escreve assim que «foi a política de árbitro, de tentativa de unidade entre os soldados e oficiais, entre oficiais progressistas e oficiais reaccionários, entre partidos da classe operária e partidos burgueses que permitiu a lenta mas segura organização dos oficiais reaccionários sob capa democrática».

POLÍTICA EXTERNA

Num debate sobre política externa, em que participavam representantes de outros partidos, Ferro Rodrigues, do M. E. S., salientou que a luta pela independência nacional passa pelo combate ao imperialismo e ao capitalismo. Frisou a necessidade de recusar qualquer participação estrangeira no País, a urgência da saída da N. A. T. O. e o corte de relações com a Europa capitalista, como garantes do desenvolvimento do processo revolucionário em curso. «Dizer-se que é necessário Portugal colaborar na N. A. T. O. para se construir o socialismo, é não saber o que é o socialismo. O socialismo constrói-se com a solidariedade dos trabalhadores dos outros países».

Salientou também o papel predominante que as colónias portuguesas poderão exercer na construção do socialismo em Portugal.

A CAMPANHA NO PORTO

. PORTO, 11 — Representantes do partidos políticos reuniram-se ontem com o vice-governador civil, dr. Fernando Cabral, a fim de tratarem de assuntos ligados à campanha eleitoral em curso. Algumas normas que é preciso ter presentes e respeitar foram ali lembradas.

O dr. Fernando Cabral esclareceu os presentes de que todos os edifícios públicos que o Governo Civil já requisitou ou venha a requisitar ficam desde logo à disposição dos partidos para as datas por estes marcadas, sem necessidade de mais formalidades. Foram ainda prestados outros esclarecimentos sobre a requisição de instalações de colectividades, casas de espectáculos, recintos desportivos, etc.

MARIA VITÓRIA
TODOS OS DIAS AS 20.45 E 23 H.
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
O MAIOR ÊXITO DE SEMPRE!
a sensacional REVISTA
ATÉ PARECE MENTIRA!...
com um extraordinário elenco e um grande corpo de baile
AOS DOMINGOS: «MATINÉE», ÀS 16 H.
Às 2.as feiras: DESCANSO

Mulher

A MULHER E A POLÍTICA

Por GINA DE FREITAS

Jornalista, 29 anos, casada, mãe de duas filhas, militante do Partido Comunista Português, redactora do «Avante!», órgão central do P. C. P.

— **Exercias já actividade política durante o regime fascista?**

. — Despertei para a vida política ainda quando estava no liceu. Lembro-me que um dos factores que mais influenciou a minha adesão ao socialismo foi a leitura do romance «A Mãe» de Máximo Gorki. Esta influência do Gorki, vim a sabê-lo mais tarde, foi comum a muitas gerações. Lenine dizia que este romance fez mais pela Revolução socialista na U. R. S. S. do que muitos inflamados discursos políticos sobre o socialismo.

Pouco tempo depois desta leitura, entrei para o P. C. P. Tinha 18 anos e, na altura, embora não estivesse perfeitamente consciente do que representava o Partido como vanguarda da classe operária (consciência que ganhei na luta), reconhecia nele a única organização política capaz de conduzir a luta pelo derrubamento do fascismo. E o fascismo sabia eu o que representava. O fascismo era o terror, a exploração desenfreada. Também sabia que não bastava derrubar o fascismo para que a exploração fosse banida, mas sem a queda deste regime não seria possível pensar em etapas superiores de transformação da sociedade. Quanto à minha actividade, à semelhança de outros camaradas, ela foi durante estes anos, exercida em diversas frentes da luta antifascista conforme as necessidades. De resto, o que posso dizer?

. Penso que as experiências individuais têm pouca importância, exceptuando raros casos de lutadores que são o testemunho da luta toda inteira de um povo. Falar das experiências individuais além de arriscado porque, às vezes, assistimos a manifestações de promoção social, (o que é deprimente), é falsear a realidade.

E porquê? Porque o Partido e qualquer organização verdadeiramente democrática, é um corpo colectivo de que cada militante é uma molécula. A experiência individual de um militante é, apenas, a diversos níveis, expressão da experiência revolucionária no seu conjunto. A luta não foi de a, b ou c; foi e é a luta da classe operária e das massas trabalhadoras que reconhecem no nosso Partido, o seu guia incontestável.

— **Mas, então, a personalidade de cada um?**

. — Estava à espera dessa pergunta e é importante responder-lhe. O que eu disse sobre a experiência individual não significa que a personalidade individual se anule com a integração no Partido. Pelo contrário, desenvolve-se aperfeiçoa-se. A coerência entre os actos e as palavras, a disciplina, o espírito colectivo tornam-se um esforço quotidiano, uma prática de vida. Isto não são palavras de sabor demagógico. A demagogia é uma máscara de fraqueza e, portanto, deixamos o seu uso aos fracos e impotentes. Na realidade não é nada espantoso o facto de a personalidade individual se aperfeiçoar com a integração no Partido. Se o objectivo da transformação socialista da sociedade, dentro dos princípios do marxismo-leninismo, é libertar o indivíduo de todas as opressões políticas, económicas, sociais e culturais, tornando possível o completo desenvolvimento das suas faculdades, é lógico que os princípios do marxismo-leninismo que orientam a nossa actividade (fidelidade à causa da classe operária e do povo, ao internacionalismo proletário, à defesa dos interesses nacionais, à amizade e solidariedade para com os povos) e a aplicação desses princípios à prática, constituam um poderoso instrumento de desenvolvimento da nossa personalidade.

— **Depois do 25 de Abril, naturalmente a tua actividade política recrudesceu. Como consegues conciliá-la com a tua actividade profissional e com a vida familiar?**

. — Muitos problemas de conciliação que eu experimentava se solucionaram porque ser redactora do «Avante!» é uma actividade política dentro da organização partidária. Mas os problemas que enfrentei, durante o fascismo, para conciliar a actividade profissional e a política, situaram-se, apenas na falta de tempo. Não se pode ser político nas horas vagas e mesmo durante o fascismo, procurei que a minha actividade profissional, apesar da ferocidade da censura, fosse ela própria, expressão da actividade política. Tentei-o eu e a maioria dos jornalistas portugueses antifascistas e democráticos.

Quanto à vida familiar, quem não é mais feliz com a situação democrática em que vivemos, apesar da intensidade do trabalho e do muito que há ainda a percorrer? Está mais próxima a sociedade do futuro que ansiamos para os nossos filhos e para todas as crianças não só portuguesas mas de todo o Mundo. Porque este não é um processo localizado, tal como o avanço das tropas vietcong contra o imperialismo, não tem, unicamente, uma importância geograficamente limitada. Qualquer processo revolucionário desencadeado num país é um passo no caminho da humanidade na sua libertação. E esta é uma certeza científica, histórica. Mas não basta transmitir esta certeza.

MARIA HELENA NEVES

Como diz alguém «é preciso mostrar que o sentido da História é o sentido da nossa vida» ou seja, que corresponde aos interesses e aspirações dos homens.

Em resposta a este inquérito, uma mãe falou já do profundo sentido de justiça que as crianças possuem. Esta é uma realidade. As crianças têm a percepção primária de que vivem numa sociedade de classes. Para elas surge-lhes enquanto sociedade de «ricos» e «pobrezinhos». Compete-nos a nós explicar-lhes porque acontece isso, o que significa e que trabalhando podemos modificar esta realidade.

As crianças percebem perfeitamente que sem trabalho não é possível transformar. Sabem pela sua experiência. Fazem um desenho com trabalho, moldam um boneco em plasticina com trabalho.

É doloroso para elas observar crianças que não têm sapatos, que vivem em barracas, que passam fome. Instintivamente pensam que a solução é dar coisas. Por outro lado, angustiam-se, perguntam «Porquê?». Cabe-nos a nós explicar-lhes como a mãe, o pai e elas, daqui a uns anos, podem trabalhar para modificar toda esta realidade. Explicar-lhes que esta realidade vai transformar-se, é o sentido da História e que nós vamos fazer tudo no sentido dessa transformação, é o sentido da nossa vida. Sem palavrões nem discursos que as crianças não percebem, sem falar nem em História nem vida, mas explicando-lhes o sentido de ambas, não é difícil ganhar os nossos filhos para a aceitação da nossa actividade, que passam, até, a considerar importante porque contribui para a modificação de uma realidade que os choca e angustia.

As mulheres utilizam, cada vez menos, o alibi da «difícil conciliação» para não encetarem uma actividade política. Após o 25 de Abril, assistimos a uma crescente participação da mulher na vida política. Mas é preciso incentivá-las ainda mais, mobilizá-las para a luta. A participação da mulher no processo revolucionário não é apenas necessário para a mulher, mas para todo o povo trabalhador. Os interesses da operária, da camponesa, do trabalhador em geral, coincidem com os interesses do operário, do camponês, do povo trabalhador em geral. E estes interesses só podem ser satisfeitos com o avanço do processo revolucionário. Esta uma realidade que as mulheres e o povo português de que elas são parte integrante, estão cada vez mais conscientes.

SINDICATO DOS MÉDICOS

SECÇÃO SUL

Havendo neste Sindicato várias **ofertas de emprego** para médicos, informam-se os colegas interessados que devem contactar a Secretaria do mesmo.

OS CORPOS GERENTES

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Armazém Geral dos Serviços Sociais

CONCURSO PÚBLICO

Torna-se público que no dia 18 do corrente mês, pelas 15 horas, no Refeitório dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra (Rua Oliveira Matos) se procederá a uma sessão de licitações num concurso para fornecimento de **Géneros Alimentícios.** Os interessados não devem enviar quaisquer propostas escritas, anteriormente àquela data, formulando oralmente as suas propostas na referida sessão.

O prazo de vigência da adjudicação será até 30 de Julho do corrente ano.

Pela Administração
António L. Vaz

Com ou sem rodas elas procuram a emoção e o prazer!...

CLAUDIA JENNINGS em
DEMÓNIOS SOBRE RODAS
com
LOUIS QUINN · BETTY ANNE REES · ROBERTA COLLINS
um filme de VERNON ZIMMERMAN
COLOR by de LUXE às 21.15 horas
HOJE ESTREIA
ROXY
INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

TERENCE HILL
juntos são dinamite
(WATCH OUT WE'RE MAD)
BUD SPENCER

O DINAMITE
PODE EXPLODIR...
...E DEPOIS TEMOS
O CALDO ENTORNADO!...

cinema 2000
Um filme de
MARCELLO FONDATO com **JOHN SHARP · DONALD PLEASENCE**
prod de MARIO CECCHI GORI real de MARCELLO FONDATO
NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS
HOJE, ESRTEIA, às 21.15
EDEN

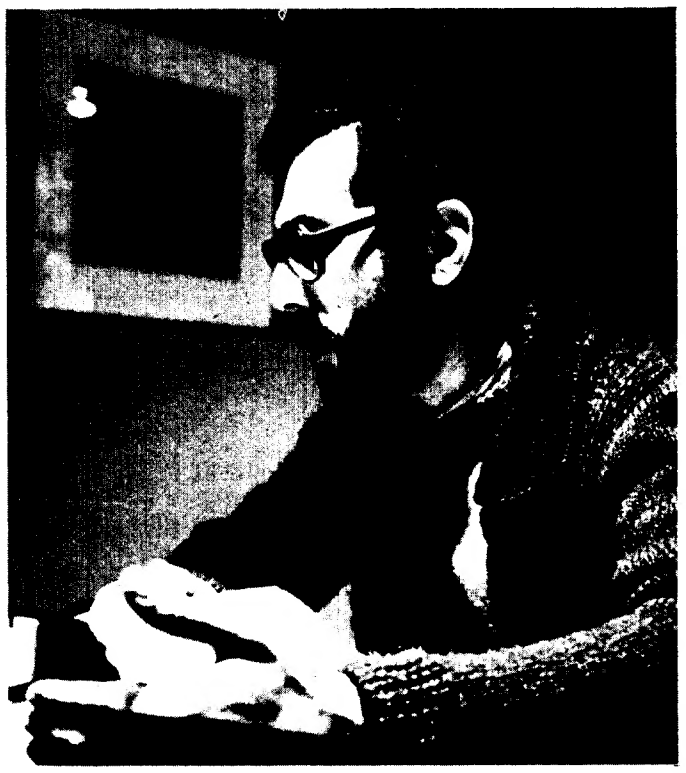
CUBA DEU (E DÁ) O EXEMPLO

A VIGILÂNCIA POPULAR NÃO DEVE FUNCIONAR APENAS NOS MOMENTOS CRÍTICOS

Quando se faz uma revolução é preciso defendê-la. A revolução cubana atingiu a adolescência. Nasceu em 1959. Os primeiros anos foram de instabilidade política provocada pelos ataques sucessivos da reacção, dirigida e financiada pelo Governo norte-americano. Á medida que a revolução vai avançando no combate aos privilégios da classe dominante manifestam-se os sinais da contra-revolução. Em 17 de Maio de 1959 saiu a primeira lei da Reforma Agrária que vinha limitar o poder dos latifundiários. Em 6 de Agosto de 1960 acontece a lei da nacionalização de 26 empresas norte-americanas que controlavam a economia cubana. Em 14 de Outubro surge a lei da Reforma Urbana. Em 6 de Junho de 1961 segue-se a lei da nacionalização do Ensino. Em 3 de Outubro de 1963, publica-se a segunda lei da Reforma Agrária.

Perante o desenvolvimento do processo revolucionário assiste-se ao contra-ataque da burguesia nacional apoiada nas interferências externas. Todos os meios valiam para se conseguir os fins: boicotes económicos, paragem de empresas, greves, sabotagem, terrorismo nos lugares públicos.

Entrevista de LOURDES FÉRIA



No entanto o povo não se amedrontou. Colocou-se ao lado do Governo — e surgiram as Milícias Nacionais Revolucionárias. Todavia, necessitava-se de uma resposta diversificada às actuações dos reaccionários. As forças militares eram insuficientes para um controlo apertado com vista à detecção dos elementos contra-revolucionários. Foi portanto uma situação concreta que inspirou a formação dos C.D.R. (Comités de Defesa da Revolução), cuja tarefa consistia, originariamente, na vigilância aos inimigos da revolução. Em cada nova etapa do processo e de acordo com as tarefas e metas nacionais, os C.D.R., foram assumindo funções mais vastas.

A propósito dos C.D.R. ouvimos o eng.º Bruno Soares, membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação que esteve recentemente em Cuba, onde tomou contacto com a realidade socialista de um país que passou do subdesenvolvimento (fome, miséria, injustiça social) para um estado de desenvolvimento bastante razoável. Que adquiriu a dignidade perdida na opressão desenfreada. Que se transformou em exemplo para todos os povos oprimidos. Embora as condições históricas portuguesas sejam diferentes das cubanas há um certo paralelismo, no momento actual, com o período de transição da revolução em Cuba. Sobretudo no respeitante a instabilidade política e às probabilidades, concretizadas já em tentativas, da reacção dar tudo por tudo para impedir a revolução socialista no nosso país. Também aqui uma espécie de C.D.R. teriam cabimento e eficácia no sentido de travar o caminho àqueles que estão do outro lado.

«Os C.D.R. nasceram ao nível de cada quadra (troço de rua entre dois quarteirões), tendo uma sede no próprio local. A população integrada nos C.D.R. exercia a vigilância permanente sobre a área que lhe competia. Não agia directamente, mas informavam as Forças Armadas de tudo o que se tornasse suspeito. Os resultados obtidos com os C.D.R. foram de tal maneira positivos que se espalharam por todo o País, incuindo as zonas rurais. O seu potencial de mobilização de massas revelou-se enorme. Hoje em dia passaram a exercer funções cívicas e englobam cerca de 80 por cento da população, o que perfaz 5 milhões de pessoas».

PODER POPULAR

Os C.D.R., em 1961, colaboraram na campanha de alfabetização lançada em todo o País. Existiam entre 600 a 700 mil analfabetos.

Mais tarde, quando as estruturas da revolução estavam praticamente consolidadas, os C.D.R. dedicam-se a tarefas cívicas. Assim em 1968, ao verificarem-se muitas queixas de que o pequeno comércio estava a explorar o povo, Fidel Castro, na noite de 13 de Março, falou na necessidade de nacionalizar esses estabelecimentos. Na manhã do dia seguinte, os C.D.R. intervieram imediatamente, ocupando as lojas e não deixando sair as mercadorias. Depois da sua actuação, consumou-se o fim do comércio privado em Cuba. Colaboraram ainda no campo da saúde, escolar, cultural e da Justiça. Embora não intervindo directamente na aplicação da Justiça, os C.D.R. participam na escolha dos juízes leigos dos tribunais populares. Em 1971, participaram nas obras de construção (durante dois anos) do Estado Latino-Americano, em Havana, sob a direcção técnica de engenheiros e arquitectos. E mais tarde na edificação da central termo eléctrica e de outras obras tais como escolas secundárias e hospitais.

Os C.D.R. promoveram também a recolha de materiais, como é o caso de vasilhame de vidro, papel (revistas, jornais) e selos postais já utilizados.

Nas acções culturais organizam presentemente ciclos de estudo, sessões de esclarecimento sobre variados temas de política internacional, como, por exemplo, do Chile e de Portugal. Uma das últimas actividades empreendidas pelos C.D.R. foi a discussão do novo Código da Família.

«Hoje em dia os C.D.R. são uma organização de base da democracia cubana. Funcionam como veículo de apreciação e discussão das leis fundamentais do país. Quando há alguma coisa de importante a alterar prepara-se um projecto lei ao nível dos responsáveis do Governo, mas antes da sua publicação em defenitivo é divulgado entre a população através dos jornais e discutido nos C.D.R., sindicatos e movimentos de mulheres e juventude durante um período de tempo estabelecido pelo Governo. Estas estruturas podem propor alterações, se isso for necessário. Portanto, quando se publica uma lei em Cuba as pessoas sabem bem as linhas com que se cosem.

«Quanto a mim os C.D.R. estão neste momento a constituir a base de um futuro poder popular. Por enquanto na província de Matanzas, mas é natural que venha a ser alargado a todo o país a partir do 1.º Congresso do Partido Comunista Cubano, a efectuar no próximo ano. A impressão com que ficámos é a de que o povo está conscientemente atrás da revolução: nas escolas, nas fábricas, nas casas, nas ruas».

Com o boicote económico americano, a revolução cubana podia ter sido estrangulada. Porém, o apoio dos países socialistas não permitiu que isso acontecesse. Aqui em Portugal, se bem que a nossa situação económica não se apresente brilhante, as condições são muito diferentes. Nem estamos dependentes estritamente de uma potência, nem vivemos da monocultura.

Sobre o assunto, o eng.º Bruno Soares acentuou:

«Parece-me que os problemas da economia podem ser ultrapassados e controlados por nós. Uma abertura aos países árabes, socialistas e africanos é fundamental para a nossa sobrevivência».

Dado que ainda existe reacção e muitos perigos espreitam a jovem democracia portuguesa, a organização de estruturas de vigilância popular no estilo dos C.D.R. não seria de todo descabida. Que pensa desta hipótese o eng.º Bruno Soares?

«Não é possível, sob o ponto de vista político, fazer uma transplantação mecânica das experiências cubanas para Portugal, na medida em que os C.D.R. foram criados num momento preciso e em condições especiais. De qualquer maneira, acho que a vigilância popular deve ser organizada e estruturada para ser totalmente actuante. Quando se fez apelo à vigilância no 28 de Setembro e no 11 de Março houve uma resposta imediata, o que prova que a população sentiu que a evolução do processo se encontrava em perigo. Todavia, a vigilância popular não deve funcionar apenas nos momentos críticos. Essa vigilância tem de ser permanente.

«Os trabalhadores, nos locais de produção estão organizados, mas há uma larga percentagem da população que não se integra em qualquer tipo de organização de massas».

As comissões de moradores não poderiam exercer uma função de vigilância?

«O objectivo das comissões de moradores é outro. São organizações de bairros e muito viradas para problemas específicos. Parece-me, porém, que paralelamente podem ser criadas comissões para a vigilância e o esclarecimento político permanente».

«Sobretudo se o E.L.P. começar a actuar...»

«Se não for o E.L.P. aparecem outros. Os reaccionários vão atacar certamente».

HABITAÇÃO

Fala-se da publicação de uma lei sobre a habitação com características revolucionárias. Esse aspecto, em Cuba, adquiriu uma dimensão relevante, visto que o Governo conseguiu, num breve espaço de tempo, resolver uma situação semelhante à que nós atravessamos neste momento.

«Os preços dos terrenos em Cuba atingiam valores elevadíssimos e de carácter especulativo. A aglomeração das pessoas nos subúrbios provocou uma segregação de classe. Entretanto, os privilegiados habitavam as zonas mais agradáveis da cidade. Praticavam-se rendas fabulosas e as empresas imobiliárias tiravam da construção enormes lucros. A lei da reforma urbana avançou com medidas muito concretas. Dividiram o direito à habitação em três etapas. Em 1960 o Estado garantiu a todas as famílias que habitavam uma casa, pagando renda há mais de 20 anos, a sua passagem a proprietários da mesma. Por outro lado, estabeleceu-se uma escala de pagamento em função dos anos que viviam na casa. Depois houve uma outra etapa, a qual ainda hoje ocorre, em que o Estado com os seus recursos toma à sua conta a construção maciça de habitações que serão cedidas em usufruto permanente, mediante o pagamento de uma renda que não pode exceder 10 por cento do rendimento familiar.

«Encontrámos certos casos em que os ocupantes das casas não pagavam qualquer renda (nas zonas rurais reconvertidas) e outros em que o valor da renda não excedia 6 por cento do rendimento familiar. Convém acrescentar que se construíram aldeias completamente equipadas com escola, posto médico, lojas e até com secção universitária.

Nessas aldeias eram fornecidos aos assalariados rurais das granjas de Estado, casas já recheadas com frigorífico, televisão, fogão, esquentador, etc.».

O eng.º Bruno Soares, sobre a lei da Habitação em Cuba, adiantou ainda:

«A última etapa consiste no seguinte: o Estado cederá, em usufruto permanente, uma casa a cada família. No entanto, por lei, é proibido alugar, vender a casa ou fazer negócio com ela. Porém, pode passar para os filhos da família desde que habitem na casa. Isto foi uma conquista importante para as classes trabalhadoras. O Governo cubano desenvolveu um esforço muito grande na construção de habitações nas zonas rurais onde o problema era mais difícil do que em Portugal. As pessoas viviam em casas frágeis, onde não existiam condições sanitárias. Perante isto o Governo, devido à necessidade de conquistar as populações rurais para a revolução e como processo de apoio à Reforma Agrária, deu prioridade ao campo no respeitante à habitação. Daí só agora as zonas urbanas, nomeadamente em Havana, estarem a iniciar o seu processo de renovação com a demolição das zonas insalubres e a construção de novos bairros. Muitos bairros e escolas estão a ser construídos por «microbrigadas» de trabalho voluntário. Por exemplo: numa fábrica são destacados 500 trabalhadores para a construção civil, durante um certo tempo. As habitações são distribuidas depois de prontas aos trabalhadores mais necessitados dessa fábrica.

Quem decide é a Assembleia de Trabalhadores. A renda, nestes casos, não ultrapassa os 6 por cento sobre o rendimento familiar — e as habitações passam a ser propriedade colectiva da fábrica».

Em Portugal também temos uma experiência semelhante integrada na operação S.A.L. lançada pela Secretaria de Estado e Habitação, com a intenção de dar apoio técnico aos que queiram construir a sua própria casa. Uma espécie de «microbrigada» encarregou-se da construção de casas para pescadores em Lagos que viviam em barracas miseráveis. De cada barco onde trabalhavam saíram uns tantos homens para a construção das habitações... Da casa.

PUBLICIDADE

COMARCA DE SEIXAL

ANÚNCIO

para citação de credores desconhecidos

Pelo Juízo de Direito desta comarca, secção da Secretaria acima referida correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados José dos Santos Carvalho e mulher Eglantina Dias Campos, residentes na R.Gil Vicente, 33-3.º Dto. na Torre da Marinha para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução movida por Dimas de Melo Pimenta, Indústria de Relógios, S.A.R.L.

Seixal, 3 de Abril, de 1975

O Escrivão de Direito,

(Manuel Aleixo Cândido)

Verifiquei

O Juiz,

(Isidro de Matos Canas)

Nacional

LICEU FRANCES CHARLES LEPIERRE

EMBAIXADA FRANCESA ESCLARECE AFIRMAÇÕES DO SINDICATO DOS PROFESSORES

Em resposta a um recente comunicado do Sindicato dos Professores, que acusava o Governo francês de fazer discriminações entre professores portugueses e professores estrangeiros que trabalham no Liceu Francês Charles Lepierre, cuja secção portuguesa vai ser extinta, a Embaixada de França emitiu um comunicado.

Assim diz «a extinção progressiva da secção portuguesa do Liceu Charles Lepierre é uma decisão comum dos dois Governos, a qual foi tomada pela Comissão Mista de Cooperação cultural Luso-Francesa, no dia 25 de Janeiro de 1973. Esta decisão foi confirmada pelos dois Governos nos dias 11 e 12 de Março de 1975».

Por outro lado, informa ainda o comunicado, «o director dos estudos superiores portugueses do Liceu Charles Lepierre, assistiu, como observador, às últimas reuniões do grupo misto de trabalho».

Finalmente, «não há nenhuma discriminação no Liceu Charles Lepierre, porque não se pode chamar assim às diferenças decorrentes de estatutos nacionais distintos. Não é verdade que professores de outra nacionalidade, contratados neste País, beneficiem de uma situação privilegiada em relação aos professores portugueses».

A J.S.D. E OS INCIDENTES DO LICEU D. PEDRO V

A propósito dos incidentes ocorridos no Liceu D. Pedro V, a Juventude Social Democrática (P.P.D.) daquele estabelecimento de ensino, emitiu um comunicado em que acusa o P.U.P. e o M.J.T. que classifica de «modalidade de choque da U.E.C.», de invadirem o liceu. «Impediram mesmo o acesso à sala de convívio de elementos da J.S.D., que, para evitarem o desencadeamento de confrontos graves a tinham abandonado em boa ordem, chegando mesmo a comparecer uma viatura da P.M.»

«Em conclusão: mais uma vez, uma R.G.A., em que a vontade dos estudantes fora inequivocamente expressa, é boicotada por grupelhos irresponsáveis e antidemocráticos». Esta, a opinião da organização juvenil do P.P.D. Registe-se, entretanto, que a reunião geral de alunos tinha como ponto principal a proibição do uso de emblema e distribuição de propaganda do P.P.D. e C.D.S. naquele liceu.

UM CARTAZ NO LICEU ANTÓNIO NOBRE

A afixação de um cartaz por parte de elementos do C.D.S. em que se ofendia um aluno pertencente à U.E.C., deu azo a que no Liceu António Nobre, no Porto, houvesse uma tentativa de confrontação entre elementos da U.E.C. e bases juvenis do M.D.P./C.D.E., de um lado, e simpatizantes do C.D.S. do outro. Aqueles tentaram arrancá-lo, estes, que estavam em maioria, impediram à força, a sua destruição.

«No dia seguinte, prossegue o comunicado, «a Polícia Militar foi alertada, tomou conta do facto e ela própria arrancou o cartaz. E, no seguinte ainda segundo o comunicado, os mesmos elementos do C.D.S. colocaram outro cartaz nos mesmos moldes. Nessa altura já o M.D.P. e outras forças progressistas solidárias com os membros da U.E.C. arrancaram o cartaz sem grande oposição».

Os simpatizantes do C.D.S., que se encontravam em minoria, «resolveram utilizar outros métodos: cercaram a saída do liceu, impedindo que os elementos que se encontravam dentro saíssem».

Novamente, a Polícia Militar foi obrigada a intervir e os elementos do C.D.S., socorrendo-nos do texto, «em atitude cobarde imediatamente se puseram em fuga».

«O M.D.P. condena veementemente atitudes violentas e provocatórias como estas que só servem para impedir o funcionamento normal da vida escolar» — afirma-se ainda.

ASSALTADA A FACULDADE DE LETRAS

Foi assaltada, pela segunda vez, a Faculdade de Letras de Lisboa. O móbil não teria sido de roubo, já que os assaltantes se limitaram a actos de destruição, sobretudo na secretaria, em que partiram gavetas, arrombaram armários, rasgaram documentos e danificaram pastas.

Também a fechadura e o segredo do cofre foram forçados e desmontados aparelhos no Laboratório de Psicologia. No Instituto de Línguas, deixaram alguns aparelhos ligados durante toda a noite.

A Polícia Judiciária já se encarregou do assunto e vai montar vigilância nocturna à mesma Faculdade.

TRABALHADORES RURAIS

MELHORADO O REGIME DE PREVIDÊNCIA

Cerca de 500 mil trabalhadores rurais são beneficiados pelas melhorias no respectivo regime de previdência, instituídas por decreto-lei do Mcistério dos Assuntos Sociais publicado em suplemento à folha oficial do passado dia 1, mas só agora distribuído.

O diploma introduz o subsídio pecuniário de maternidade; o subsídio por morte e as pensões de sobrevivência, melhorando, por outro lado, substancialmente, os regimes de subsídio por doença e das pensões de invalidez e velhice.

Assim, o quantitativo diário do subsídio pecuniário por doença é fixado em 60$00 e em 40$00, consoante as quotizações mensais forem de 80$00 ou 60$00. No caso de maternidade, o quantitativo diário será de 70$00, sendo concedido às parturientes, durante o período que vigore no regime geral das caixas sindicais de previdência.

O quantitativo mensal da pensão de invalidez ou de velhice é fixado em 900$00 e em 600$00, consoante as quotizações mensais sejam de 80$00 ou 60$00. Por morte do beneficiário, será atribuído aos familiares que à data do falecimento tenham direito a assistência médica um subsídio, pago por uma só vez, no montante de 8 000$00.

O diploma estabelece quem tem direito às pensões de sobrevivência e as percentagens a receber (calculadas sobre o subsídio de invalidez ou reforma do beneficiário falecido); as condições de atribuição das prestações dos fundos de previdência; os montantes das quotizações dos trabalhadores e dos sócios contribuintes; as quotizações para as Casas do Povo, etc. Subscrito ainda pelo ministro dr.ª Maria de Lourdes Pintassilgo, o decreto-lei (que entrou em vigor no passado dia 1) será obrigatóriamente revisto dentro de seis meses.

Em Oeiras

UMA COMISSÃO COORDENADORA DE TRABALHOS NA VIA PÚBLICA

. A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oeiras aprovou, na sua última sessão pública, a constituição de uma Comissão Coordenadora dos Trabalhos na Via Pública, a nível do concelho.

Segundo um comunicado que recebemos, «a inexistência de estruturas de planeamento cria situações graves de descoordenação entre os vários serviços que, para fazerem as suas instalações de material na via pública, têm necessidade de proceder à abertura de valas nas ruas.

«Assim, acontece por vezes que um dos serviços acaba de repor os pavimentos e logo outro inicia os trabalhos de rompimento para abrir valas.

«Consequências desta situação: por um lado, intransitabilidade constante de certos arruamentos; por outro, desperdício de tempo e mão-de-obra que, a partir de um planeamento consequente, poderiam ser mais aproveitados.»

. A comissão integrará representantes dos Serviços de Urbanização e Obras e da Divisão de Obras Municipais da C. M. O., Serviços Municipalizados de Oeiras, C. R. G. E., T. L. P. e eventualmente da Carris (zona de Algés).

Brigadas móveis de colheita de sangue

O Instituto Nacional de Sangue continua a fazer deslocar a vários organismos e empresas as suas brigadas móveis de colheita.

Assim, na última quinzena, registaram-se deslocações aos Laboratórios Azevedos, com 20 dadores aprovados (foi a 7.ª colheita efectuada no referido laboratório), à Sociedade Nacional de Sabões (8.ª deslocação) com 19 dadores, à Repartição de Finanças de Sintra (4.ª deslocação), com 10 dadores, à Tabaqueira (3.ª vez), com 20 dadores, e à Companhia de Seguros Fidelidade (1.ª vez), com 29 dadores.

Entretanto, no Porto efectuaram-se deslocações à Cerâmica de Valadares, com 35 dadores aprovados (26.ª colheita) e ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, com 41 dadores (175.ª vez).

O sangue recolhido destina-se aos doentes dos hospitais que, como não se ignora, se debatem com grandes dificuldades, devido à carência de sangue terapêutico que se verifica.

ENFERMEIROS MILITARES PODEM OBTER O TÍTULO DE ENFERMEIROS CIVIS

. Aos enfermeiros do quadro permanente do Exército, e aos da Força Aérea cuja formação tenha sido feita nos moldes dos do Exército, será concedido o título de enfermeiro civil, mediante a passagem da carteira profissional pelos sindicatos da zona do seu domicílio, desde que o requeiram até 31 de Dezembro próximo.

O decreto-lei que o determina vem publicado na folha oficial, estabelecendo ainda:

«Indivíduos que, durante o seu serviço militar obrigatório, obtiveram o curso de sargentos milicianos no serviço de saúde militar (2.º ciclo) e que à data da publicação deste diploma se encontrem na situação de disponibilidade há menos de um ano, e provem ter dificuldade de emprego, poderão vir a obter o título de enfermeiro nas condições seguintes: a) requerer a integração no Exército ou Força Aérea a fim de obter o tempo necessário de exercício (total de três anos após o curso de sargentos milicianos), de modo a poder ingressar no curso de promoção nos termos do artigo 2.º; b) os indivíduos aprovados no curso de sargentos milicianos no serviço de saúde militar que se encontram a prestar serviço de enfermagem em instituições hospitalares, desde que exerçam estas funções há mais de três anos, poderão igualmente frequentar o curso de promoção referido na alínea anterior.»

Pombos perdidos

LEIRIA — O sr. José Ferreira Pedrosa da Graça, residente no lugar de Fonte Cova, freguesia de Monte Redondo, (Leiria), tem em seu poder um pombo-correio, portador de anilhas com as seguintes inscrições: PORT-74-1026129 e A 516.

Também o sr. Domingos Gaspar, morador no sítio de Cavadas de Fonte Cova, Monte Redondo, concelho de Leiria, recolheu na sua casa um pombo-correio anilhado com os dizeres: PORTO-73-634460.

Ambos os pombos serão entregues a quem provar pertencerem-lhes.

4.ª CLASSE
EXAMES RÁPIDOS
Av. Almirante Reis, 188, 1.º
(Junto ao Metro-Alameda)
Telefone 725308

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA AFRICANA

COMISSÃO DE METALÚRGICOS CONTRA OS DIRIGENTES

. A Comissão de Unidade Operária Metalúrgica, que se diz maioritariamente composta por delegados sindicais e operários de alguns «sectores de ponta » da classe (T. A. P., Lisnave, etc.), está a distribuir aos trabalhadores, e entregou-nos, um comunicado sobre os recentes incidentes registados no Sindicato e manifestaram a existência de uma oposição no seio da classe à actual comissão directiva e à sua «linha política».

Genericamente, a C. U. O. M. considera que os acontecimentos recentes no sindicato são da responsabilidade dos actuais dirigentes que estarão ao serviço dos interesses do partido onde estão filiados, o quai defende a conciliação de classes e pretende pôr a classe operária a reboque da burguesia, em vez de defender os nossos verdadeiros interesses de classe». A «Comissão de Unidade» integra metalúrgicos que se manifestaram contra a forma de eleição da comissão administrativa — «em assembleia não convocada para o efeito» — e que pediram a realização, para o dia 2 de Abril, de uma assembleia geral para analisar as questões internas do Sindicato, julgar a actuação da direcção a tomar medidas quanto a esta — assembleia que foi recusada pela Mesa da Assembleia Geral do Sindicato. Esta comissão, que afirma representar milhares de metalúrgicos, considera que a assembleia onde foi eleita a actual comissão directiva é «ilegal» e que «incorreu em graves erros, especialmente no que se refere à eleição (...), pois que tratando-se de eleição terá de haver sempre uma convocatória nesse sentido».

O comunicado refere mais adiante a assembleia do passado dia 4, no Pavilhão dos Desportos, e que tinha, inicialmente, a seguinte ordem de trabalhos (depois alterada, por desejo da assembleia): C. C. T. (vertical) da indústria metalúrgica; verticalização do Sindicato; anteprojecto de estatutos; informações. «Na verdade, camaradas — afirma a C. U. O. M. — os assuntos da Ordem de Trabalhos são importantíssimos para a classe, mas cabe-nos pôr algumas interrogações: Porque tenta a «Comissão Directiva» escamotear os esclarecimentos à classe, pondo o ponto de informações em último lugar na Ordem de Trabalhos? O «DL» publicou desenvolvida reportagem sobre essa assembleia.

Finalizando, os metalúrgicos da referida Comissão de Unidade lembram aos colegas que não poderão admitir que o Sindicato «seja correia de transmissão de um partido político, que mais não faz que caluniar a luta dos explorados» e pergunta: «Conseguiremos nós avançar para uma análise calma e consciente do C. C. T., sem primeiro discutir e resolver (rapidamente) os outros problemas numa assembleia?». A terminar, a C. U. O. M. matém a sua exigência da realização da assembleia requerida e recusada pelo presidente da mesa da A. G., manifestasse por «um sindicalismo de classe» e pela discussão, no seio da mesma, da verticalização, do C. C. T. e do anteprojecto de estatutos.

sempre fixe
SEMANÁRIO POPULAR
INFORMAÇÃO COMPLETA
NÃO DEIXE DE LER AMANHÃ
MANTENHA-SE ACTUALIZADO!

Nacional

PORTO

Vão ser construídas 456 moradias populares

. PORTO, 11 — No decorrer da sessão extraordinária da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto, ontem realizada, foi aprovada a empreitada de construção de 456 casas populares, respectivamente no bairro de S. João de Deus, 32, Contumil, 64, Lordelo, 168 e Lagarteiro, 192. O valor desta empreitada é de cerca de 130 mil contos.

Foi também aprovada uma proposta apresentada por elementos da comissão do M.D.P./C.D.E. e P.C.P., sobre saneamento. Entretanto, ficou também decidido que a comissão de saneamento passasse a ser constituída pelo dr. Araújo Correia, eng Quintela, D. Maria Antónia Macedo e eng. Manuel Andrade.

Ficou ainda decidido que a Feira do Porto fosse transferida para terrenos situados na Estrada da Circunvalação, junto à praia. Foi marcada uma reunião informal para quinta-feira.

PROBLEMAS DOS MORADORES DA VITÓRIA

Zona densamente habitada, onde famílias inteiras se amontoam em quartos alugados de casas velhas e sombrias, a freguesia portuense da Vitória realizou um plenário e elegeu a respectiva comissão, constituída por 18 elementos. No plenário usaram da palavra diversos oradores, que revelaram as condições de saúde e higiene em que vivem e as pressões exercidas «não exercidas pelas subalugas». A comissão dos moradores constituiu-se em dois grupos, repartindo as tarefas de proceder a um levantamento da zona e às de dinamização para que a população «unida e organizadamente prossiga a sua luta por uma habitação decente».

A comissão eleita, que abrange uma das zonas em que a freguesia foi dividida, representado cerca de mil famílias, vai proceder a diligências a fim de ser resolvido o problema do lixo (que os serviços da Câmara raramente recolhem naquelas ruas) e constitui desde há muito uma das grandes preocupações do local.

Vai proceder igualmente ao estudo para instalação de uma creche e enfrentar a situação criada pela existência de «subalugas».

DEIXARAM A F S P

A comissão coordenadora da zona Norte da Frente Socialista Popular comunica que deixaram de fazer parte deste partido político os seguintes elementos: Fernado Xavier, Ernesto Maria Macedo da Silva, Florêncio Novais, Leandro Vale, Vítor Ferreira e Rolando Coelho.

DOCENTES DOS LICEUS SEM RECEBER DESDE NOVEMBRO

Desde o princípio do ano escolar (Novembro) que os professores dos cursos liceais nocturnos não recebem ordenados, apesar de terem sido já feitas diligências junto do M.E.C. face à situação, aqueles professores decidiram entrar hoje em greve. Entretanto, está marcado para hoje, às 20 horas, um plenário de professores do Liceu Rodrigues de Freitas para analisarem a situação. Também em plenário dos alunos dos cursos nocturnos do Liceu Alexandre Herculano, aqueles solidarizaram-se com os professores e decidiram apoiá-los por todos os meios ao seu alcance. Decidiram, ainda, fazer uma concentração no Liceu de todos os alunos que irão hoje, ao fim da tarde, ao Quartel Genral da Região Militar do Porto expor a grave situação dos docentes. Aprovado, também, o envio de um telegrama ao ministro da Educação e Cultura chamando-lhe a atenção para a injustiça que está a ser cometida.

GRAVE SITUAÇÃO PARA OS VENDEDORES DE AUTOMÓVEIS

Na Cooperativa dos Pedreiros do Porto, reuniram-se algumas dezenas de vendedores do ramo automóvel, para discutirem a situação considerada gravíssima, provocada pela decisão ministerial de restringir as facilidades de crédito na aquisição de automóveis.

Depois de várias sugestões, foi decidido: entrada imediata em contacto com todos os sindicatos que englobam trabalhadores do ramo automóvel; envio por todos os núcleos de trabalho de cartas e telegramas ao Governo e ao Conselho da Revolução, protestando contra a medida; e efectivação de uma manifestação. Pensa-se, no entanto, em conjugar os esforços a nível nacional.

Bombeiros da Ericeira querem um quartel

Depois de 44 anos de puro abandono, os Bombeiros da Ericeira tomaram uma atitude: ocupar um terreno de 80 metros quadrados (que até aqui esteve votado ao abandono) para nele construírem o seu quartel. Para tanto contam com o apoio e ajuda incondicionais de toda a população, que já contribuiu com cimento e dinheiro para que o quartel comece a ser construído.

O terreno onde pretendem erguer a sua sede é pertença de Henriqueta Ollivier (que se encontra em França) esperando a população que esta benemérita o ofereça (ou venda a preço razoável).

Entretanto e com o apoio dos 3000 habitantes da Ericeira, os bombeiros começaram a trabalhar, já que necessitam de condições para acudir não apenas à população fixa da Ericeira, mas também às 11 mil pessoas que acorrem à vila nos meses de Verão.

MISERICÓRDIA DA CHAMUSCA OCUPADA PELA POPULAÇÃO

Cerca de trezentos habitantes da Chamusca, ocuparam ontem à noite as instalações da Santa Casa da Misericórdia local, como forma de protesto pela forma como vinham a ser administrados os seus bens: principalmente o hospital, primorosamente equipado, mas votado a um lamentável abandono, por falta de médicos.

Principais responsáveis por esta situação (no julgamento popular) os membros da mesa que são acusados de incompetência, desleixo e imobilismo. Desde há algum tempo, que a população tentava resolver o problema de uma forma menos drástica, mas o tempo passava e nada de novo surgia que deixasse antever uma mudança radical na orientação dos bens da Misericórdia. Por isso, ontem à noite, se processou a ocupação estando marcada para logo à noite (às 21 horas) uma reunião com os actuais membros da mesa, numa tentativa para solucionar o problema.

"PAGARAM AS CALÇAS E FICARAM COM ELAS DE BORLA!"

. O anúncio vinha publicado num matutino lisboeta e era assim: «Jeane Saloon Aviso: avisam-se todos os clientes que nos dia 3 e 4 do corrente fizeram as suas compras nesta casa e pagaram com cheque, o favor de contactarem *urgentemente* para o telefone 898112 ou para a Rua Padre António Vieira, 21-B».

Negócio de cheques, neste momento e aqui é chamariz. Pode ser notícia. E é.

A história conta-se, aliás, em poucas palavras. Trata-se, como facilmente o leitor se apercebeu, de uma casa comercial, como tantas outras, mas a diferença está em que esta foi assaltada, tendo desaparecido cerca de 32 contos em dinheiro e cheques endereçados à firma no valor de 12 contos. Seriam, portanto, 44 contos de prejuízo, não fora o anúncio oportunamente publicado no jornal. Dois telefonemas de outros tantos clientes e toca de inutilizar dois cheques roubados, visto os mesmos serem endossados à firma. Daí que a sua substituição não seja difícil.

No entanto, os dois telefonemas referidos apenas aliviaram a casa do prejuízo de 3500$00 (dois clientes e os correspondentes cheques: 3000$00 e 500$00 . Balanço até agora: cerca de 40 contos de prejuízo. Espera-se, ainda, que mais clientes, dos que pagaram por cheque, entrem em contacto com a firma, os quais, no dizer de um dos donos da mesma e porque quem roubou não pode levantar os cheques, «pagaram as calças e ficam com elas de borla...

Um morto e dois feridos

. LEIRIA, 11 — Um morto e dois feridos de certa gravidade — tal é o balanço do acidente de viação registado num cruzamento da estrada da Famigueira perto de Leiria. Um dos veículos era conduzido por António Manuel da Silva Mortágua, de Salreu, Estarreja, que dera boleia ao soldado Mário Vieira Valente — que morreu no choque. No outro encontravam-se Manuel Pereira Alberto, de Casal Mil Homens, Batalha, e Carlos da Silva Fonseca, de Lisboa. Este último ficou ferido.

Trabalhadores da Norefa respondem à Câmara Municipal de Almada

. «Nós não queremos invadir nada, queremos é ver resolvidos os nossos problemas concretos», afirma a Comissão de Trabalhadores da Norefa, Lda., a propósito dos incidentes verificados recentemente na Câmara Municipal de Almada.

O comunicado põe a tónica sobre a necessidade para os trabalhadores da Norefa de terem trabalho, protestando contra o facto de a Comissão Administrativa do Município de Almada não ter aprovado nenhum dos projectos de construção apresentado pela firma que os emprega. Esclarece que foi este o sentido da sua ida aos Paços do Concelho, a qual, só por equívoco, pode ter sido considerada «invasão».

Concretamente, o documento refere o indeferimento de um projecto de construção de um prédio na Rua dos Pescadores, «ao lado e em frente de outros de igual altura, já existentes na mesma rua» e que «obedecia a todos os regulamentos em vigor», e projecto de uma casa de três andares, em frente do Parque de Campismo, na Costa da Caparica, onde «existe já rua alcatroada, água, esgoto e electricidade e até lá passam autocarros».

A Comissão de Trabalhadores protesta contra o facto de terem sido «insultados, empurrados, escarnecidos e ameaçados quase todos ou todos os quarenta e oito trabalhadores desta empresa que assinaram e concordaram com a petição» (entregue na Câmara), assim como os gerentes «que também assinaram a petição». Afirma que os fuzileiros navais não prenderam nenhum patrão e que, pelo contrário, «foram eles que evitaram que dois homens, desarmados e pacíficos, fossem linchados por uma multidão selvagem que exigia «fuzilamento popular» e «encostá-los à parede».

A Comissão pergunta: «Sendo nós, os trabalhadores, uma das classes mais desfavorecidas do nosso povo, é assim que nos apoiam?»

CORREIOS DE LISBOA-1

"Não" às horas extraordinárias

Os trabalhadores da Estação de Correios de Lisboa-1 decidiram não fazer horas extraordinárias, aprovando uma proposta por unanimidade. Segundo um comunicado da respectiva comissão de delegados, «esta posição de 'não aos extraordinários' foi devida à grande aglomeração de serviço nesta Estação», onde os trabalhadores vinham fazendo horas extraordinárias desde há muito tempo.

Ainda segundo o mesmo comunicado, «no dia 24 de Março passado, passaram a entrar nesta Estação as correspondências depositadas nos receptáculos postais, que se encontravam na zona de Lisboa-1 e mais o das Estações Urbanas também desta zona. A entrada dessas correspondências andam à volta de 40 mil diárias. Os trabalhadores, vendo que o problema já não se resolvia com horas extraordinárias e pensando que o País tem muitos milhares de desempregados, verificam que este problema só pode ser resolvido com mais trabalhadores e com esta medida verificam-se melhorias no desemprego e nos próprios serviços».

A ADMINISTRAÇÃO NÃO FUGIU

Considerando a onda de boatos levantados no exterior da firma J. F. de Azevedo e Silva, Comércio e Indústria, S. A. R. L. acerca da fuga da administração para o estrangeiro, a comissão de delegados sindicais distribuiu um comunicado em que se afirma que «tais boatos não destituídos de qualquer fundamento e só podem ser entendidos como manobras capitalistas de concorrência e como tal servem exclusiva e objectivamente a reacção». Acrescenta o comunicado: «Além disso, os trabalhadores organizados em torno dos delegados sindicais estão em permanente análise da situação da firma e comunicam que todos os sectores da empresa se encontram em plena laboração estando a administração no exercício das suas funções».

NA COVA DO VAPOR

O COPCON DESTRUIU ONTEM O BAIRRO CLANDESTINO

. Na Cova do Vapor surgiu há tempos um bairro clandestino: casas amontoadas grotescamente e sem as condições mínimas e fundamentais de existência humana (falta de água, luz, esgostos, etc.). Sabedor desta realidade, o Copcon estudou a situação e chegou à conclusão de que «os ocupantes, arbitrariamente, desvastaram a vegetação ali existente, cuja plantação, atendendo a que se trata de uma zona árida, tinha sido criteriosamente estudada por técnicos especializados».

Assim sendo deu o prazo de um dia para que o bairro fosse desmantelado: isso aconteceu ontem, porquanto o Copcon «não pactua, de qualquer forma, com a criação de condições que levam ao desrespeito pelos direitos mais elementares dos cidadãos e da ordem e que entravem a reconstrução do novo Portugal que se pretende e deseja».

MÁRIO RUIVO VAI À FUSETA

No âmbito do programa de dinamização cultural das comunidades piscatórias, levado a efeito em conjunto com o M.F.A. e S.E.P., decorre amanhã, às 17 horas no salão de cinema da Fuseta, a primeira sessão de esclarecimento, com a presença do dr. Mário Ruivo, secretário de Estado das Pescas.

Estarão também presentes o dr. Ulpiano do Nascimento, director-geral do Planeamento e Fomento das Pescas, e o comandante Pessoa Guerreiro, da Comissão Dinamizadora Central do M.F.A., bem como outros técnicos da Secretaria de Estado das Pescas e ainda elementos da Comissão Dinamizadora Regional do Algarve.

Respondeu ao polícia com cinco tiros

PORTO, 11 — Ainda não foi detido pelas autoridades um indivíduo, que se crê ser turco, e que viaja num «Mercedes» branco, acompanhado de uma menor. Este indivíduo, ontem, pelas 23 e 30, na Praça da Batalha, quando o guarda da P.S.P. sr. José da Silva Esteves lhe pediu os documentos, disparou cinco tiros, pondo-se em fuga. Foi ainda perseguido por um condutor de táxi, mas sendo o carro menos potente, o fugitivo desapareceu perto de S.Lázaro.

Felizmente os tiros não atingiram ninguém. Os dois primeiros seriam para o guarda da P.S.P., que de um salto se pôs a coberto dos disparos. Os outros três foram para conseguir safar-se de entre uma camioneta de lixo e um táxi que, a pedido daquele guarda, se colocou atrás do «Mercedes» para o não deixar manobrar.

Este indivíduo parece chamar-se Altug Yukel e ser de nacionalidade turca, pedindo a Polícia a detenção da menor que viaja com ele. O aparecimento de ambos na Praça da Batalha fora notado por um transeunte, que alertou o guarda da P.S.P.

Uma patrulha da P.M. esteve no local a inteirar-se do sucedido.

O MINISTRO DO EQUIPAMENTO NO PORTO

. PORTO, 11 — A convite da Câmara do Porto, chegou esta manhã, no avião da carreira das 8 e 15, a Pedras Rubras o coronel de Engenharia José Augusto Fernandes, ministro do Equipamento Social e Ambiente, que se fazia acompanhar do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, eng. Ernesto Pereira, e do presidente do Fundo do Fomento e Habitação.

Eram aguardados pelos governador civil, presidente da comissão administrativa da Câmara e outras entidades. Após os cumprimentos, aqueles membros do Governo percorreram, da parte da manhã, alguns bairros municipais, bem como locais de implantação de novos fogos. Da parte da tarde, haverá uma reunião na Câmara Municipal, durante a qual serão estudados vários problemas de interesse citadino, entre os quais o caso da Avenida da Ponte.

CASAS ISENTAS DE SISA

. Foi prorrogado até ao dia 30 do próximo mês de Junho o regime de incentivos fiscais relativos à aquisição de casas de habitação, considerando-se reportadas a 30 de Junho de 1975 todas as datas referentes à caducidade do regime ou à fiscalização do seu condicionalismo e estabelecidas nos Decretos 472/74 de 20 de Setembro e 813/74, de 31 de Dezembro.

Estrangeiro

Envio de tropas para o Vietname sugerido por Ford ao Congresso

. WASHINGTON, 11 — (R.) — Arriscando-se a uma rejeição quase certa, o presidente Gerald Ford fez a noite passada um apelo apaixonado a um Congresso hostil para mais auxílio militar, a fim de salvar o Vietname do Sul de ocupação comunista.

Ford pediu ao Congresso cerca de mil milhões de dólares, a maior parte dessa verba em armamento para o Governo de Saigão, cuja situação se agrava a cada momento.

E, sugerindo a possibilidade de forças de combate norte-americanas regressarem à Indochina, o presidente procurou autorizaçao para enviar tropas e aviões para Saigão, «se o pior que está para vir» equivaler a uma evacuação maciça de norte-americanos e sul-vietnamitas, que poderiam ser executados pelos comunistas.

No seu discurso sobre o estado do mundo, Ford solicitou ao Congresso não apenas para clarificar a proibição, sobre o emprego de forças norte-americanas na Indochina, mas também para alargar a sua alçada de forma a abranger sul-vietnamitas «cujas vidas, juntamente com a dos familiares, correm grave perigo».

REACÇÃO HOSTIL

Fontes afectas ao Governo disseram que pensavam em evacuar até 200 000 nacionais sul-vietnamitas, que estiveram associados com a presença norte-americana, além dos 6000 norte-americanos ainda no Vietname. Não excluiram a possibilidade de cercar Saigão com tropas norte-americanas para proteger a sua partida.

Ford deu ao congresso nove dias para agir quanto ao seu apelo acerca do Vietname. Pretendia 722 milhões de dólares em auxílio militar de emergência — mais do dobro da verba pedida há algumas semanas — e 250 milhões de dólares para assistência económica e humanitária. No entanto, a reacção inicial do Congresso foi hostil.

Congressistas de destaque disseram que não existia a mínima possibilidade de Ford conseguir aprovação para mais auxílio militar. Poderia registar-se uma atitude simpática quanto a ajuda humanitária, embora houvesse algum regateio sobre a verba a conceder.

Os democráticos, que dispõem de grandes maiorias tanto no Senado como na Câmara dos Representantes, acusaram o presidente de interpretar erradamente a atitude do país e de ser irrealista ao pensar que, nesta altura, mais armas poderiam ajudar o Governo de Saigão a sobreviver.

«DEMASIADO TARDE»

Ford, descrevendo a situação no Vietname e no Camboja como uma vasta tragédia humana, declarou que mais auxílio ajudaria a travar os avanços militares dos comunistas, a estabilizar a frente e a melhorar as possibilidades de negociação.

Contudo, não aludiu à necessidade de mais dinheiro para o Governo cambojano, cercado em Phnom Penh, observando apenas: «Lamento dizer que, a partir desta noite, poderá ser demasiado tarde».

A reacção imediata do Congresso, amargurado por causa dos milhares de milhões de dólares gastos e dos 55 000 americanos que perderam a vida pela causa de Saigão, foi geralmente fria e antagónica.

O senador John McLellan, do Arkansas, um democrático conservador do Sul, que preside à influente comissão de apropriações, declarou: «Mais auxílio apenas prolongará o conflito e poderá adiar brevemente o inevitável».

Funcionários governamentais notaram por outro lado que a sorte do Camboja poderia ficar decidida nos próximos dias.

Outros tópicos focados pelo presidente no seu discurso:

. — Empenhar-se-ia «numa grande iniciativa de paz no Médio Oriente», por intermédio da conferência de Genebra ou de outros foros.

— Esperava assistir, em breve, a uma conferência cimeira da N. A. T. O.

— Esperava que o Congresso anularia a sua proibição de auxílio e de vendas de armas à Turquia e tencionava anunciar planos de assistência à Grécia.

— Pretendia avistar-se com dirigentes asiáticos e dialogar acerca da sua preocupação quanto à futura política norte-americana em virtude da situação no Vietname.

As forças do Norte e as do Sul

. A importância das forças norte-vietnamitas acutalmente envolvidas no Vietname do Sul são objecto de uma acesa polémica entre Saigão, de uma parte, e de Hanoi e do Governo Revolucionário Provisório do Vietname do Sul, pelo outro. A 25 de Março, a delegação do Governo sul-vietnamita em Paris anunciava a presença no Sul de vinte divisões, representando efectivos da ordem dos 500 mil homens, das forças regulares norte-vietnamitas. O G.R.P. rejeita estas acusações e não reconhece a presença no Sul de tropas «sob comando norte-vietnamita».

Embora a sua presença seja incontestável, nenhuma estimativa digna de crédito permite afirmar com exactidão quantos soldados norte-vietnamitas participam neste momento juntamente com as forças comunistas sul-vietnamitas nos combates que se travam.

VIETNAME DO NORTE

Exército: 570 000 homens distribuidos nomeadamente por 18 divisões de Infantarias, duas divisões de treino, uma devisão de artilharia, quatro regimentos blindados, cerca de vinte regimentos de infantaria independentes e aproximadamente quarenta regimentos de artilharia e de mísseis antiaéreos.

Marinha: 3000 homens.

Aviação: 10 000 homens e duas centenas de aparelhos de combate.

Forças para-militares: milícias (cerca de 1 500 00 homens) e tropas de fronteira (20 000)

VIETNAME DO SUL

Exército: 465 000 homens distribuídos por onze divisões de infantaria, uma divisão aerotransportada, dois regimentos de infantaria independentes, 18 esquadrões e três motorizados, 45 batalhões de «rangers», uma divisão (15 000 homens) de «marines» e 14 regimentos de artilharia.

Marinha: 40 000 homens

Aviação: 60 000 homens e cerca de quinhentos aparelhos de combate.

Forças para-militares: aproximadamente dois milhões de homens, dos quais 1 400 000 de forças populares de autodefesa.

PAÍSES NÃO-ALINHADOS APOIAM O G.R.P.

. GENEBRA, 11 — (F. P.) Os representantes do grupo dos países não-alinhados, reunidos na quinta-feira, em Genebra, declararam que «só um novo Governo em Saigão, decidido a respeitar as cláusulas do acordo de Paris, pode pôr termo à guerra do Vietnam». Pham Van Ba, embaixador do governo revolucionário provisório (G. R. P.) do Vietname do Sul, participava nessa reunião.

Os membros dos países não-alinhados congratulam-se com os «êxitos alcançados pelo governo revolucionário provisório» e manifestaram a sua intenção de «apoiarem a concretização dos legítimos direitos do povo sul-vietnamita» — indica o comunicado.

Um grande número de países membros do grupo dos países não-alinhados manifestaram a sua firme intenção de apoiarem a candidatura do governo revolucionário provisório do Vietname do Sul à organização das Nações Unidas, na qualidade de observador, à Organização Mundial de Saúde (O. M. S.) e a outras instituições.

RECUSADOS ESCLARECIMENTOS SOBRE PRESOS BRASILEIROS

. BRASILIA, 11 — (F.P/R.) — A Câmara dos Deputados recusou ontem, por 192 votos contra 136, a convocação do ministro brasileiro da Justiça para fornecer esclarecimentos quanto à sorte de 30 presos políticos.

Esta convocação era exigida pelo «Movimento Democrático Brasileiro» ((M.D.B.), único partido legal oposicionista, que considera insuficientes as primeiras explicações do ministro da Justiça, dr. Armando Falcão. Este havia declarado que os presos políticos já teriam sido soltos, ou teriam fugido.

Estas afirmações são contestadas por familiares de presos políticos, que dizem que vários têm sido torturados.

O outro partido brasileiro legal, ARENA pró-governamental, opôs-se a essa convocatória, argumentando que o M.D.B. procurava deste modo «julgar o Governo» e a «Revolução» de 1964, o que provocaria uma crise «de consequências incalculáveis». A ARENA acusou ainda o M.D.B. de fazer o jogo dos comunistas e afirmou que cinco dos seus deputados são de obediência marxista.

Elementos anticomunistas intransigentes no seio do Exército opõem-se a qualquer investigação nos serviços de segurança havendo boatos de uma crise que poderia retardar a política do presidente Ernesto Geisel de liberalizar gradualmente o regime militar autoritário.

A seguir a um dos debates mais tensos do Parlamento, desde que o Congresso foi temporariamente suspenso em 1968, A ARENA derrotou a moção apresentada pelo M.D.B.

Durante o debate, o porta-voz do M.D.B. acusou o dirigente da ARENA na Câmara Federal, José Bonifácio, de tratar de uma maneira brincalhona todo o caso em discussão acerca do grupo de presos que se anunciou ter desaparecido.

Os cubanos vão discutir a nova constituição

. HAVANA, 11 — (R.) — O texto de uma nova Constituição, que dará a Cuba um Governo eleito pelo povo — dezasseis anos após o triunfo da revolução — foi hoje divulgado oficialmente para ser discutido a nível popular antes da sua aprovação final por plebiscito.

O texto provisório proposto foi aprovado pela comissão política do Partido Comunista Cubano e os seus 141 artigos serão agora submetidos a discussão e crítica na Imprensa e a outros níveis antes da redacção do texto final que será submetido a ratificação durante o primeiro Congresso do Partido Comunista. Por último, em data ainda não fixada, a nova Constituição será solenemente ratificada por plebiscito nacional.

Entre outras coisas, o texto constitucional proposto concede o direito de voto a todos os cubanos maiores de 16 anos, sem distinção de sexo. De cinco em cinco anos, por sufrágio universal directo, os cubanos elegerão uma Assembleia Nacional, cujos deputados elegerão entre si um Conselho de Estado com 31 membros, entre os quais um presidente, um vice-presidente e cinco adjuntos. O presidente será o chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas.

A aprovação desta Constituição representa a fase final da institucionalização do regime revolucionário cubano, instaurado em 1959, data em que a anterior Constituição foi suspensa.

Oito anos depois do seu encerramento, durante a guerra dos seis dias, o Canal de Suez reabrirá em 5 de Junho, segundo foi anunciado pelo presidente Anwar Sadat, no Parlamento egípcio. (Telefoto UPI-Telimprensa).

24 horas no Mundo

■ O primeiro-ministro Harold Wilson demitiu um ministro «rebelde», no meio da confusão nas fileiras do Partido Trabalhista, quando a Câmara dos Comuns votou a favor da permanência da Inglaterra na Comunidade Económica Europeia. Por outro lado, o Governo revelou que se realizaria em 5 de Junho o referendo sobre a C.E.E.

■ O professor britânico Denis Cecil Hill, que ensina na Universidade de Kampala, foi preso por suspeita de espionagem, podendo ser enviado a juízo ou ser expulso do Uganda.. Na mesma capital, os jornais publicaram todos uma fotografia da princesa Elizabeth Bagaya, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros completamente nua. A publicação deveu-se a uma ordem do presidente ugandês Idi Amin, que acusa a princesa de corrupção e de propaganda mentirosa.

■ Uma importante delegação do Partido Social-Democrático sueco efectuou uma discreta visita à Espanha a convite dos dirigentes do Partido Socialista dos Operários Espanhóis (P.S.O.E., clandestino). Em Madrid foi entretanto anunciada a prisão do padre Mariano Gamo, por as suas homilias conterem partes consideradas subversivas.

■ Para uma visita de reconciliação entre a Agélia e a França, chegou a Argel o presidente francês Valery Giscard d'Estaing, que foi recebido no aeroporto pelo presidente Houari Boumedienne. É a primeira vez que um chefe de Estado francês pisa solo argelino depois da independência.

■ Enquanto no Vietname do Sul prosseguem os combates pela posse de Xuan Loc, em Washington, é grande a polémica depois da revelação, feita pela Casa Branca, de que o antigo presidente Richard Nixon teria secretamente garantido ao presidente Nguyen Van Thieu uma enérgica reacção norte-americana no caso de violação dos acordos de Paris. Dirigentes democráticos do Congreso pediram já um inquérito sobre o assunto. Entretanto, o presidente Gerald Ford pediu no Congresso mais auxílio para Saigão.

■ Perante uma delegação da Guiana, em visita a Cuba, Fidel Castro declarou em Cienfuegos que o «bloqueio e o isolamento do seu país imposto pelos Estados Unidos estão a desaparecer progressivamente enquanto aumenta o número de países da América Latina que estabelecem relações com Cuba».

■ Depois da demissão colectiva do Governo chileno, num total de membros, dos quais 14 eram militares, admite-se em Santiago que o general Pinochet venha a chamar mais elementos civis para o futuro Gabinete, a fim de enfrentar a grave crise económica em que o país se debate.

AULAS ATÉ AO DIA 12 DE JULHO NO ENSINO SECUNDÁRIO

Ao terceiro período escolar no ensino secundário, começado a três de Abril e que normalmente terminava a 10 de Junho, prolongar-se-á este ano lectivo até ao dia 12 de Julho, segundo anunciaram, numa entrevista concedida à RTP, o secretário de Estado de Orientação Pedagógica, dr. Rui Grácio, e o director-geral do Ensino Secundário, dr. Raul Gomes.

A avaliação final será distribuída pela obtenção de uma média aritmética entre uma primeira classificação nos fins de Maio e uma segunda classificação no termo das actividades escolares. Caso no segundo período tenha havido classificação, esta entrará no cálculo da média.

Após a primeira avaliação, haverá uma interrupção nas aulas, de uma semana no ensino oficial, e de duas no ensino particular. Registe-se que o prolongamento do ano escolar tinha sido proposto já, em pleno movimento grevista, pela U.E.C., no Porto. Foi ainda anunciado pelos dois responsáveis do M.E.C. que oportunamente será fixado um programa mínimo nas diferentes disciplinas.

Quanto às épocas de exames, também o estabelecido difere do ano lectivo transacto. Com efeito, haverá apenas uma chamada em cada época. Para os trabalhadores-estudantes, porém, não haverá nenhuma limitação quanto às disciplinas a fazer.

OBRIGATÓRIA A ORAL EM LÍNGUAS VIVAS

À semelhança do que já vinha acontecendo no ensino superior, a obrigatoriedade das provas orais mantém-se apenas para as línguas vivas. Nas restantes disciplinas as provas são facultativas para os alunos que desejem melhoria de classificação.

A «avaliação continuada» por que os docentes se têm batido, embora tenha de ser levado em conta o grau de absentismo e uma perturbação permanente nas escolas que a poderiam impedir ou pelo menos desvirtuar, foi alvo de certas reticências por parte do dr. Rui Grácio, que sustentou:

. «Tal processo exige três condições fundamentais: que os professores estejam na sua grande maioria muito bem preparados, orientados na perspectiva deste modo de avaliação; que o número de alunos em cada turma seja razoável; que haja uma presença regular dos professores e alunos».

Com efeito, tendo em conta a necessidade de uma reciclagem pedagógica da grande parte dos professores, ultrapassados pelo processo político em curso, constatando por outro lado, que uma grande parte da classe docente (provisórios e eventuais) é flutuante e nem sempre com uma sólida formação pedagógica, e que as turmas ultrapassam, na generalidade, os 20 alunos, compreende-se a afirmação do dr. Rui Grácio quando opina que «é difícil dizer que estas três condições tenham sido garantidas neste ano...» E adianta, na sua entrevista, o secretátio de Estado da Orientação Pedagógica: «Só num ambiente de trabalho, tranquilo e empenhado, é possível falar rigorosamente de avaliação continuada. Nalguns lugares é possível que essas condições estejam garantidas, e é compreensível a aspiração dos professores que pedem, mas, no sistema escolar em que vivemos, centralizado, ainda, e uniforme, o risco é enorme se fossemos conceder num lado aquilo que não pode ser concedido noutro.»

FIRMEZA DO M.E.C. PARA O TERCEIRO PERÍODO

O primeiro período confuso, ausência de decretos sobre gestão, dificuldades na colocação dos professores, o segundo período, de contestação dos decretos que finalmente foram publicados, o movimento grevista como resposta e em certos casos a necessidade de intervenção militar, colocam uma incógnita perante o que será ou poderá vir a ser o terceiro período, mais longo e que decorre durante dois tempos considerados importantes para o País: a campanha eleitoral em si e as consequências do leque (numérico) da votação.

A propósito, o dr. Rui Grácio, sublinhou: «O Ministério está disposto a toda a firmeza para garantir o ano e para defender aqueles que querem trabalhar. E se suceder que num ou noutro estabelecimento isso se não possa garantir, então diremos que aí os alunos, infelizmente, vão pagar o preço de não ter havido força bastante para superar o projecto de alguns poucos; e aí, não salvar o ano, significa no fundo, prejudicar os alunos das classes mais desfavorecidas.»

"AÍ VEM A CHAPA!"

«Aí vem a chapa!». Este foi o grito, atento e vigilante, de todos quantos, na Rua Áurea, se encontravam junto do edifício do Montepio Geral, presentemente em obras. Uma pesada chapa de zinco, destinada às estruturas do telhado, deslocou-se pelas vigas que os operários utilizam para circulação no espaço e ameaçava despenhar-se sobre os transeúntes. De repente, no entanto, deteve-se. Chamados os Sapadores Bombeiros, logo uma escada «magirus» se projectou até às alturas da chapa. Um, dois, três bombeiros subiram pela escada — e a «aventura» da chapa em breve terminou. Moral deste pequeno incidente quotidiano: há aventuras aéreas (como a dos aviões que sobrevoaram o R. A. L. 1) que não resistem à vigilância popular.

AGENTE OFICIAL:
ALEXANDRE & FERREIRA, LDA.
ESTRADA DE BENFICA, 741-A - 743 - D
TELEF.: 706466 - 706945 - 704252 LISBOA

CURSOS

● MECANOGRAFIA
PERFURAÇÃO / VERIFICAÇÃO
Sistemas: IBM e UNIVAC
Início dos cursos: 16 - Abril
Informações e Matrículas no
Externato Continental
APROVADO PELO M. E. C.
Tel. 36 42 72
R. do Arsenal, 100-1.º

BOMBEIROS DE FANHÕES

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Fanhões promove no dia 26, às 20 horas, uma assembleia geral extraordinária, de cuja ordem de trabalhos consta, designadamente: eleição dos corpos directivos; apreciação do relatório e contas de 1974 e o parecer do conselho fiscal; aumento da cotização; e eleição do representante legal junto dos Telefones de Lisboa e Porto.

PASSAPORTE...?
UM TELEFONEMA BASTA
Consulte-nos já!
viagens nascimento
R. das Flores, 71 Tel. 32 04 00 36 18 23
32 14 79 32 72 77 8 9 Lisboa 2

António Antunes Amaro
(PROFESSOR PRIMÁRIO)
MISSA DO 7.º DIA

Seus Filhos e mais Família, participam que amanhã, às 12.30 horas, na Igreja de S. João de Brito, será celebrada missa pelo seu eterno descanso.

Agradecem desde já às pessoas que se dignem assistir a este acto.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 13 (Domingo) das 8 às 15 horas, nas seguintes localidades:

Friela, Fanqueiro, A-Das-Lôbres, Tojal, Zambujal, Bucelas, Vila de Rei, Bemposta, Freixial, Chamboeira, Vila Nova e toda a Linha de A. T. Loures, Chamboeira, Vila Nova, Vila de Rei, Quinta da Francelha, Sacavém.

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Loures, 9 de Abril de 1975.

O Engenheiro Director Delegado — **Casimiro Martins Neves Cabaço.**

GARAGEM OU ARMAZÉM

PRETENDE-SE ALUGAR NA ZONA PRÍNCIPE REAL OU BAIRRO ALTO

Pretende-se alugar garagem ou armazém com possibilidade de recolha de carros, com capacidade mínima de 10 a 12 carros, na zona do Príncipe Real, Bairro Alto, Santa Catarina ou São Bento. Aluguer imediato. Resposta indicando local e condições ao n.º 1564.

NOTARIADO PORTUGUÊS

Décimo terceiro Cartório Notarial de Lisboa a cargo do notário dr. Abel Augusto Veiga da Gama Vieira

— É fotocópia parcial, extraída para efeitos de publicação, da escritura lavrada em vinte e nove de Janeiro de mil novecentos e setenta e cinco, de folhas quarenta e nove a folhas cincoenta e uma verso do livro de escrituras diversas número CENTO E VINTE E QUATRO-D, deste cartório, de constituição entre dr. Paulo Henrique Lowndes Marques e dr. Jorge Luis Seromenho Gomes de Abreu, de uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos adeante indicados e vai conforme com o original.

— Declara-se que na parte omitida, nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte fotocopiada.

— Lisboa, cinco de Fevereiro de mil novecentos setenta e cinco.

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação NAVALGARVE — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES DE BARCOS DE RECREIO, LIMITADA.

SEGUNDO

A sua sede é em Lisboa e domicílio na Rua Castilho, número duzentos e um, sexto, esquerdo.

TERCEIRO

A sociedade inicia a sua actividade nesta data e o tempo de duração é indeterminado.

QUARTO

O objecto social é a construção e reparação de barcos de construção de quilha e arqueação de madeira ou de qualquer outro ramo em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

QUINTO

O capital social é de CEM MIL ESCUDOS e encontra-se integralmente realizado em dinheiro, na forma a seguir indicada e correspondente à soma das quotas dos sócios que são os seguintes:

Dr. PAULO HENRIQUE LOWNDES MARQUES, noventa e cinco mil escudos;

Dr. JORGE LUIS SEROMENHO GOMES DE ABREU, cinco mil escudos.

SEXTO

A representação da sociedade em juízo ou fora dele será feita pelo gerente ou gerentes a eleger em assembleia geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A assembleia geral decidirá quantos e em que circunstâncias poderão os gerentes assinar actos e contratos que pela sua natureza envolvam responsabilidades para a sociedade.

Nestes actos incluem-se a aquisição, venda ou trocas de bens móveis incluindo veículos motores.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A sociedade será estranha a quaisquer actos ou contratos firmados pelos gerentes em letras de favor, fianças, abonações ou outros semelhantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência em pessoa estranha à sociedade, carecendo, porém, do consentimento expresso dado pela assembleia geral da sociedade.

PARÁGRAFO QUARTO

Os gerentes são dispensados de prestações de cauções e terão a remuneração que for fixada em assembleia geral.

SÉTIMO

É permitida a divisão e a cessão de quotas entre os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica igualmente permitida a cessão de quotas ou parte de quotas a favor dos descendentes dos sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Aos sócios é permitido ceder, a título gratuito, as suas respectivas quotas, mas a sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota cedida nestes termos se entender não dever aceitar o beneficiado como sócio.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Fica ainda permitido a qualquer sócio ceder a sua quota, no todo ou em parte, ao cônjuge de outro sócio.

PARÁGRAFO QUARTO

I

Se um sócio pretender ceder a sua quota a estranho não abrangido pelas disposições dos parágrafos anteriores, terá de pedir consentimento à sociedade, a qual se reserva o direito de preferência, pagando-a pelo valor apurado no último balanço.

Se a sociedade não exercer esse direito de preferência, caberá o mesmo aos sócios, em conjunto ou isoladamente.

PARÁGRAFO QUINTO

Se nem a sociedade nem os sócios pretenderem a quota cedenda, poderá o sócio que deseja apartar-se da sociedade cedê-la livremente, ficando a sociedade obrigada a prestar o seu consentimento para a cedência.

PARÁGRAFO SEXTO

O prazo para exercer o direito de preferência mencionado no parágrafo quarto, não poderá ir além de noventa dias após a comunicação feita pelo sócio cedente.

OITAVO

Falecendo algum sócio ou for ele interdito, a sociedade não se dissolve: será admitido o representante legal do interdito e o cabeça de casal da herança ilíquida e indivisa do sócio falecido, enquanto a respectiva quota se mantiver nessa situação.

NONO

Sempre que seja necessário reunir a assembleia geral, serão os sócios convocados por cartas registadas, a eles dirigidas com a antecedência de trinta dias, salvo os casos para que a lei prescreve formalidades especiais de convocação.

DÉCIMO

No caso de dissolução da sociedade por acordo dos sócios, o património social poderá ser adjudicado a um ou mais sócios que melhor preço e forma de pagamento oferecerem e se aquele ou estes pretenderem continuar a exercer o comércio no estabelecimento social, poderão usar a denominação adoptada pela sociedade com o acréscimo da palavra «sucessor» ou «sucessores».

Nacional

ARQUITECTOS ASSALARIADOS:

DEFENDIDA A INTEGRAÇÃO EM SINDICATOS VERTICAIS

O número pouco significativo de arquitectos que trabalham exclusivamente por conta de outrem veio desencorajar a ideia da criação de um sindicato horizontal, lançada pela Comissão Pró-Sindical dos Arquitectos Assalariados.

Recentemente, esta Comissão procedeu a um levantamento da situação da classe, através de um inquérito à escala nacional. Segundo um comunicado agora distribuído, «os resultados do inquérito promovido vieram demonstrar a inviabilidade da criação de um sindicato horizontal para os arquitectos, dado que apenas um número pouco significativo de arquitectos (tendo em conta as percentagens obtidas) trabalham exclusivamente por conta de outrem, desenvolvendo a sua maioria, trabalho em regime de profissão liberal e sendo cumulativamente assalariados e patrões, havendo também um sector minoritário que trabalha exclusivamente por conta própria».

Conclui-se, assim, pelos números obtidos, que a criação de um sindicato horizontal «resultaria na prática num mini-sindicato, à partida sem força reivindicativa que assegurasse a defesa dos interesses dos arquitectos.

«Por outro lado e atendendo à evolução verificada no movimento sindical português que aponta para os sindicatos verticais por ramo de actividade económica, reconhece esta Comissão que eles são, de facto, uma forma avançada de organização sindical e a que melhor serve os trabalhadores portugueses» — assinala ainda o mesmo comunicado.

A Comissão Pró-Sindicato dos Arquitectos Assalariados entende, assim, que «a melhor forma de organização sindical para a classe consiste na integração dos arquitectos assalariados nos sindicatos verticais que se vão formando, com particular incidência sobre os Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil e da Função Pública, sem dúvida os sectores que maior número de arquitectos têm ao seu serviço».

Entretanto, e enquanto os sindicatos verticais destes ou doutros sectores que incluam arquitectos não estejam formados, a Comissão «aponta para que uma íntima colaboração com os grupos dinamizadores e organizativos dos futuros sindicatos verticais, mormente o respeitante a convenções colectivas de trabalho, para que neles venham já a constar a regulamentação de trabalho dos arquitectos».

Dentro deste espírito, a Comissão tem colaborado com o Grupo de Trabalho para a elaboração do Contrato Colectivo de Trabalho da Construção Civil e Obras Públicas, estando já elaboradas as cláusulas que regulamentarão as categorias profissionais e as remunerações mínimas dos arquitectos, a incluir naquele contrato.

No mesmo sentido, a Comissão considera importante «a presença de todos os arquitectos assalariados no Pavilhão dos Desportos onde, em assembleia geral, os trabalhadores das diversas profissões irão aprovar a proposta final do Contrato Colectivo de Trabalho a entregar aos industriais da construção civil e obras públicas.

1500 EM LUTA — O «empresário do ano» em 1973, dr. Nelson Reis, figura entre os administradores do grupo Handy Portuguesa, Ld.ª expulsos pelos respectivos trabalhadores que ocupam as instalações da empresa. Concretamente, o «empresário do ano» é acusado de «má gestão». Os administradores visados são: Manuel José Archer Homem de Mello (conde de Águeda), antigo deputado e antigo director de «A Capital», ausente no Brasil desde 29 de Setembro do ano passado; eng.º Albano Pimentel Homem de Mello, já convidado a reformar-se, devido à sua idade avançada, pela Sonap; eng.º João Pedro da Cunha Homem de Mello, saneado da Sociedade Central de Cervejas; António Carlos Homem de Mello; dr. Nelson Alexandre Albuquerque Reis, ex-inspector dos Serviços Prisionais.

Estabelecidos contactos com as autoridades competentes, os trabalhadores elegeram uma comissão provisória de gestão composta por trabalhadores responsáveis que já anteriormente ocupavam cargos bastante importantes na empresa.

O grupo Handy Portuguesa, Ld.ª (Handy, Masola, Tubus e Altamira) ocupa cerca de 1500 trabalhadores.

CIBOREL: AUTOGESTÃO — Em virtude de a administração da Ciborel, SARL (Recauchutagem Boa Esperança), em Pegões, ter adiado o pagamento dos salários aos seus empregados, a comissão de trabalhadores impos a demissão imediata de todos os administradores. Os trabalhadores da Ciborel entraram, assim, em autogestão, tendo pedido ao Copcon o congelamento das contas bancárias da administração e dos seus membros.

À ESPERA DA CONTRAPROPOSTA — Entregue pelos respectivos sindicatos a proposta de Contrato Colectivo de Trabalho (vertical) para os empregados forenses e despachantes, os trabalhadores aguardam a contraproposta do patronato até ao dia 18, devendo, então, iniciar-se as negociações. O contrato abrangerá todos os trabalhadores, independentemente da sua profissão, que exercem actividades em empresas ligadas ao sector forense e de despachantes oficiais de Alfândega, com excepção dos ajudantes de despachante.

CONTRATO ALARGADO — Por portaria do secretário de Estado do Trabalho, foi determinado o alargamento do Contrato Colectivo de Trabalho, celebrado entre os Grémios Concelhios dos Comerciantes de Camisaria e Malhas, Modas e Vestuário e Tecidos do Porto e os Grémios Concelhios do Distrito do Porto e o Sindicato dos Caixeiros daquele distrito, a todas as empresas que no distrito do Porto exerçam o comércio por grosso de camisaria, malhas, modas e vestuário e que tenham ao seu serviço profissionais representados pelo Sindicato outorgante. As clásulas referentes a retribuições de natureza pecuniária são consideradas com efeitos retroactivos a partir de 1 de Dezembro do ano findo, sendo as diferenças salariais pagas até 31 de Julho do corente ano.

Sindicato dos Técnicos de Desenho

Contrato Colectivo de Trabalho Metalurgia

CONVOCAÇÃO

Convocam-se todos os trabalhadores Técnicos de Desenho do Sector Metalúrgico para as reuniões a realizar de acordo com o quadro indicado e com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1 — a) Discussão e apreciação do anteprojecto do CCT — Vertical da Metalurgia

b) Matéria específica a incluir no CCT — Vertical

2 — Contratação Vertical e suas implicações.

Dia	Hora	Localidade	Local
12	15	Porto	Sindicato Prof. Seguros Rua do Breiner, 359-1.º
15	21	Tramagal	Sind. Metalúrgicos do Tramagal
18	21	Lisboa	Bombeiros Voluntários Lisbonenses R. Camilo Castelo Branco, 33-1.º
21	21	Setúbal	Instalações da FNAT
19	15	Leiria	Sind. Emp. Escritório e Caixeiros R. Henrique Sommer, 2-1.º

NÃO FALTES.
A VITÓRIA ALCANÇA-SE NA LUTA DIÁRIA!

Lisboa, 9 de Abril de 1975

Pela DIRECÇÃO

11.ª SEMANA
ÚLTIMAS EXIBIÇÕES
IREI COMO UM CAVALO LOUCO
(J'IRAI COMME UN CHEVAL FOU)
um filme de Arrabal
animatógrafo
REALIZADOR de VIVA LA MUERTE

TODOS OS DIAS ÀS 15.30, 18.30 E 21.15
AOS SÁBADOS: SESSÃO SUPLEMENTAR ÀS 24.00

FILMES CASTELLO LOPES (50) apresenta
A guerra explodiu no Harlem quando eles surgiram da sombra!

O COMANDO ANTI-DROGA
"GORDON'S WAR"
com
PAUL WINFIELD
CARL LEE · DAVID DOWNING · TONY KING · GILBERT LEWIS
Produção de ROBERT L. SCHAFFEL
Realização de OSSIE DAVIS
Argumento de HOWARD FRIEDLANDER & ED SPIELMAN
HOJE ÀS 21.15 — ESTREIA
ALVALADE
GRUPO D 18 ANOS COLORIDO

NO TEATRO
LAURA ALVES
R. da Palma/Tel. 864756
MÁRIO SANTYAGO e LUÍS CORREIA
apresentam
GRANDES FIGURAS EM FOCO
uma REVISTA POPULAR
HOJE E TODAS AS NOITES às 20.30 e 22.45
DOMINGOS às 16 — 20.30 — 22.45 h.
com
MARIEMA
ÓSCAR ACÚRSIO
LUÍS HORTA
SPINA
MANUELA CASSOLA
Atracção internacional
SÉRGIO e MADY
Vedeta Strip-Tease
EDITH SAPHIR
Ballet
SANTYAGO DANCERS
A REVISTA POPULAR! UM SUCESSO!
Orig. de Spina, Xavier de Magalhães, Raúl Dubini, Mário Clemente e Mário Santyago — Dir. musical: Hilário Sanches e TOZÉ BRITO

MADEIRA
No auge das flores
Uma semana de sonho
Em avião a jacto da TAP
Quarto e pequeno almoço
Transfer aos hotéis
Partidas aos sábados
Esc. 2.900$00
O programa mais vendido actualmente
Primavera em LONDRES
5 dias — Esc. 3.750$00
Partidas aos domingos
8 dias — Esc. 4.900$00
Partidas às 5.as-feiras
Em avião a jacto
Transporte aos hotéis
Quarto e pequeno almoço
Um programa sucesso
Inscreva-se hoje mesmo. Número limitado de lugares aos preços mínimos.
claras
Av. Fontes Pereira de Melo, 33
Tels. 563451 - 560015 / Lisboa 1

Espectáculos

Crítica de Cinema

LAURO ANTÓNIO

UM CORDEIRO ARRIVISTA

Título original: LE MOUTON ENRAGÉ
Realização: Michel Deville, 1974 (França)
Argumento: Roger Blondel;
Fotografia: Claude Lecomte (eastmancolor)
Música: Saint-Seaens;
Intérpretes: Jean Louis Trintignant, Romy Schneider, Jean Pierre Cassel, Jane Birkin, Florinda Bolkans, Georges Wilson, Michel Vitolt, Dominique Contsanza, etc.
Distribuição: Distribuidores Reunidos;
Estreia: Cinema Mundial

Michel Deville é um caso à parte no contexto cinematográfico francês contemporâneo. Não se trata de um cineasta particularmente inovador (no que se distingue de homens como Godard), nem persistentemente «político» (diga-se em abono da verdade) que na cinematografia francesa dos últimos anos, bem raros eles são). Mas o seu cinema, relativamente tradicional na estrutura narrativa, profundamente refrescante na sua desenvoltura, romanesco, e mais ainda «romântico», mas sempre desencantado, desiludido, algo pessimista e ácido, faz do autor um dos casos mais interessantes do actual cinema francês, quase todo ele de um conformismo, de um burguesismo, de um reaccionarismo «exemplares». Deville nunca rejeita a inteligência, a sensibilidade, o brilho, a sedução. E sabe ainda como poucos actualmente em França «contar uma história», sem que essa característica funcione como adjectivo pejorativo. Romanesco no melhor sentido, movendo-se num labirinto de ficção a que não é alheia uma certa influência surrealista.

A sua propensão natural parece ser a comédia. Não a comédia de contornos gritantes, burlesca ou abertamente satírica. Pelo contrário: uma comédia de sentimentos, descrita em tonalidades suaves, mas onde o rigor e a violência da crítica, talvez por isso mesmo, resulta mais forte, mais vigorosa.

À boa maneira de um Minnelli, ou de um Cukor, é a mulher quem mais o fascisna. Mesmo quando, como em *O Cordeiro Enfurecido*, são homens os protagonistas. Mas, se são os homens os protagonistas, são as mulheres quem catalizam as acções, quem faz mover a máquina, quem sofre com ela. *Le Mouton Enragé* é um bom exemplo do que pretendemos exemplificar. Filmes como *A Mentirosa, O Homem do Chapéu Mole, Roubaram a Gioconda, Benjamim, Bye, Bye, Bárbara, O Urso e a Boneca, Rafael, o Libertino* (recentemente estreado entre nós e tão injustamente esquecido), *A Mulher de Azul* definem bem o trajecto de uma carreira, nem sempre isenta de falhas, mas sempre interessante e significativa.

Sobre *O Cordeiro Enfurecido:* Nicolas, um pobre diabo, tímido empregado bancário, resolve um dia, por instigação de um amigo, cortar com a sua vida passada, e transformar-se num arrivista de ascensão vertiginosa. Quebrada a sua timidez inicial, metido no antro dos negócios sujos, com o convívio de industriais e políticos corruptos, amigo de mulheres fatais que são o melhor cartão de visita para o êxito social, posteriormente director de um jornal e promotor de campanha eleitoral de um deputado, Nicolas começa a aprender a não recuar perante nada, mesmo que para alcançar os fins em vista, tenha de declarar-se a velhas damas, donas de jornais da província, ou servir-se de prostitutas. Teleguiado pela imaginação do amigo escritor, Nicolas transforma-se, sem disso se aperceber muito bem, num duplo de si mesmo, e mais ainda, num duplo vindicativo do amigo. O filme desdobra-se assim em implicações várias, à medida que se vai desenrolando. Por um lado, temos o mecanismo social que faz de um cordeiro uma fera. Por outro lado, a definição desse ambiente social, nas suas coordenadas políticas, culturais, económicas, morais, sentimentais... Uma ou outra peça deste mecanismo, porém, solta-se de forma aparentemente incontrolável (Roberte, assassinada pelo marido; Marie-Paule, e o seu amor sincero por Nicolas; a arrogância de Flora...), mas rapidamente a onda levantada se aquieta no pântano das situações criadas, dos privilégios adquiridos.

Finalmente, nas derradeiras cenas de *O Cordeiro Enfurecido,* uma nova revelação que dará ao filme uma outra leitura, não invalidando porém tudo o que anteriormente se dissera. Nicolas, funcionando como mensageiro de Fabre, um escritor frustrado, projectava desejos e ambições recalcadas por este. A vitória social de Nicolas é igualmente a vitória de Fabre, e também a sua derrota. Vitória, enquanto projecto cumprido; derrota, enquanto confissão completa de profunda corrupção, enquanto confirmação do aviltamento de todas as pessoas catalogadas no seu ficheiro particular.

A desilusão radical é a tónica de *Le Mouton Enragé.* Mas, se radical é a desilusão, nunca porém a proposta de Deville é o pacto. E se a corrupção é a dominante, são os raros momentos de sinceridade e amor, de autenticidade, que perduram. Momentos a que se agarra Deville, para que tudo seja ainda possível. Momentos que Roberte (Romy Schneider) monopoliza de um modo geral, com uma presença sufocante e a beleza de um rosto de uma maturidade esfíngica, resguardando no íntimo as labaredas sôfregas de um amor louco» e impossível.

Deville é, devem-no já ter percebido, um autor da nossa particular estima. *O Cordeiro Enfurecido* é, por isso mesmo, um filme que recomendamos com calor.

"MANCHETE": NÃO A PORTUGAL

Inesperadamente os assinantes da «Manchete» receberam em suas casas uma curiosa circular, informando que «por decisão da directoria, a revista não mais seria distribuída em Portugal».

No entanto, as assinaturas seriam respeitadas até final do contrato, demorando, todavia, a sua recepção.

Efectivamente, alguns dias depois do 11 de Março as instalações que a «Manchete» ocupava nas Galerias do Hotel Ritz foram abandonadas, dando a impressão (a quem de fora comtempla o interior do estabelecimento) de que o foram precipitadamente.

A nós, portugueses, pouco ou nada afecta esta desistência do senhor Bloch: sabemos perfeitamente o que o seu grupo pensa da actual situação portuguesa. O importante é que se assinale que a editora brasileira deixa de vender 4 mil exemplares da revista, o que significa que não saiem de Portugal 120 contos semanais, ou sejam 480 contos mensais ou 5760 contos por ano...

JOSÉ MATIAS EMPREITEIROS, S.A.R.L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

2.ª CONVOCATÓRIA

Nos termos da Lei e dos Estatutos, é convocada a Assembleia Geral Ordinária desta sociedade para reunir na Av. Estados Unidos da América, n.º 97, 1.º, Esq.º, em Lisboa, no dia 29 de Abril, pelas 12 horas a fim de:

a) Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o relatório e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974;

b) Preencher, em relação ao triénio em curso, as vagas verificadas nos Órgãos Sociais ou ratificar nomeações entretanto feitas;

c) Tratar de quaisquer assuntos de interesse para a sociedade.

Lisboa, 8 de Abril de 1975

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Vítor Manuel Jubilot Leão

Em ALVALADE-SADO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

Maiores de 6 anos

TOMAR

Domingo, 13 — às 16,30

GRANDE FESTIVAL

A favor do Fundo de Assistência do Sindicato dos Toureiros

6 — CAVALEIROS — 6
6 — MATADORES — 6
5 — NOVILHEIROS — 5

DIAMANTINO VIZEU
ALFREDO CONDE
ARMANDO SOARES
FREDERICO CUNHA
MÁRIO COELHO
FERNANDO SALGUEIRO
JÚLIO GOMES
AFONSO CORTES
RICARDO CHIBANGA
J. MANUEL PINTO
EMÍDIO PINTO
JOSÉ M. C. LOPES

Forcados de Tomar

7 NOVILHOS-TOIROS 7

Teatro Maria Matos

A **RTP** APRESENTA
Todas as noites às 21.45 e aos domingos também ás 16 horas
A peça de
Manuel da Fonseca
«SEARA DE VENTO»
Descanso da Companhia às Segundas-Feiras
Não aconselhável a menores de 13 anos
Bilheteira — Tel. 89 70 17
Bilhetes à venda também na A. B. E. P. 32 88 23

TRINDADE

I. N. A. T. E. L.
APRESENTA
TODAS AS NOITES
às 21,30 h.
e aos domingos também às 16

grupo 4

na peça
A INVESTIGAÇÃO
de XAVIER POMMERET
encenação de
FERNANDO GUSMÃO

50 % de desconto para os sócios do I. N. A. T. E. L., C. A. T., C. R. P., Sindicatos e Jovens até aos 22 anos
(Não acons. a men. 13 anos)

Televisão

Hoje

I PROGRAMA

18.40 **TV Juvenil**
19.10 **Se Bem Me Lembro** — um programa apresentado pelo prof. Victorino Nemésio.
19.30 **Panorama**
20.00 **Telejornal** — 2.ª edição
20.30 **Propaganda Eleitoral** — Liga Comunista Internacionalista (L.C.I.), Partido Popular Monárquico (P.P.M.) e Partido Popular Democrático (P.P.D).
21.05 **Afinal como é?**
21.30 **Esclarecimento Eleitoral**
21.50 **«Os Inquéritos do Comissário Maigret»** — série baseada nas novelas de George Simenon com Jean Richard no protagonista.
22.35 **Telejornal** — 3.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e um episódio da séie **«Um Homem uma Cidade»**
20.30 **Desenhos Animados**
20.45 **Stop** — problemas de trânsito.
21.00 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida às 20 horas no I Programa.
21.30 **As Pedras e o Homem**
21.55 **Concerto** — «A Criação» de Haydn, pelo coro do Círculo de Ópera Portuense e Orquestra Sinfónica do Porto da Emissora Nacional sob a regência do maestro Gunther Arglebe (3.ª parte).
22.35 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **17.30**: TV Infantil — «As Aventuras do Rucas»; **17.45**: Momento Desportivo; **18.15**: Cartaz TV — os programas da próxima semana apresentados por Jorge Alves; **18.40**: Cada dia uma esperança — um programa pelo dominicano Luís de Feança; **18.55**: «Memória do Nosso Tempo» — «Pacífico» — um odcumentário realizado por John Pett; **20.00**: Telejornal — 2.ª edição; **20.30**: Propaganda eleitoral — Partido Socialista (P.S.), União Democrática Popular (U.D.P.), Movimento Democrático Português (M. D.P.) e Partido Comunista Português (P.C.P).; **21.20**: Noite de cinema — «Cinco Covas no Egipto» («Five Graves to Cairo») — um filme realizado por Billy Wilder com Franchot Tone, Anne Baxter e Akim Tamiroff; **23.05**: Telejornal — 3.ª edição; **23.25**: Fecho.

II PROGRAMA

. . . . **20.00**: Abertura e a série «Os Malucos do Circo»; **20.30**: Desenhos animados; **20.40**: Mãos à obra; **21.00**: Telejornal — em diferido a edição do Telejornal transmitida às 20 horas no I Programa; **21.35**: «A Casa de Jalna» — série baseada no romance de Mazo de la Roche; **22.25**: Movimento das Forças Armadas; **23.30**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Registo

ATLETISMO

Para apreciação das novas directrizes a seguir pelo atletismo federado, terá lugar uma reunião plenária no anfiteatro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil pelas 15 horas de amanhã. Foram convocados os corpos gerentes das associações regionais, dirigentes de clubes, atletas, juízes, treinadores, representantes dos órgãos de comunicação social e pessoas afectas à modalidade que queiram dar o seu concurso.

MARATONA

Conforme consta do seu calendário de provas, a Federação Portuguesa de Atletismo vai promover no proximo dia 20 o campeonato nacional de fundo, na distância de 42,195 quilometros, com partida e chegada ao Estádio Universitário de Coimbra. A partida está prevista para as 8 horas.

LUTAS AMADORAS

Por comunicação da Federação Internacional de Lutas Amadoras foi resolvido, em reunião da comissão de arbitragem, eleger Luís Valente Miramon como juiz-árbitro honorário da Federação Internacional.

VOLEIBOL

Domingo, no Liceu Gil Vicente, plenário da Associação de Voleibol de Lisboa, com a participação dos delegados dos clubes, técnicos, atletas, imprensa desportiva, órgãos de informação em geral e público interessado pela prática e expansão da modalidade.

ANDEBOL

RECOMEÇA O NACIONAL

Interrompido em princípio de Março, para que se pudesse estar presente na Taça Latina disputada na Argentina (na qual acabámos por não participar), reaparece o campeonato nacional de andebol de sete. Durante mais de um mês as equipas estiveram inactivas, limitando-se à sua preparação habitual (os treinos), com todos os prejuízos que daí adviriam, mais a mais numa altura em que a prova (dita de regularidade) estava a atingir o auge, com as posições a definirem-se, a poucas jornadas do fim. Cremos bem que talvez não tenha sido uma medida acertada, uma vez que bem cedo se soube da impossibilidade de Portugal estar presente.

A jornada que marca o regresso do campeonato maior é a 17.ª e tem o seguinte calendário: Almada-Desp. Portugal (no pav. da Esc. D. António da Costa); Vitória-Sporting (pav. do Bocage, em Setúbal); Benfica-Técnico (pav da Luz); Passos Manuel-Beira-Mar (D. Pedro V); CACO-Académico (em Campo de Ourique) e Belenenses-Porto, em Paço de Arcos. Todos os encontros principiam às 21.45.

O encontro mais importante é, sem dúvida, o que se disputa em Paço de Arcos e que põe frente a frente duas das equipas que, no início da prova, estavam entre os candidatos ao título. O Belenenses está praticamente arredado da revalidação mas o Porto ainda pode acalentar esperanças. O Sporting tem, neste recomeço, uma saída difícil, que não pode ser encarada de ânimo leve. O primeiro classificado (o Benfica) também não pode pensar em facilidades frente ao Técnico, apesar de não ser admissível uma surpresa. Quanto aos restantes encontros, os visitados são os favoritos.

Recordemos como está ordenada a classificação:

	V.	E.	D.	P.
BENFICA	15	—	1	46
F. C. Porto	14	—	2	44
Sporting	13	1	2	43
Belenenses	13	—	3	42
Almada	7	2	7	32
Beira Mar	6	2	8	30
V. Setúbal	6	—	9	27
P. Manuel	4	—	12	24
D. Portugal	4	—	12	24
C. Ourique	4	—	12	24
Técnico	4	—	12	24
Academico	2	1	12	20

PRATICANTES DE ATLETISMO TOMAM POSIÇÃO

Diversos praticantes de Atletismo assumem curiosa posição: Adília Silvério Raposo Borges, Joaquim Serra, Carlos Sustelo, Luis Leite, Mário Silva, João Esteves e António Nascimento rubricam um comunicado que solicitam seja tornado público. Eis o seu teor:

«O futuro do atletismo português está a ser posto em causa. No sábado, os juizes serão desmascarados publicamente pelos atletas, vítimas das suas obstinações e irreflexões e pelos treinadores e técnicos da D. G. D., ofendidos e caluniados por pessoas que transformam a sua falta de informação e irresponsabilidade em mentiras e calúnias.

Estamos com a Direcção-Geral dos Desportos. Os atletas querem ver o dinheiro do povo distribuido à F. P. A. gasto conscientemente. Não queremos que aconteça como na época passada em que os juizes foram os primeiros na ordem de prioridades monetárias da F. P. A.

Nós, atletas, queremos representatividade na direcção da Federação. Essa representatividade já nos foi negada uma vez. Acabemos com prepotências e despotismos. Queremos provas, para as quais vimos treinando desde há meses.

Os juizes já preparam novo golpe: como a Federação só lhes dá 300 contos face aos 500 de 1974, entendem que o número de provas é que deve ser reduzido, enquanto eles continuam a receber os mesmos 90$00 por sessão. São estes senhores que se proclamam quem mais gosta de atletismo. Nós, atletas dizemos NÃO! Se gastam muito dinheiro em transportes para o Estádio Nacional façam como os clubes: aluguem um autocarro e concentrem-se no Marquês de Pombal!»

«Amanhã, às 15 horas, todos ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil.»

QUEM TRATA DA REMODELAÇÃO DO FUTEBOL PORTUGUÊS?

Já o vimos afirmando desde há tempos e já o tem dito quase toda a gente: é urgente promover uma profunda remodelação nas estruturas e na orgânica do nosso futebol.

Dia a dia é cada vez maior o coro que vem proclamando esta necessidade aos quatro ventos. Essa remodelação começou já a esboçar-se ao nível de clubes, mas são muito poucos aqueles que encetaram essa tarefa. De qualquer modo, o processo (nesse sector) está em fase de elaboração: o que é salutar.

Tais acções dispersas dos clubes constituem um inequívoco sintoma de que se desenvolve um movimento de consciencialização a partir das bases (que são as agremiações e os seus associados) para a cúpula (que são os organismos estatais). Embora lentamente (com excessiva lentidão, até) estamos persuadidos de que a iniciativa das bases acabará por levar a cúpula a tomar o problema em mãos.

A necessidade de modificar as estruturas do futebol (seja profissional, seja amador) não constitui programa de um pequeno núcleo ou de uma facção, pois tem sido acentuada pelos homens do futebol, acerca da qual se pronunciaram já as suas mais autorizadas figuras. E todos (sobreutdo os mais responsáveis) apontam para a sua urgência.

Ainda há dias, entre outras judiciosas considerações sobre a panorâmica geral do nosso futebol, o reputado técnico e seleccionador nacional José Maria Pedroto afirmava:

. «Não será novidade para ninguém que o futebol, a nível profissional, terá de sofrer grandes remodelações, as quais, quanto a mim, só o poderão beneficiar, traçando-lhe outro rumo mais de harmonia com as novas coordenadas que vão reger o desporto em geral no nosso país.»

. E a reforçar o seu pensamento, acrescentou:

. :Para que as remodelações se façam de forma profunda e radical (e com senso) é absolutamente necessário e indispensável um estudo de equipa que analise detalhadamente toda a problemática inerente ao futebol profissional, de modo a merecer o sancionamento superior das modificações que se impõem.

«Quem deverá constituir essa equipa? Pois toda a gente ligada ao futebol e, naturalmente, com representantes de todos os sectores que o corporizam, isto é, jogadores, treinadores, funcionários das Associações e Federação, dirigentes de clubes, imprensa especializada, arbitragem.

«Esse grupo terá de ser constituído o mais rapidamente possível. É chegada a hora de transformar o futebol e o adequar perfeitamente às novas estruturas do País.»

Não se pode ser mais peremptório, nem mais claro, nem mais desassombrado. Com estas palavras, Pedroto disse tudo (afinal o mesmo que aqui temos escrito e o mesmo também que o jogador sadino Octávio declarou, ao regressar da sua rápida viagem a Madrid onde fechou contrato com os «colchoneros» daquela capital).

Discordamos profundamente daqueles que acham que estamos em perigo de assistir à completa destruição das nossas (abaladas estruturas desportivas por uma presumível anarquia imaginada por cérebros muito dados a certos tipos de fantasia: mas concordamos (isso sim) que, para levar a bom termo essa remodelação **se impõe urgentemente um radical saneamento a todos os níveis e em que todos os compartimentos (por mais estanques que eles sejam...) desta velha e adornada nau, cuja inclinação começa a tornar impossível o equilíbrio da salvação desejada.**

Parece, assim, estar mais do que justificada a intervenção superior neste campo e que um dos caminhos que poderá ser seguido é o que já foi sugerido por alguêm que propôs para o futebol um grande «encontro nacional», semelhante ao ENDO. Por este processo (ou por outro qualquer julgado mais conveniente), o certo é que urge tomar medidas apropriadas para se promover uma profunda remodelação do futebol em Portugal.

Lá fora

«GIRO»

A 58.ª edição do «Giro de Itália» terá início em 17 de Maio, em Milão, e será disputada em 21 etapas, tendo como ponto mais elevado o cume do Stelvio (2757 metros), a passagem montanhosa de maior elevação do continente europeu.

A apresentação oficial do «Giro» teve ontem lugar simultaneamente em Barcelona, Bruxelas, Genebra, Paris e Roma.

PUGILISMO

O combate para o título mundial dos pesos «leves ligeiros» (versão do Conselho Mundial de Boxe), que será disputado entre o espanhol Jose Duran e o brasileiro Miguel de Oliveira, terá lugar no dia 7 de Maio, na cidade do Mónaco, segundo anunciou o presidente do município, Jean-Louis Medicin.

No mesmo dia, o inglês Kevin Finnegan e o francês Gratien Tonna, disputarão o título europeu dos «médios». O vencedor deste combate será candidato ao título mundial, devendo defrontar o vencedor da peleja entre Rodrigo Valdes, da Colômbia e o francês Max Cohen que terá lugar em Grenoble, no próximo sábado.

CICLISMO

O ciclista belga Freddy Maertens ganhou a clássica Ghent-Wevelgem, com o tempo de 6 horas e 14 minutos e com uma roda de avanço sobre o 2.º classificado, o seu compatriota Fraus Verbeck. Classificação final:

. 1.º Freddy Maertens, Bélgica, 250 quilómetros em 5 horas 14 m; 2.º Frans Verbeck, Bélgica; 3.º Rik Van Linden, Bélgica; 4.º Gerben Karstens, Holanda; 5.º Marc de Meyer, Bélgica; 6.º Eddy Merckx, Bélgica; 7.ºAndré Dierickx, Bélgica; 8.º Fransesco Moser, Itália; 9.º Roger Swerts, Bélgica e 10.º Michel Pollentier, Bélgica, todos com o mesmo tempo do vencedor.

CHINA

A Confederação Asiática de Futebol exigiu que a República Popular da China seja admitida na Federação Internacional (F.I.F.A.) «tão depressa quanto possível» — anunciou a Rádio de Pequim, acrescentando que o caso fora tratado na reunião da Comissão Executiva da Confederação, efectuada no Koweit, domingo passado.

Em Junho do ano passado, a F.I.F.A. rejeitou uma proposta apresentada pelo Koweit para a admissão da China no organismo máximo do futebol e a expulsão da Formosa.

MARATONA

O atleta soviético Yuri Laptev ganhou a 12.ª maratona internacional disputada em Atenas, com o tempo de 2 horas 25 minutos 27 segundos.

Em segundo e terceiro lugares classificaram-se o húngaro Ferenz Szekeres, com 2.26,43,2 e o norte-americano Terry Ziegler, com 2.32,12.

320271/2/3
321154/5
resolve
qualquer
problema

Para execução de:

CARTAZES
"POSTERS"
PUBLICAÇÕES
JORNAIS
REVISTAS

A preto e branco ou com cores OFFSET

SOMOS:

RENASCENÇA GRÁFICA

Rua Luz Soriano, 44 Tel. 320271/2/3 e 321154/5

HÓQUEI EM PATINS:

A SELECÇÃO VAI A CADIZ

A selecção portuguesa de hóquei em patins estará presente em Cádiz, de 9 a 11 de Maio, para disputar a Taça Oliveras de La Rivas. A presença da selecção nacional já está autorizada pela D.G.D., restando agora a palavra do seleccionador nacional, quanto aos jogadores a convocar.

ALTERAÇÕES AO CAMPEONATO

A Federação Portuguesa de Patinagem foi obrigada a fazer algumas alterações quanto às datas inicialmente previstas para os jogos da 2.ª volta do campeonato nacional motivadas pelas eleições, bem como pela participação da selecção no torneio de Espanha. Assim, a 1.ª jornada será antecipada de 21 de Abril, para 18; a 2.ª, adiada de 25 para 28; a 3.ª de 28 de Abril para 2 de Maio; a 4.ª, de 2 para 5 de Maio; a 5.ª de 5 para 16; a 6.ª, de 9 para 19; a 7.ª, de 12 para 23; a 8.ª, de 16 para 26 e a 9.ª de 19 para 30 de Maio.

Entretanto, devido aos jogos que o Benfica tem de disputar para a Taça dos Campeões Europeus, também há alterações de datas. Assim, o jogo como C.A.C.O., marcado para o dia 18, é adiado para 23, uma vez que o encontro de Walsum é a 19. O encontro da 2.ª mão, a disputar em 3 de Maio, obriga a alterar para o dia 30 de Abril o jogo com o Parede.

TAÇA DOS CLUBES CAMPEÕES

Está confirmada a participação do Benfica na Taça dos Campeões Europeus. O jogo da primeira mão, a disputar em Walsum, terá lugar a 19 de Abril, e a 2.ª mão em Lisboa, em 3 de Maio. Caso o Benfica não compareça será multado em cerca de 30 contos. Quanto ao Walsum, que mostrou interesse em não vir a Portugal (devido ao actual momento político) já tudo foi resolvido, mercê da interferência pessoal do presidente da Federação Internacional de Rinque Hóquei.

Desporto

TAÇA COM TODOS

Procedeu-se ao sorteio da 6.ª eliminatória da Taça de Portugal, que forneceu o seguinte calendário: Atlético-Sporting, Leixões-Benfica, Oriental-Belenenses, Cuf-Vitória de Setúbal, F. C. Porto-Vitória de Guimarães, União de Tomar-Montijo, Braga-Farense e Covilhã-Boavista. Encontros marcados para a tarde do próximo dia 18 de Maio.

ACERTO

O jogo Farense-Belenenses, para acerto do calendário da 1.ª Divisão, está previsto para 20 do corrente, em Faro.

MONTIJO

«Faia» (João Silva) que orientava tecnicamente o Montijo, desligou-se da colectividade.

TREINADORES

Curso para treinadores de futebol, marcado para Julho. Entretanto, uma nota destacada no programa sindical: o impedimento da contratação de mais técnicos estrangeiros para, dentro da política governamental, se obviar à saída estéril de divisas.

SPORTING

Manaca e Chico estão aptos a alinhar pelos «verde-brancos» uma vez recuperados de lesões.

RESERVAS

Para o torneio lisboeta de reservas jogaram na Tapadinha, Atlético e Benfica. O grupo da casa que chegara poucas horas antes da digressão aos Açores, foi (logicamente) batido por 0-4.

VARZIM

. .Doação ao Varzim do estádio «Gomes de Amorim», durante um almoço que teve lugar na Póvoa.

INTERCONTINENTAL

O Atlético de Madrid (novo «team» de Octávio) bateu o Independente (da Argentina) por 2-0, conquistando a Taça Intercontinental.

PROTESTO

Dos trabalhadores da Federação de Futebol recebemos o seguinte comunicado:

. «Face a um comunicado publicado na Imprensa desportiva e subscrito por 13 clubes da I Divisão nacional, os trabalhadores da F. P. F., hoje reunidos em plenário, decidiram por unanimidade expressar o seu veemente repudio pela atitude assumida, porquanto:

. 1 — Não concordam basicamente com o critério de livre acesso enunciado;

. 2 — Não aceitam (por parte de entidades incompetentes para tal) a eliminação de uma regalia desde sempre usufruída.

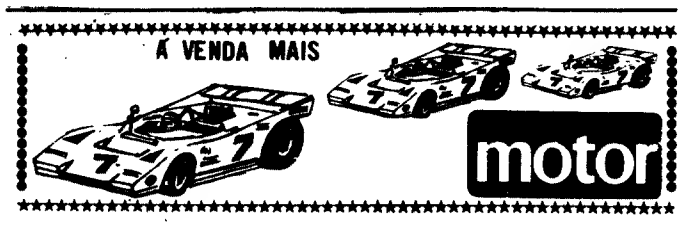
Os trabalhadores da F. P. F.»

INGLATERRA

Nota insólita no futebol inglês: a descida do «clássico» Tottenham à 2.ª Divisão.

SETÚBAL

Resolvido o diferendo entre os árbitros e algumas colectividades que tinham sido vetadas devido ao (mau) comportamento de certos públicos, já haverá jogos distritais no próximo domingo.



AOS COMPANHEIROS METALÚRGICOS DE TODO O PAÍS E DE TODAS AS PROFISSÕES

EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL E NACIONAL

AVANTE CONTRA AS MANOBRAS DIVISIONISTAS DO PATRONATO E SEUS LACAIOS

Tal como dizíamos na introdução ao anteprojecto de contrato colectivo — do qual se fizeram já mais de 200 mil exemplares — «há que levar a discussão do anteprojecto a grandes assembleias gerais e a todos os locais de trabalho» pois compete aos «trabalhadores da metalurgia de todo o País discutí-lo de forma criadora, corrigi-lo, elaborar enfim a proposta definitiva a apresentar ao patronato».

Assim dizíamos e assim fazemos. A ampla campanha sindical de massas que anunciávamos está em marcha. Por todo o País de Bragança ao Funchal — operários, empregados e técnicos da metalurgia discutem, criticam, sugerem, participam colectivamente na elaboração da proposta que melhor sirva os interesses da maioria dos trabalhadores desta indústria.

Em centenas de reuniões de empresa, de delegados sindicais, de comissões de trabalhadores e de sectores profissionais, o anteprojecto tem sido ampla e profundamente discutido. Por toda a parte, a vontade decidida de andar para a frente na conquista de uma vida melhor e de mais justas condições de trabalho.

Por toda a parte a exigência de um debate construtivo e amplo, mas rápido e urgente, por forma a iniciar as negociações no mais curto espaço de tempo.

É assim nas reuniões restritas, como é assim nas assembleias gerais já realizadas. Andar para a frente, avançar sempre, esse é o querer em toda a parte manifestado pelos trabalhadores da metalurgia que sentem na pele as consequências da exploração capitalista, da sabotagem económica, da ameaça constante de desemprego e da alta do custo de vida.

Só ao patronato e seus lacaios, só aos fascistas e aos reaccionários pode interessar o boicote e a sabotagem da discussão rápida e construtiva do anteprojecto.

Compete aos trabalhadores e conscientes detectar e desmascarar nas reuniões e assembleias os traidores da classe operária, os reaccionários encapotados, os lacaios do patronato, os divionistas interessados em entravar o processo em curso. Estamos certos que as minorias divisionistas reaccionárias receberão dos metalúrgicos com verdadeiro espírito proletário o tratamento adequado.

COMPANHEIROS

Como já afirmámos gastou-se mais tempo na elaboração do anteprojecto do que todos esperávamos e desejávamos. Mas esse tempo foi gasto a trabalhar, foi gasto para que, apesar de todas as dificuldades e obstáculos, se elaborasse um anteprojecto que satisfizesse a maioria dos camaradas metalúrgicos.

As reuniões e assembleias já realizadas dão-nos a certeza que, no fundamental, o nosso objectivo foi alcançado.

Do mapa que a seguir vos apresentamos constam cerca de 50 Assembleias realizadas ou a realizar por todo o País.

É preciso estar em todo o País e lá estaremos. Mas é preciso também andar depressa, que as prepotências do patronato e a subida do custo de vida não param.

A luta pelo contrato colectivo vertical e contra o patronato e seus agentes começou já. O inimigo está à vista: é o patronato e os seus lacaios divisionistas, são todos aqueles que tentam boicotar a discussão do anteprojecto.

Os metalúrgicos portugueses, ontem na vanguarda da luta contra a opressão e a exploração, hoje na primeira linha de combate pela democracia e pelo socialismo, têm força bastante para derrotar uns e outros e seguir em frente, mais fortes e unidos, para novas batalhas e novas vitórias.

Adiante companheiros!

A Vitória é difícil mas é nossa!

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS METALÚRGICOS
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO (NORTE E SUL)
SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO
SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

MAPA DE ASSEMBLEIAS

Distrito	Localidade	Data	Hora	Local
BRAGANÇA	Bragança	A designar	—	—
CHAVES	Chaves	A designar	—	—
VILA REAL	Vila Real	A designar	—	—
VIANA DO CASTELO	V. do Castelo	3 de Abril	18.30	Sede do Sindicato
BRAGA	Braga	1-3 de Abril	18.30	INATEL (Ex-FNAT)
	Famalicão	A designar	—	—
	Guimarães	A designar	—	—
PORTO	Em localidades a designar			
AVEIRO	Aveiro	4 de Abril	21.00	Liceu José Estêvão
	Riomeão	5 de Abril	21.00	Sede doSindicato
	Águeda	6 de Abril	9.30	Pavilhão da Praça
VISEU	Viseu	7 de Abril	21.00	Bombeiros Municipais
	Mangualde	8 de Abril	21.00	Casa do Povo
	Canas de Senhorim	9 de Abril	21.00	Bombeiros Voluntários
	Tondela	10 de Abril	21.00	Casa do Povo de Molelos
	Lamego	11 de Abril	21.00	Bombeiros Voluntários
GUARDA	Guarda	12 de Abril	16.00	A designar
	Seia	13 de Abril	10.00	A designar
	Lagiosa	12 de Abril	A designar	A designar
COIMBRA	Coimbra	12 de Abril	15.00	INATEL (ex-FNAT)
	Figueira da Foz	12 de Abril	20.00	Filarmónica 10 de Agosto
CASTELO BRANCO	Castelo Branco	11 de Abril	21.00	Pavilhão da Devesa
	Covilhã	12 de Abril		Sede do Sindicato

Distrito	Localidade	Data	Hora	Local
LEIRIA	Vieira de Leiria	7 de Abril	21.00	Club Vieirense
	Caldas da Rainha	8 de Abril	21.00	Casa da Cultura (Antigo Casino do Parque)
SANTARÉM	Rio Maior	13 de Abril	15.00	
	Rossio Sul do Tejo	15 de Abril	18.30	
	Santarém	13 de Abril	21.00	
	Tramagal	11 de Abril	18.30	Sede do Sindicato
	Torres Novas	12 de Abril	15.00	
	Tomar	12 de Abril	21.00	
	Salvaterra	14 de Abril	21.00	
PORTALEGRE	Portalegre	10 de Abril	20.30	INATEL (ex-FNAT)
	Elvas	9 de Abril	20.30	Casa do Povo
LISBOA	Lisboa	4 de Abril	20.30	Pavilhão dos Desportos
	Amadora			
	Sacavém			
	Vila Franca			
	Torres Vedras			
SETÚBAL	Setúbal			
	Barreiro	28 de Março	21.00	Pavilhão da CUF
	Almada			
ÉVORA	Évora	14 de Abril	21.00	
	Vendas Novas	9 de Abril	21.00	Cine Moderno
	Beja	10 de Abril	21.00	Ginásio do Liceu
FARO	Faro	11 de Abril	21.00	INATEL (ex-FNAT)
	Portimão	12 de Abril	21.00	Soc. Recreat. Vencedora
	Tavira	12 de Abril	15.00	Club Recreativo Tavirense
FUNCHAL	Funchal			

Geral

A DEMOCRACIA EM PANNE

Continuação da pág. 2

pudessemos ser pesados na mesma balança que pesa a França e a Grã-Bretanha.

Esta prevenção é justa. Dos quarenta milhões de turcos, vinte e cinco ainda pertencem ao mundo rural, metade dos habitantes não sabe ler, a maioria das aldeias e vilas ainda não tem água, nem electricidade, e o rendimento «per capita» foi calculado em 1974 em 500 dólares, isto é, duas vezes menos do que na Grécia e oito vezes menos que em França.

As tradições, várias vezes centenárias, foram brutalmente atacadas pelo kemalismo. A quase totalidade da população é mulçumana e crente. Ora Mustafá Kemal, por reacção contra uma civilização que lhe parecia ter arruinado o país, proibiu a poligamia, o uso do véu e do turbante, tal como as ordens religiosas. O Islão deixou de ser a religião do Estado. Foram introduzidos no país o direito europeu e o alfabeto latino.

Não se impõe a democracia a um país subdesenvolvido, nem uma civilização estrangeira a um povo, sem provocar graves tensões, dizem-nos ainda. Para mais, o arranque económico e o rápido crescimento da população, que no fim do século atingirá os 70 milhões, provocam uma urbanização rápida e permitem a formação de uma verdadeira classe operária. O desraizamento e o desemprego são os traços dominantes de uma sociedade que abandona a pouco e pouco o subdesenvolvimento para entrar na era industrial. (Em 1975, a produção industrial deverá igualar pela primeira vez a produção agrícola). **A omnipotência da oligarquia militar é progressivamente substituída por um equilíbrio conflitual fundado na luta de classes, no sentido mais tradicional da palavra** declara-nos um economista marxista. **É este o nó da revolução.**

A conjuntura política está, em todo o caso, estreitamente dependente dessas mutações. A Turquia não pode contar, de momento, com um crescimento espectacular da sua produção de matérias-primas. O arranque faz-se por via clássica: acumulação lenta do capital, progressão do poder de compra das massas. As distorções económicas e sociais são graves. Os dirigentes, sejam eles quais forem, não têm uma tarefa fácil, na medida em que se encontram, apesar de tudo, comprometidos com um sistema democrático.

O «CRESCENTE FÉRTIL»

Segundo as regiões o desenvolvimento é muito desigual. O leste do país está para a Turquia, como o Mezzogiorno está para a Itália. Ora é aí que vivem os quatro ou cinco milhões de curdos, cujas tentativas de rebelião foram severamente reprimidas no passado. Ainda hoje o «problema curdo» impede o caminho de uma planificação regional, que poderia servir de tranpolim a um renovo regionalista. O planalto anatoliano pedregoso e agreste, gelado no Inverno e ardente no Verão, abriga um campesinato miserável, cujos filhos, muitas vezes incapazes de encontrar trabalho na cidade, regressam por vezes, a fim de cultivar uma terra já incapaz de produzir. A reforma agrária enfim votada em 1972 (após vinte anos de tergiversações), ainda não foi aplicada, a não ser numa região onde, de resto, os camponeses haviam ocupado as terras dos **aghas** (senhores).

As regiões do litoral, de Istambul a Iskenderum (a norte do Líbano) abrigam as principais actividades (culturas de exportação e indústrias) e as maiores cidades, à excepção de Ankara. É esse «crescente fértil» que a Turquia moderna vai buscar o seu progresso: encontra-se aí um patronato de choque, mas também sindicatos cada vez mais poderosos (um milhão e meio de sindicalizados), eo nascimento de uma sociedade de consumo, com a televisão, os carros, os abonos de família.

É aí, está bem de ver, que nascem os conflitos mais graves. O número de desempregados eleva-se oficialmente a um milhão e setecentos mil. Os bairros da lata envolvem os principais centros, como coroas de miséria. Os salários resistem mal a uma taxa de inflação próxima dos 30 por cento, e as greves são frequentes e duras. Ao lado de um sindicato «à americana» (o Turk-Is) reforça-se a pouco e pouco uma central mais consciente, o DISK, fundada em 1967, que secunda Ecevit, mas que tem alguns dirigentes sensivelmente mais à esquerda. Os homens políticos devem contar com esse sindicatos, cujas técnicas de reivindicação já deram as suas provas. Ora em 1971 e 1972, após a intervenção do Exército, o poder de compra dos assalariados desceu (segundo as estatísticas da ONU) de 10 para 15 por cento. O Governo de Ecevit teve de fazer uma recuperação, mas esta foi anulada pelo aumento de preço dos produtos de consumo correntes.

© (Lemonde)

A CAÇA QUE LISBOA COME

Continuação da pág 5

Dado a conhecer este movimento vejamos, seguidamente, o decréscimo verificado numa outra espécie, esta não indigena, outrora relativamente abundante no nosso país, o pombo bravo.

Assim, em 1959-60 afluiram à capital 15 869 pombos; em 64-65, 6507; em 69-70, 1818, em 71-72, 1754; 72-73, 635; 73-74, 1199 e 74-75, 214.

Como se verifica também o afluxo de pombos ao comércio de Lisboa diminuiu consideravelmente, reflexo da escassez desta ave de carne saborosa nas regiões onde ela é mais sedentária enquanto habita o nosso país, o Alentejo especialmente. Daí entendermos que também o pombo carece de protecção pois a sua densidade, por baixa, põe em perigo de exterminio esta especie. Para tanto contribui poderosamente a sua chacina, autenticamente vandálica, da ave nas gargantas pirenaicas e alpinas na ocasião do seu regresso às regiões onde vai passar o Verão, ida da Europa, onde são mortos à volta de 30 mil pombos anualmente com o emprego de redes a e a tiro. A rola, dada a sua baixa densidade na Europa, é outra espécie cuja densidade desce de ano para ano. Para essa descida contribuem poderosamente centenas de caçadores espanhóis que na chegada da rola à Península, em Abril, as chacinas aos milhares nos coutos sitos nas proximidades do Mediterrâneo, apesar de chegarem em pleno defeso. Esta é, também uma das mais importantes funções dos coutos no país vizinho.

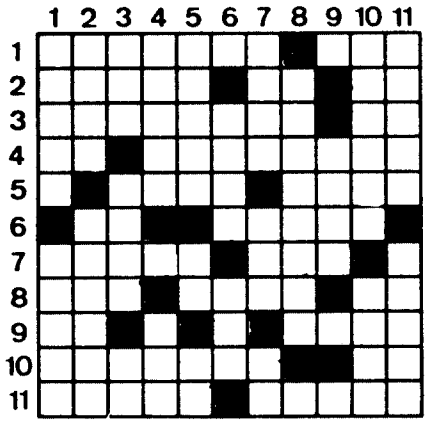
Em ABRANTES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca e Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançalha

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11056

HORIZONTAIS:

1 Aguçara. Caminha para cá.
2 Girar. Bromo (s.q). Freguesia do concelho de Ponte de Lima.
3 Proclamara. Frâncio (s.q).
4 Autores. Ataquem.
5 Senhoras. Rã (pop).
6 Basta. Abala.
7 Paixão (fig). Camareira.
8 Negativa. Negra. Preposição e artigo definido.
9 Segundo. Irmã.
10 Manhosas. Quinhentos e um em romano.
11 Guarnecera de asas. Dança popular portuguesa, em especial no Alto Alentejo.



VERTICAIS:

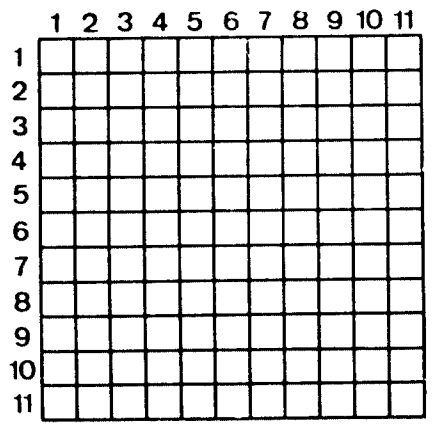
1 Arpoar. Tinge de anil.
2 Exteriormente. Atraiçoes.
3 Caminhai. Rio de Portugal. Oferece.
4 Casa com aparelhagem para fazer vinho ou azeite. Oásis.
5 Freguesia do concelho de Guimarães. Batráquio. Sódio (s.q.).
6 Tosta. Pronome possessivo.
7 Angra. Espécie de pandeiro usado pelos povos do N. de África. Sua Santidade.
8 Triturariam.
9 Ressoa.
10 Classe. Caminha.
11 Chapa lisa de ferro para arredondar o vidro, nas fábricas. Filtrais.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7214

HORIZONTAIS

1 Cabo de Espanha à entrada do estreito de Gibraltar.
2 Exprimira uivando. Pequeno barco de recreio.
3 Origem. Braços de mar.
4 Vigor. Medida de líquidos da Holanda.
5 Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor). Escarneçam. Artéria.
6 Prefixo de negação. Acrescentar.
7 Mãe de Ismael. Três vogais iguais.
8 Conjunto de leitos numa sala (pl).
9 Albergam por esmola. Vossa senhoria.
10 Nome que se dá ao comboio expresso de Paris. Chegai a porto (o barco).
11 Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria. Ilha do Pequeno Belt.



VERTICAIS:

1 Cidade de Itália. Casualmente.
2 Esteiro. Golfo também chamado de Livónia. Artigo indefinido.
3 Vila e concelho do distrito de Portalegre. Que se mamou.
4 Construir. Chefe etíope.
5 Atmosfera. Terceiro. Zombe.
6 Lagarta. Cidade da Argentina.
7 Na Índia deus da Justiça e da Morte. Falha.
8 Camareira. Estimar.
9 Roçarias. Cobalto (s.q).
10 Brisa. Tempo do verbo ir.
11 Bruma. Igualmente.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11055

HORIZONTAIS: 1 Gata. Travas. 2 Acorda. Rego. 3 MAU. Escalas. 4 Abra. Ador. 5 Sãos. Prós. 6 Amou. DE. 7 CARRO. Macem. 8 Aérea. 9 Salmos. Oriá. 10 Aos. PIOR. 11 Anisara. Ana.

VERTICAIS: 1 Gamas. Cassa. 2 Acabara. 3 Touro. Ralai. 4 Ar. Asaremos. 5 DE. Morosa. 6 Tas. Pó: És. 7 Caruma. 8 ARADO. Op. 9 Velos. Caria. 10 Agar. De. Ion. 11 Sós. Semeara.

PROVÉRBIO: **Mau de carro, pior de arado.**

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7213

HORIZONTAIS: 1 Agamemnon 2 Cria. CIII. 3 Arrumar. Al. 4 Amo. Gasta. 5 Castigariam. 6 Ar. Er. 7 Usa. Largas. 8 An. Coa. Aero. 9 Rico. Sim. Ao. 10 Adamastor. 11 Sala. Samo.

VERTICAIS: 1 AC. Aço. Aras. 2 Grama. Unida. 3 Airosas. Cal. 4 Mar. Tracoma. 5 Uri. 6 MCM. Gelasse. 7 Niagara. It. 8 Orar. Ramos. 9 Ni. Si. Ge. Rã. 10 Atacara. 11 Calam Soo.

BARS BOITES

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167 a actuar GRAZIELA DE SIRTANAS (Argentina)

CASINO ESTORIL Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946

HIPOPOTAMO Conjunto Hipopotamo. Encerra aos Domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384

TAMILA Marao e s/ conjunto «Matinees» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loule, 69. T. 533117.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado com excepção do Litoral a Sul do Cabo Mondego onde estava muito nublado o vento era moderado de Noroeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	11º
P. DOURADAS	5º
COIMBRA	11º
PORTALEGRE	9º
LISBOA	11º
FARO	15º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima:
TAVIRA 18,8º

Mínima:
F. C. RODRIGO 02,6º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar 12,8º
Atmosfera 12º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.04	3,7 m	10.36	0,8 m
17.20	3,8 m	22.56	0,8 m

Dia 14

5.36	3,7 m	11.10	0,9 m
17.50	3,7 m	23.32	0,9 m

Dia 15

6.09	3,6 m	11.46	0,9 m
18.24	3,7 m	23.32	0,9 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado na região de norte e centro; vento fraco ou moderado de Nordeste; formação de geada fraca ou moderado no interior de norte e centro.

AMANHÃ

NASCER AS 7.07
OCASO AS 20.10

DIA 11 DIA 19 DIA 25 DIA 3

rádio

EMISSORA 1.º Programa

17.00 Noticiário — rádio estudantil
18.15 Movimento das Forças Armadas
19.00 Campanha eleitoral
20.30 Calendário eleitoral
21.00 Orquestras
21.15 Observação de cinema, por Damas Nunes
21.45 Observação de cinema
22.00 Sindicalismo, por Helena Neves e Madeira Claudino
22.30 Ritmos africanos
23.00 Temas de saúde, por Raquel Cavaleiro
23.30 Último jornal

2.º Programa

16.20 Música sinfónica
17.00 O compósitor da semana: Sibelius
18.00 Música portuguesa
19.00 Entra a Onda Média — 397 m — 755 KHz — junção com o 1.º Programa — campanha eleitoral
21.00 Passagem o MF 2 a Stereo — música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical
22.45 Sonata op. 4, para violoncelo e piano, de Kodaly
23.05 Sinfonia em sol maior, de Ignaz Holzbauer
23.22 Serenata op. 31, de Britten
23.47 Sonata em lá maior, op. 120, para piano, de Schubert
00.11 Música sinfónica
01.00 Fecho

Programa em Onda Média 2 — 297 m — 755 KHz

19.00 Abertura da estação — junção com o 1.º Programa e MF 2 — Campanha eleitoral
21.00 Canções de Moussorgsky
21.22 Música de câmara
22.00 Canções e danças da Arménia
22.30 Concerto sinfónico — no intervalo: Solos de cravo, por Rafael Puyana
00.25 Conjuntos de câmara
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Emissor de Lisboa — Onda Média, 290,13 m — 1034 KHz — emissão contínua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda Média, 283,6 m — 782 KHz — emissão contínua; Modulação de Frequência (principais emissores): Lisboa, 97,4; Porto, 97,7; Portalegre, 98,9; Lousã, 90,8; Fóia, 88,1 e Mendro, 92,0 MHz; Emissão Estereofónica — Quarta-feira, das 11 às 13 e das 19 às 3 horas

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Espaço musical
18.22 Música seleccionada
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
19.30 Espaço musical
21.06 Programa dos sócios
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Campanha eleitoral

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Graça

Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

Rádio Peninsular

Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

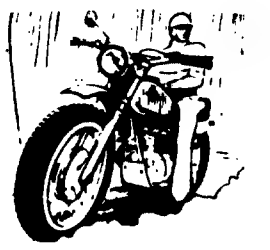
Clube Radiofónico de Portugal

Das 12.00 às 14.30

Rádio Voz de Lisboa

Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 às 02.00

LEIA motor



farmácias de serviço

LISBOA

TURNO L-1

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Biotifar, R. D. João de Castro, 27 B (T. 638824)
AMOREIRAS
Amoreiras, P. das Águas Livres, 8-D (T. 681515)
ARCO DO CEGO
Providência, R. D. Filipa de Vilhena, 9-C, ao B. Social (T. 770324)
AREEIRO
Gasparinho, R. Dr. Gama Barros, 54 A (T. 710465)
ARROIOS
Veral, R. Morais Soares, 109 (T. 821732)
BAIRRO ALTO
Sanitas, P. Luís de Camões, 24 (T. 322798)
BENFICA
Sousa, E. de Benfica, 429 (T. 780027)
CAMPO DE OURIQUE
Ourique, R. Freitas Gazul, 32-B, cont. a R. Almeida e Sousa (T. 671667)
CONDE REDONDO
Capuchos, R. Luciano Cordeiro, 2-A (T. 52076)
«JANELAS VERDES
Reis Garrido, R. das Janelas Verdes, 90 (T. 662327)
LUMIAR
São Tomé, E. do Desvio, lote 12-C (T. 790704)
POÇO DO BISPO
Barros Gouveia, R. Vale Formoso de Cima, 19-B (T. 382180)

TURNO L 2

ATÉ AS 22 HORAS

ALCÂNTARA
Costa, R. dos Lusíadas 30 (T. 636704)
ALVALADE
Alvalade, Av. da Igreja, 18-A (T. 712070); Onilda, Av. João XXI, 13-A (T. 726848)
AVENIDAS NOVAS
Dalva, Av. Duque d'Avila, 125 (T. 45225)
BAIRRO DAS COLÓNIAS
Colonial, R. Forno do Tijolo, 40 (T. 841122)
BELÉM
D. Bom Sucesso, R. Bartolomeu Dias, 63-A (T. 611464)
BENFICA
Progresso, E. da Damaia, 64 C (T. 702226)
CAMINHOS DE FERRO
Alves de Carvalho, R. Vale de Santo António, 7 (T. 840125)
ENTRE CAMPOS
Ancântara, Av. da República, 74 A (T. 771379)
OLIVAIS NORTE
Central, R. Alferes Barnabé Dias, 7 C (T. 315539)
REGO
Prates e Mota, R. da Beneficência, 91 (T. 773728)
SÃO MAMEDE
São Marcal, R. de São Marcal, 100 (T. 325318)
SOCORRO
Tavares, R. da Palma, 194 (T. 863350)
PICHELEIRA
Luzmar, R. João do Nascimento Costa, 16-A (Tel. 728395/720735)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Tel. 213953)
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco (Tel. 2435147) Até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485) Toda a noite
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Tel. 2471054) Até às 24 horas
MURTAL
Primavera, R. das Parreiras, 2 (Tel. 2472278) Toda a noite
MONTE ESTORIL
Suissa- Cruzeiro, (Tel. 260087) Até às 22 horas
CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (Tel. 280078) Até às 22 horas; Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Tel. 281044) Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (Tel. 934589); Campos, r. Elias Garcia, 185 (Tel. 930072); Clabel, R. António Sardinha, 23-D (Tel. 938551)
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, lote D (Tel. 9710231)
VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Tel. 974161)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (Tel. 950117); Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123)
CACEM
Guerra Rico, Agualva
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins 285 (Tel. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Tel. 980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia, (Tel. 2930058)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)
ALMADA
Central, R. de Olivença, 11 (Tel. 270504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, est. Nacional, 178 A (Tel. 2040302)
BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (Tel. 2073207)
COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Tel. 276356)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Tel. 230008)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar, 13 (Tel. 229471)
SETÚBAL
Lisboa, R. dr. Paulo Borba (Tel. 22248); Brasil, P. do Brasil (Tel. 24788)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 221856)

PORTO

TURNO 7

ATÉ ÀS 22 HORAS

Martino, Sucrs., Praça Marquês de Pombal, 122; Pombeiro, Campo dos Mártires da Pátria, 152; Prelada, Rua Central de Francos, 316; S. Roque da Lameira, Rua de S. Roque da Lameira, 1111; Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 236; Ameal, Rua do Ameal, 1227; Campo Alegre, Rua do Campo Alegre, 723; Ferreira da Silva, Rua dos Mártires da Liberdade, 150; Peninsular, Rua Chã, 100; S. Lázaro, Avenida Rodrigues de Freitas, 297 e Melo Taveira, Rua Alcaide Faria, 77

A PARTIR DAS 22 HORAS

Prelada, Rua Central de Francos, 316; Martino, Sucr., Praça Marquês de Pombal, 122; Pombeiro, Campo dos Mártires da Pátria, 152 e S. Lázaro, Avenida Rodrigues de Freitas, 297

COIMBRA

Dias Ferreira, R. do Brasil; Santa Cruz, R. das Padeiras; Higiene, R. Fernandes Tomás

PASSE
UM FIM-DE-SEMANA
SEM CONTRATEMPOS

QUANDO ACORDAR
ESTARÁ NO ALGARVE

SERVIÇO DE CARRUAGENS-CAMAS LISBOA-ALGARVE

Barreiro: V.R. Sto. António: sextas-feiras
V.R. Sto. António: Barreiro: domingos
INFORMAÇÕES TELEF. 32 62 26

Caminhos de Ferro Portugueses

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«O Pá, Pega da Vassoura»
LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Garotas no espeto»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«A Investigação»
VASCO SANTANA
21.45 (13 anos)
«Lisboa 72-74»
MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Até parece mentira»
MONUMENTAL
20.45 e 23.00 (18 anos)
«A Gaiola das Loucas»
MARIA MATOS
21.45 (18 anos)
«Seara de vento»

LISBOA/Cinemas

ÍMPIA
(18 anos)
«Dias de Perigo»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Adeus Django»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Ferido na honra»
PARIS
21.15 (18 anos)
Minha mulher é doida»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«Paraíso ao Sol»
MOSCAVIDE
21.15 (18 anos)
«Rafael, o libertino»
CINEMATECA
21.30 (18 anos)
«As aventuras do príncipe Achmed»

LINHA DE CASCAIS

Casino
17.00 e 21.30 (18 anos)
«Para Amar Ofélia»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«Isso não se faz à Tia»
TERÇO
21.30 (18 anos)
«Pides na grelha»
ANTÓNIO PEDRO
21.30 (13 anos)
«Brecht»

PORTO/Cinemas

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Criada para todo o serviço»
ESTÚDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«Roma antes de Cristo... depois de Fellini»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Experiência prematrimonial»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Dois homens na cidade»
VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«A vingança do Dragão Negro»
CARLOS ALBERTO
21.15 (10 anos)
«O pistoleiro designado por Deus»
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Laranja Mecânica»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Os Difíceis Vinte Anos»
S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«A minha mulher é doida»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«O Caso Odessa»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Os Perversos»
TRINDADE
c 21.30 (13 anos)
«Toda uma Vida»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Queridos Pais»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O silêncio»
TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Uma mulher e peras»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Toda uma Vida»
AVENIDA
20.30 e 23.00 (18 anos)
«Toda uma Vida»

O JOÃO V
T. 971794 21.00
Grupo D 18 anos
O IMENSO ADEUS

cinemas

ESTREIAS DE HOJE

ROXY
DOMÓNIOS SOBRE RODAS
ALVALADE
O COMANDO ANTIDROGA
EDEN e CINEMA 2000
... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...

CINEBOLSO

T. 573407 14.30, 16.45, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
LES VALSEUSES
(AS BAILARINAS)
Contém cenas eventualmente chocantes
Amanhã às 11.30 e 24.00 - 18 anos
CABARET, ADEUS BERLIM

BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Grupo C 14 anos
O ÚLTIMO COMBOIO DE GUN Hill
Kirk Douglas e Antony Quinn
Hoje às 24.00 h - 18 anos
CRUEL VINGADOR

APOLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
PRIMEIRA PÁGINA
o grande filme de Billy Wilder
Jack Lemmon Walter Matthau
5.ª Semana
Hoje às 24.00 H. - 18 anos
HISTÓRIA IMORTAL

ROXY

T. 42872 21.15
Interdito a menores de 18 anos
DEMÓNIOS SOBRE RODAS
Com ou sem rodas elas procuram a emoção e o prazer

PATHÉ

T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EVA
Um dos melhores filmes Suecos do Ano
A primeira pedra o abuso da adolescência

ALVALADE

T. 717480 21.15
Grupo D - 18 anos
O COMANDO ANTIDROGA
Hoje às 24.00 - 18 anos
A VINGANÇA DE ROSALIE

LIDO

T. 937593 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
CÓDIGO JUGGERNAUT

CINESTÚDIO

T. 937593 15.30 . 21.30
Interdito a menores de 18 anos
UM AMOR PASSAGEIRO

CARLOS MANUEL - SINTRA

T. 2930394 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
O PASSE DA MEIA-NOITE

CINEMA 2000

ALGÉS 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...
Hoje às 24.00 - 18 anos
O CONDE SINISTRO

UNIVERSAL

T. 774402
Não acons. a menores de 13 anos
Às 14.30 e 20.30
OS FUZIS
De Rui Guerra
Às 16.30, 22.30.
Não acons. a menores de 13 anos
GREVE _ OCUPAÇÃO
Às 18.30
Não acons. a menores de 13 anos
ATTICA E TUPAMAROS

RESTELO

T. 610375 21.00
Interdito a menores de 18 anos
O BEIJO
(Le Baiser)
Hoje às 24.00 - 14 anos
ÓDIO VELHO

EDEN

T. 320768 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
... E QUANDO O DINAMITE EXPLODE...
Terence Hill e Bud Spencer

TIVOLI

T. 570595 15.15, 18.30, 21.15
Para todos - maiores de 6 anos
ISTO É ESPECTÁCULO
Isto não é um filme é uma festa!
4.ª Semana

CASINO ESTORIL

T. 264621 17.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
PARA AMAR OFÉLIA

ROYAL

T. 665037 15.30, 21.00
Interdito a menores de 18 anos
LARANJA MECÂNICA

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
A PRIMA
Com Stefania Casini

ROMA

T. 727778 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
A CASA DO PECADO
Hoje às 24.00
DOROTHEA

OXFORD

T. 2865027 24.00
Não acons. a menores de 13 anos
TUDO FICOU EM FAMÍLIA

VOX

T. 720808 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
QUE NOITE DE NÚPCIAS
2.ª semana de êxito!

LUMIAR

T. 795296 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O HOMEM DA MEIA NOITE

SATÉLITE

T. 562632 15.30, 18.30, 21.15 24.00
Interdito a menores de 18 anos
IREI COMO UM CAVALO LOUCO
11.ª Semana

MUNDIAL

T. 538743 15.15, 18.30, 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
O CORDEIRO ENFURECIDO
Às 0.15 - 14 anos
A CORTINA RASGADA

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
O CONFORMISTA
O Fascismo... A Traição... Os mortos...
Um filme de Bernardo Bertolucci
3.ª Semana

CONDES

T. 322523 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
...girissimo, cruel, encantador, inteligente, erótico e... maldonissimo!
LES VALSEUSES
AS BAILARINAS
c/ Gerard Depardieu
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.15
(Int. a menores de 18 anos)
UM FILME EXCEPCIONAL
c/ Marga Lopez
MARCADA PELO DESTINO
A ODISSEIA DE UMA MULHER VÍTIMA DE UMA TERRÍVEL INFÂMIA DA AMANTE DO SEU MARIDO
(EASTMANCOLOR)

LONDRES

T. 801313 13.00, 15.45, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
LACOMBE LUCIEN
Uma história da resistência
Um filme de Louis Malle
Hoje às 24 h - 18 anos
O CARNICEIRO

S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
MULHERES APAIXONADAS

AVIS

T. 47163 15.30, 1830, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
ISCA HUMANA
Hoje às 24.00
A CASA DO PECADO

CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
TUDO FICOU EM FAMÍLIA
Hoje 24.00 ONDE É QUE DÓI

CINEARTE

T. 660446 21.15
Grupo C - 14 anos
UM DÓLAR FURADO

ESTÚDIO

T. 555135 15.30, 18.30, 21.15 24.00
Não acons. a menores de 18 anos
JULES E JIM
Um filme de François Truffaut

ESTÚDIO 444

T. 779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
DOROTHEA
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

EUROPA

T. 661016 15.15-21.15
Não acons. a menores de 18 anos
POR ORDEM DE MUSSOLINI
Hoje às 24.00 AMOR LIVRE

IMPÉRIO

T. 555134 15.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
OS MALDITOS
Hoje às 18.15
ÁLAMO

MONUMENTAL

T. 555131 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A MÁQUINA DO AMOR
Com Dyana Cannon

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º E 4.º
TELEF. 65453 1/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEX 12383
LISBOA PORTUGAL

REUNIU-SE O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

. Sob a presidência do general Costa Gomes voltou a reunir-se a partir da tarde de ontem o Conselho Superior da Revolução. A sessão prolongou-se até de madrugada, depois de uma breve pausa para o jantar.

Não houve prévia divulgação da agenda dos trabalhos, esperando-se agora o habitual comunicado.

CONSELHO DE IMPRENSA

. Na sede do Grémio da Imprensa Diária e em cumprimento do disposto no Decreto-Lei 85-C/75, que promulga a Lei de Imprensa, decorreu a eleição de um director de jornal diário (não pertencente ao respectivo conselho de administração) para o Conselho de Imprensa. A escolha recaíu sobre o jornalista Fernando Teixeira, director do nosso prezado colega «Jornal do Comércio».

SUSPENSO O JORNAL "A PROVÍNCIA DE ANGOLA"

. LUANDA, 11 — (D.L./ R.) — O jornal «Provincia de Angola» foi novamente suspenso e multado em cem contos. Desta vez, por haver publicado na segunda-feira um artigo em que acusava o M. P. L. A. de ter morto soldados da F. N. L. A. com metralhadoras recedas da União Soviética, o que não tem qualquer fundamento.

É de calma a situação presente em Luanda, não se tendo registado confrontos nas ultimas 24 horas.

O dr. Jorge Valentim, membro destacado da U. N. I. T. A. anunciou que a sua organização vai formar comités de paz e organizar um sindicato nacional, medidas destinadas a contribuirem para suster a violência em Angola.

Este anunciou seguem-se a confrontações recentes entre o M. P. L. A. e a F. N. L. A., combates em que morreram mais de 200 pessoas.

Observadores políticos encaram as medidas como manobras contra o Movimento Popular de Libertação de Angola (M. P. L. A.).

O dr. Valentim exprimiu receios de que a violência possa vir a evoluir para uma guerra civil.

AÇUCAR AMARGO

Continuação da pág 1

um manifestante, a que militares responderam com tiros para o ar e o lançamento de uma granada de gases lacrimogéneos. Houve também pedradas. Mais tarde esboçou-se uma corrida aos bens alimentícios: falava-se em greve geral, que o Governo do Distrito Autónomo desdisse ao afirmar que não era justificado qualquer alarme.

Como se registasse, de permeio, falta de açúcar a retalho no arquipélago, destacamentos das F. A. arrombaram alguns armazéns onde o produto era retido e puseram este à disposição do público consumidor.

SAVIMBI EM LONDRES

LONDRES, 11 — (R.) — O dr. Jonas Savimbi, presidente da União Nacional para a Independênca Total de Angola (U. N. I. T. A.), foi ontem recebido por miss Joan Lestor, subsecretária dos Assuntos Afrjicanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico, tendo-lhe feito um relato pormenorizado da situão em Angola — anunciaram entidades inglesas.

Medidas da O.U.A. para isolar a África do Sul

Continuação da pág 1

lisbúria e Pretória.

Ao mesmo tempo, a conferência propõe medidas mais rigorosas de isolamento da África do Sul e a criação de um órgão encarregado de fiscalizar a aplicação das sanções económicas contra o país do «apartheid».

Esta orientação, traçada em declarações formais da conferência, é encarada pelos observadores como uma vitória da Tanzânia e da Zâmbia, que sempre defenderam uma política pragmática em relação à África do Sul.

Este documento, que será conhecido como a «Declaração de Dar es-Salam», foi aprovado pela O.U.A. após uma sessão que se prolongou por toda a noite.

CASAS SIM, BARRACAS NÃO!

. A comissão de moradores do Alto da Eira deu o mote e logo os habitantes da Quinta dos Peixinhos, da Quinta do Meio, do Vale Escuro, da Quinta do Saloio os seguiram. Foi uma manifestação impressionante de moradores de bairros de lata que, percorrendo a cidade desde o Alto da Eira aos Paços do Concelho, exigiam um lugar decente para habitar: «Casas sim, barracas não»

. Na origem desta manifestação estão dois factos, um próximo e outro remoto, sendo o primeiro a pouca segurança que oferece para algumas casas do Bairro do Alto da Eira um muro prestes a ruír e o segundo a incógnita quanto às torres que a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (E.P.U.L.) tem a seu cargo construír e que se destinam a alojar os moradores do bairro de lata.

À chegada ao largo fronteiro à Câmara Municipal, delegados dos moradores dirigiram-se ao edifício e falaram com um representante da C.M.L. o arquitecto Helder de Almeida, que se inteirou dos problemas e recebeu uma lista de casas devolutas da zona e a indicação das famílias que vivem em piores condições. Helder de Almeida afirmou que a Câmara apoiaria as ocupações de casas vazias e entraria, depois, em negociações com os respectivos senhorios. A instâncias dos delegados, o arquitecto falou, então, ao povo, prometendo a solução do problema.

E que problema? Os números são elucidativos: 5000 trabalhadores vivem no Alto da Eira em lamentáveis condições; a E.P.U.L. está a construír «seis» torres para os albergar, mas só daqui a «dois» anos estarão em condições de ser habitadas; prevê-se uma renda de 2500$00 para essas casas, o que, segundo os moradores do Alto da Eira, é incompatível com os seus salários; os moradores querem pagar «10 por cento» do ordenado do agregado familiar.

Outros números, talvez não tão importantes mas não menos significativos: há quem viva há «49 anos» numa barraca e diga: «Eu não sei o que é uma casa». Há, ainda, quem viva aí há menos tempo «Eu moro aqui há «17 anos» e nunca ninguém se interessou por mim ou pelos que moram ao lado». Há, ainda, «um» muro prestes a ruír, ameaçando de morte «algumas» casas que nele se apoiam.

Depois dos números, as palavras. Eram gritadas em voz alta ou vinham escritas nos cartazes que os manifestantes empunhavam: «Repressão aos senhorios especuladores», «As casas são do povo! É o povo quem as constrói», «Abaixo os subalugas» «Fim aos bairros de lata, já!», «Casas sim, barracas não!»

FRANCESES IMPEDEM A ENTRADA DE VINHOS PORTUGUESES

. Os agricultores franceses, com graves problemas de excedente de vinho, impediram a entrada de camiões carregados com vinho português, perto de Hendaia, na fronteira francesa.

Não se trata de uma medida apenas em relação a Portugal, mas sim a todos os países que queiram enviar vinho para aquele país. Espanha e Itália são outros dos produtores de vinho a quem tem sido proíbida a entrada. Um jornal espanhol, o «Ya», noticiou, há dias, que vinicultores francesas haviam destruído mel mil pipas de vinho e que o prejuízo se calculava em cerca de um milhão de pesetas.

Em relação ao problema do vinho português, a nossa embaixada está a efectuar diligências junto das autoridades governamentais no sentido de resolver o problema.

Os agricultores franceses atravessam os tractores na estrada e não deixam passar as camionetas que transportam vinho. Em Maureilhan, no Sul de França, cerca de 50 vinicultores, destruíram as dez mil pipas.

O excesso de vinho no nosso País, tal como na França, Espanha e Itália, está a causar graves prejuízos aos agricultores.

Entretanto, no Douro, o vinho de pasto vai ser escoado totalmente, quer por destilação quer por armazenamento na própria região ou noutras regiões vinhateiras, sendo o produto pago ao lavrador num prazo máximo de 45 dias.

Para a queima do vinho vão trabalhar as destilarias da Casa do Douro, o que segundo os lavradores é insuficiente e pedem que destilarias há muito paradas, sejma postas em funcionamento, pois no Douro há neste momento, 158 mil pipas de vinho de pasto e cerca de 50 mil de vinho generoso.

MORREU O EMPRESÁRIO GIUSEPPE BASTOS

. Esta manhã, pelas 8 horas, faleceu, em sua casa (na Rua do Telhal, em Lisboa) o empresário teatral Giuseppe Bastos que, de há largos anos a esta parte, estava à frente dos destinos do «Maria Vitória».

Casado com a antiga artista Ausenda da Conceição Franco Bastos, Giuseppe Bastos pertencia à Associação Livre dos Empresários de Teatro e contava na sua carreira empresarial dezenas de «tournées» fora de Portugal: nomeadamente a Angola, Moçambique, África do Su, Congo Belga, Espanha e Brasil.

O corpo de Giuseppe Bastos encontra-se depositado na Igreja de São José, prevendo-se que o funeral se realize amanhã, para o cemitério do Alto de São João.

Devido ao falecimento de Giuseppe Bastos, não haverá hoje espectáculos no Teatro Maria Vitória.

O NÚNCIO APOSTÓLICO NA REUNIÃO DOS BISPOS

FÁTIMA — O Núncio Apostólico em Lisboa, mons. José Maria Sensi, deslocou-se hoje a Fátima para participar nos trabalhos da Conferência Episcopal Portuguesa, a decorrer nas instalações do Santuário desde a manhã da última terça-feira.

Segundo um informador trata-se da primeira reunião ordinária da Conferência Episcopal realizada este ano. A segunda realizar-se-á, como habitualmente, em Novembro.

O mesmo informador assinalou que os bispos presentes (nota-se a falta do bispo do Porto, impedido de comparecer por trabalho inadiável na sua diocese) debateram problemas da vida da Igreja em Portugal, com base nos relatórios apresentados pelas diversas comissões.

. É de pensar, no entanto, que a Conferência, durante a qual terá sido feito um balanço do ano passado, assuma particular importância dada a situação política do País e as suas incidências nas relações Igreja-Estado.

. A Conferência deverá terminar esta tarde ou, então, amanhã de manhã.

A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

. Por iniciaitiva da Associação Portugal-U. R. S. S., o economista soviético Yuri Rubinsky, que se encontra de visita ao nosso País, profere esta tarde, com início às 17 e 30, no Auditório Dois da Fundação Gulbenkian, uma conferência sobre a nacionalização da Banca.

CIDADE MARGINAL

PONTAPÉS NO ANCIÃO

. Aproveitando-se dos 76 anos já pesados do reformado da Marinha Mercante Francisco da Silva, o vendedor ambulante Rodrigues, de 36, deu-lhe um forte encontrão e num ápice despojou-o da bracelete de ouro e do relógio de pulso. E não contente ainda aplicou um certeiro pontapé no peito do ancião, após o que saltou lesto para um autocarro da Carris que, naquele momento, circulava pela Avenida 24 de Julho. Só que a cena tinha sido observada à distância pelos passageios do veículo, entre os quais se encontrava um agente da P.S.P. que logo se apressou a deter o violento e pouco escrupuloso Rodrigues.

DE MARISCOS ÀS COSTAS

Corria o desempregado José Correia pela Rua do Arco da Graça acima, carregando à cabeça uma pesada caixa com gambas, quando lhe surgiu pela frente o comerciante Manuel Pina, que lhe gritou azedo: «Largue as gambas seu malandro!» . Esclareça-se que Manuel Pina é o proprietário do armazém onde José Correia tinha furtado pouco antes a pesada caixa de mariscos. O desempregado largou de facto as gambas, mas acto contínuo aplicou dois socos no rosto do comerciante que logo ficou a jorrar sangue do nariz. Gerou-se grande alarido e a detenção do José Correia não se fez esperar, quando alguns populares e a Polícia chegaram ao local e se informaram sobre os detalhes no incidente.

«MEIRELES» NA PRISÃO

Santos Teles, conhecido na gíria policial por «Meireles», tentou a chantagem na pessoa do industrial Fernando Oliveira, ameaçando-o de morte, através de uma carta onde escrevia: «Trezentos contos ou a vida», e marcando como local para entrega do dinheiro um café isolado situado nas próximidades do lugar de Lourosa. Só que o industrial avisou a polícia, conseguindo assim conservar a vida e os trezentos contos, ao contrário do «Meireles» que acabou por perder a liberdade pela quarta vez em poucos anos.

ao colonialismo português, e que hoje estão fraternalmente unidos ao povo português na construção, nos respectivos países, de uma sociedade mais justa. A conquista da independência pelos povos das colónias não é apenas uma viragem na história desses povos. É-o também na história do povo português. Voltado para o aproveitamento dos recursos próprios, Portugal poderá desenvolver-se como nação independente. O desaparecimento do domínio colonial eliminará uma das mais importantes bases da reacção. Deixando de oprimir outros povos, Portugal poderá finalmente ser livre.

8. Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos

O P.C.P. luta por uma política de paz e amizade com todos os povos. Tal política libertará Portugal da presença militar do imperialismo e de encargos financeiros com armamento, incomportáveis para a economia nacional e que afectam gravemente o nível de vida do povo trabalhdor. Ao mesmo tempo que libertará a diplomacia portuguesa da influência do principal apoio externo da reacção, ganhará sólidas amizades e apoios para que o povo português possa construir a democracia. Será uma garantia da independência nacional.

Comité Central PCP: Carlos Alboim Inglês

II — PELO DESENVOLVIMENTO PACÍFICO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO, PELA REALIZAÇÃO DE PROFUNDAS REFORMAS SOCIAIS

As eleições pela Assembleia Constituinte representarão um importante momento da revolução portuguesa. O futuro democrático do país depende em larga medida da Constituição que for elaborada e aprovada.

O P.C.P. respeita e respeitará a vontade popular e opor-se-à a quaisquer tentativas para impedi-la ou deforma-la. Respeitará a ordem democrática que vier a ser estabelecida por um processo democrático genuino e lutará para que todos a respeitem.

Não deve ser consentido que as forças da reacção tentem utilizar as liberdades para preparar a liquidação destas e a instrauração de uma nova ditadura. A ordem democrática deverá ser firmemente defendida contra os inimigos da liberdade, contra conspiradores e promotores de golpes contra-revolucionários.

Instaurado um regime democrático, abrem-se grandes possibilidade de um desenvolvimento pacífico do processo revolucionário podendo ser realizadas profundas reformas sociais no quadro da legalidade democrática e de acordo com a vontade expressa do povo português.

A classe operária, as massas trabalhadoras, o campesinato, as camadas médias estão profundamente interessadas num caminho pacífico para as transformações democráticas da sociedade portuguesa. Só a reacção pode estar interessada em interromper esse caminho, em contestar, ameaçar e procurar liquidar o curso democrático da política portuguesa e impor pela força uma política antipopular e antinaional. O povo português, as forças democráticas e as Forças Armadas não poderiam em tal caso deixar de dar a resposta adequada.

III — A PASSAGEM AO SOCIALISMO

A primeira condição para a construção da sociedade socialista é o estabelecimento da propriedade social sobre os princi-

Comité Central PCP: Dinis Miranda

pais meios de produção (fábricas, minas, etc.) que permitirá o estabelecimento de um sistema de direcção planificada da economia, que determinará o estabelecimento de um sistema de direcção planificada da economia, que determinará o desenvolvimento harmonioso de todos os sectores e recursos da economia que determinará o desenvolvimento harmonioso de todos os sectores e recursos da economia nacional, pondo fim às crises económicas e permitindo altos ritmos de crescimento do rendimento nacional e do bem-estar do povo.

O socialismo libertará os trabalhadores de todas as formas de exploração, respeitará a propriedade individual resultante do fruto do trabalho próprio e que não seja utilizado como instrumento de exploração, garantirá o interesse material dos trabalhadores no desenvolvimento da produção, dentro do princípio do pagamento a cada segundo o seu trabalho, e desenvolverá gradualmente os principais serviços sociais para a sua utilização segundo as necessidades.

A experiência histórica mostra que o regime socialista pode assumir formas e particularidades diversas, segundo as condições existentes em cada país. Pode exercer-se com um sistema pluripartidário ou a existência de organizações políticas de unidade das forças sociais revolucionárias.

A forma que o regime socialista assumirá em Portugal dependerá do sistema de alianças do proletariado, da correlação então existente das forças de classe, do grau de realização da revolução democrática e nacional, da conjuntura internacional e da via revolucionária que vier a ser seguida.

Dada a composição de classes da sociedade portuguesa e o peso do proletariado industrial e rural, a realização da revolução democrática e nacional criará condições favoráveis para a passagem pacífica ao socialismo.

A política de unidade do P.C.P. com outras forças progrsesistas é para hoje e para o futuro. O P.C.P. luta e lutará para tornar possível que o regime socialista em Portugal seja caracterizado pelas mais amplas liberdades para todos os que desejam exercer, respeitar e defender as liberdades.

Comité Central PCP: Georgette Ferreira

Diário de Lisboa

PONTO ELEITORAL

Lisboa, sexta-feira, 11 de Abril de 1975

AVEIRO

1.ª Já ouviu programas eleitorais na Rádio ou Televisão? Nesses programas o que mais o impressionou?

2.ª Acha que Aveiro vai sentir muito rápidamente os efeitos das eleições?

3.ª Entende que os analfabetos devem votar?

ANA MARIA MONTEIRO, 20 anos, estudante, residente em Cacia.

1.ª Já os vi na Televisão. Montes de coisas me impressionaram sobretudo a agressão que se verifica nos esclarecimentos de certos partidos políticos.

2.ª Se a Assembleia Constituinte for bastante válida e os seus elementos, Aveiro vai melhorar pois muitas coisas há que fazer.

3.ª É preciso que os «políticos» esclareçam os analfabetos pois estes têm todo o direito de votar, pois tenho a certeza de que são conscientes.

ANTÓNIO PEDROSA, 38 anos, motorista, residente na Tocha.

1.ª Já vi e ouvi programas eleitorais, mas para ser franco não estou bem dentro da política e com toda aquela confusão também pouco aprendo.

2.ª Aveiro deve e tem que melhorar rapidamente.

3.ª Acho que sim, pois há analfabetos que têm muita conscúncia daquilo que fazem e pensam.

MANUEL AREDE, 51 anos, pedreito, residente em Aradas (Aveiro).

1.ª Tenho ouvido Rádio de vez em quando. Nem sei o que mais me impressionou pois os partidos são tantos e eu sei pouco disto.

2.ª Já ouvi dizer que «isto» (Aveiro) vai melhorar e oxalá que sim.

3.ª Todos devem votar para isto ficar melhor.

ALEXANDRINA MARIA SANTOS, 18 anos, estudante, residente em Aveiro.

1.ª Vejo os programas políticos através da TV. Não acho correcto nem leal para com o povo como certos partidos políticos, para não dizer todos, estão a fazer a sua campanha eleitoral. É uma campanha infame de ataques uns aos outros. Aliás, eu não concordo com eleições em que participem doze partidos.

2.ª Até este momento nada se viu de concreto em que Aveiro beneficiasse com o 25 de Abril. É natural que as eleições venham a concorrer para que Aveiro e outras terras venham a melhorar.

3.ª Desde que bem ou relativamente bem politizados, o que não acontece neste momento, acho que os analfabetos devem votar.

FELISBERTO FORTES, 47 anos, marnoto, residente em Aveiro.

1.ª Vejo sempre a TV. Há coisas que me têm desgostado muito e ainda ontem isso se verificou.

2.ª Aveiro vai com certeza melhorar pois até este momento isso não se verificou, antes pelo contrário, o que sinceramente me tem preocupado.

3.ª Não haja a menor dúvida de que toda a gente deve votar.

MARIA OLINDA, 25 anos, empregada de hotelaria, residente em Aveiro.

1.ª Tenho acompanhado pouco pelo que não me posso pronunciar convenientemente.

2.ª Espero que com as eleições Aveiro assim como tudo em Portugal, melhore. As eleições são, é o que eu penso, para melhorar as situações dos países.

3.ª E porque é que os analfabetos não deveriam votar?

ALFREDO FRANCISCO GOMES, 46 anos, comerciante, residente em Aveiro.

1.ª Tenho acompanhado com bastante interesse a campanha eleitoral, sobretudo através da TV. Tenho aprendido qualquer coisa, mas os ataques que eles movem uns aos outros, desagradam-me profundamente.

2.ª Creio e isto era um grande desejo, de todos nós, que Aveiro vai melhorar pois tem muitas lacunas e de variados aspectos.

3.ª Se o voto é a arma do povo, é um dever votar, embora que pouco esclarecidos, acho que os analfabetos devem participar nesse grande dever cívico.

LÚCIA MARIA SILVA, estudante, 16 anos, residente em Aveiro.

1.ª Tenho preferido a TV. O objectivo desta campanha é a propaganda de cada um dos partidos concorrentes às eleições mas o que se tem visto é a forma descarada como alguém pode atacar outro alguém. Isto, por estar errado, tem-se impressionado fortemente.

2.ª Com certeza que Aveiro deve e tem fatalmente que melhorar e depressa.

3.ª Há analfabetos que, porsaberem aquilo que querem, devem votar.

JOSÉ NAIA

NEM PARA ELEIÇÕES TINHAMOS ESTRUTURAS

Entrevista com Mário Bruxelas

Cerca de 1 371 801, eis o número provável de votantes no distrito de Lisboa. Dizemos «número provável» porque o apuramento final exacto só poderá ser feito quando terminarem as listas de incapacidades. Até agora todos os dias surgem nomes de personalidades ligadas aos crimes fascistas que têm, portanto de ser eliminadas dos cadernos.

Em Lisboa é o 3.º Bairro aquele que apresenta maior número de cidadãos recenseados, ascendendo o seu número a 198 561. Este Bairro engloba as freguesias de Alvalade, Ameixoeira, Benfica, Campo Grande, Campolide, Carnide, Charneca, Lumiar, Nossa Senhora de Fátima, S. Domingos de Benfica, S. João de Brito e S. Sebastião da Pedreira. O 2.º Bairro, com 133 180 eleitores, é o que possui menor número de recenseados. Ao nível das freguesias do concelho há desfasamentos espectaculares.

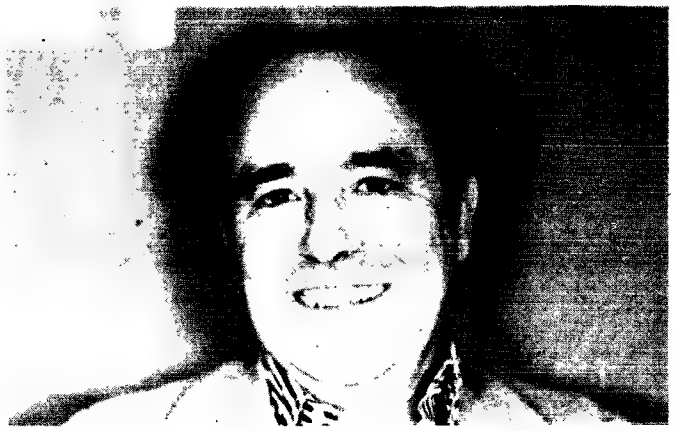
Assim, enquanto a Amadora apresenta 99 686 recenseados, justificando bem a designação de «dormitório» de uma parte muito importante da população que trabalha em Lisboa, Moledo, pequena freguesia do concelho de Lourinhã, só tem 339 cidadãos em condições de serem eleitores.

Estes dados sã-nos fornecidos pelo arquitecto Mário Bruxelas, governador civil de Lisboa e membro da Comissão Central do Movimento Democrático Português/CDE. Ao mesmo tempo revelou-nos a complexidade dos problemas que, ao nível do Distrito, a montagem da máquina eleitoral implica.

Isto exige a mobilização de milhares de pessoas para montar a máquina. O problema é ainda agravado pelos prazos, que são curtíssimos. Veja-se os prazos para a constituição das mesas. As comissões administrativas municipais e as administrações de bairro tinham até ao dia 12 de Março para apreciarem todos os documentos das assembleias de voto. Grande parte delas não cumpriram esses prazos porque não era possível cumpri-los. A lei eleitoral estava feita com a ideia de que, sob a designação de freguesia, se encontravam localidades de pequena dimensão demográfica. No entanto, há freguesias que têm quase 100 000 eleitores, como a Amadora. Há portanto um grande desfasamento em números nas diversas freguesias. No distrito de Lisboa, a diferença entre freguesias pode ir de 592 eleitores até 99686 como é o caso da Amadora. Para tudo isto

de rendas proporcional aos salários e proventos familiares; melhoramento das condições de utilização dos transportes colectivos; política de apoio aos trabalhadores emigrados através de órgãos especializados e da revisão dos acordos de emigração.

A elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, em conjunto com a realização dos demais objectivos, provocará uma mudança de toda a vida social portuguesa e interessará directamente as vastas massas populares na consolidação, na defesa e na realização completa dos objectivos da revolução democrática e nacional.



Comité Central PCP: Sérgio Vilarigas

As medidas para o melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras exigirão destas uma luta constante e tenaz, para o que terão de aproveitar amplamente as novas condições democráticas da vida nacional. Sentindo que defendem as suas conquistas revolucionárias e os seus interesses, assim como os interesses da nação portuguesa, os trabalhadores, ao mesmo tempo que lutarão por novas conquistas políticas, económicas e sociais, desenvolverão a sua energia criadora para o aproveitamento dos recursos do país e o progresso impetuoso da produção nacional em todos os domínios — única base em que poderá assentar uma vida desafogada para todos os portugueses.

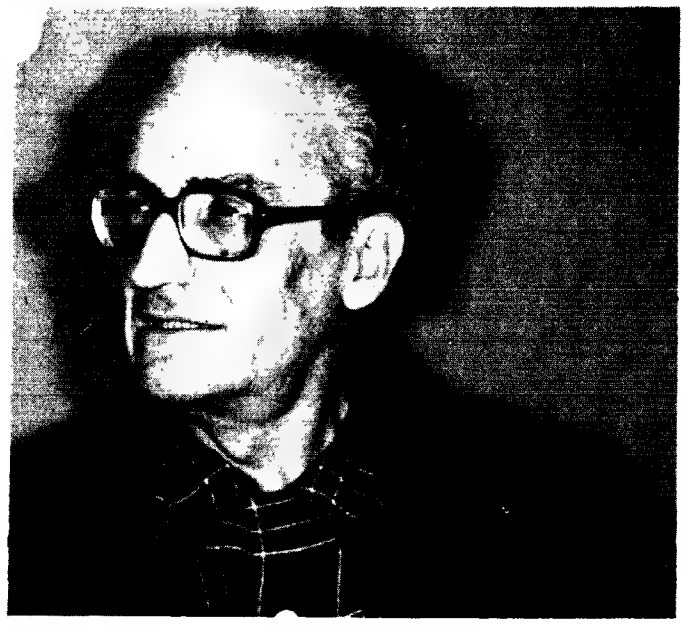
5. Democratizar a instrução e a cultura

O P.C.P. considera que quaisquer transformações sérias na vida económica, política e social terão de ser acompanhadas por uma modificação radical do panorama do ensino e da cultura. A construção de um Portugal democrático e independente exige que o saber se torne acessível às massas populares.

A democratização da instrução e da cultura exige, entre outras, as seguintes medidas fundamentais: extinção do analfabetismo; reforma geral do ensino, com revisão da organização dos cursos, de programas e métodos; criação de uma educação pré-escolar oficial; aumento do período de escolaridade obrigatória e gratuita; acesso efectivo para os filhos dos trabalhadores aos outros graus do ensino; ensino industrial, comercial, agrícola e politécnico gratuito aos jovens trabalhadores, com o estabelecimento de um sistema de bolsas e a dispensa de horas de trabalho sem desconto no salário; desenvolvimento da cultura e da arte nacional; reorganização dos departamentos de informação de Estado, colocando a rádio e a televisão ao serviço da instrução e da cultura; atribuição aos cientistas, escritores e artistas dos meios indispensáveis para que possam consagrar-se ao seu trabalho criador; estímulo da investigação científica, orientando-a fundamentalmente para o desenvolvimento económico e social do país; intercâmbio científico, cultural e técnico com o estrangeiro, designadamente com os países socialistas.

A democratização da instrução e da cultura porá fim à ignorância secular das massas trabalhadoras, dar-lhes-à possibilidade de terem uma intervenção directa em todos os sectores da vida política, social e económica portuguesa e criará milhares de quadros intelectuais e técnicos vindos das classes trabalhadoras, devotados à defesa dos êxitos da revolução e capazes de impulsionar o rápido progresso do país.

Comité Central PCP: Domingos Abrantes



Comité Central PCP: Jose Magro

6. Libertar Portugal do Imperialismo

O P.C.P. considera que o domínio imperialista tem sido uma das causas da miséria e do atraso do país. O capital estrangeiro fez razia dos recursos nacionais, comprometendo o futuro económico de Portugal, e está interessado em manter o baixo preço das matérias-primas da força de trabalho. O domínio económico é acompanhado pela intervenção e influência na orientação da economia e da política nacional e por exigência de carácter diplomático e militar.

O P.C.P. luta para libertar Portugal do domínio imperialista e para alcançar este objectivo preconiza entre outras as seguintes medidas fundamentais: expropriação e nacionalização das grandes empresas e explorações monopolistas, admitindo-se a atribuição de indemnizações apropriadas; utilização dos recursos nacionais recuperados e dos bens nacionalizados em benefício do povo e do desenvolvimento independente da economia nacional; orientação do comércio externo na base da independência, da igualdade e do respeito recíproco de interesses e da protecção das actividades nacionais contra a concorrência ruinosa dos monopólios estrangeiros; normalização e intensificação do comércio com os países socialistas; anulação de todos os tratados e acordos internacionais lesivos da soberania e da independência nacional

A libertação de Portugal do domínio imperialista permitirá pôr ao serviço do povo e da nação parte considerável das riquezas nacionais hoje nas mãos dos monopólios estrangeiros.

7. Prosseguir a descolonização até à completa independência dos povos que estiveram submetidos ao colonialismo português

O P.C.P. luta pelo prosseguimento da descolonização até à completa independência dos povos que estiveram submetidos

e de intervenção estrangeira impulsionarão a participação das amplas massas populares na obra de renovação e reconstrução da vida portuguesa e possibilitarão a realização das profundas reformas políticas e sociais que constituem os demais objectivos da revolução democrática nacional.

2. Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral

O P.C.P. luta pela liquidação do poder dos monopólios, e o desenvolvimento económico geral através das seguintes medidas fundamentais: nacionalização dos sectores fundamentais da economia nacional, com respeito pelas pequenas e médias empresas dos sectores nacionalizados, dos pequenos accionistas das grandes companhias e dos pequenos depositantes nos bancos; manutenção, a par da acção do sector nacionalizado, da iniciativa das empresas privadas que participem no desenvolvimento geral do país, respeitando as leis e os interesses do Estado democrático; industrialização do país, de acordo com os recursos naturais e com as necessidades de um desenvolvimento harmonioso dos diversos ramos da economia nacional e das diversas regiões; reorganização da pesca, expropriando as empresas monopolistas, estimulando por meio de crédito e outras facilidades a criação de cooperativas de pescadores; direcção, controlo e participação do Estado no comércio externo, com respeito dos interesses nacionais pelas empresas privadas que intervenham nele; reorganização do comércio por grosso e criação de um sector económico do Estado, banindo a especulação e impedindo o agravamento de preços; reforma tributária, estabelecendo um sistema de imposto fortemente progressivo sobre a propriedade, os rendimentos, as sucessões e a doações, suprimindo o imposto profissional sobre os salários e pequenos ordenados e aliviando as classes trabalhadoras,

Comité Central PCP: António Gervásio

os artesãos, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes, as profissões liberais, da incomportável carga tributária que sobre eles pesa.

A liquidação do poder dos monopólios permitirá o aproveitamento de grande parte dos recursos nacionais em benefício do povo e da nação, o amplo desenvolvimento da economia, a criação de uma base industrial que assegure a independência do país, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, a melhoria da situação das classes médias e a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo.

3. Realizar a reforma agrária entregando a terra a quem a trabalha

O P.C.P. afirma que não é possível a construção de um regime democrático em Portugal sem alterar radicalmente a política agrária, sem entregar grande parte da terra cultivável (hoje nas mãos de um pequeno grupo parasitário) a quem a trabalha. Entre as medidas preconizadas para alcançar este objectivo são de destacar: a expropriação dos grandes latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para o efeito serão determinadas por lei; em todos os outros casos, será respeitada a propriedade privada da terra; entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres das terras expropriadas — devendo, nuns casos, essa terra passar a ser explorada individualmente ou em cooperativas e, noutros casos, directamente pelo Estado, tendo sempre em conta a vontade das massas camponesas; elevação de salários e garantia de trabalho para os assalariados rurais, tornando-lhes extensivas as conquistas sociais do proletariado industrial; extinção de formas semifeudais de exploração.

Comité Central PCP: Ângelo Veloso

A realização da Reforma Agrária e de outras medidas que beneficiarão directamente os proletários rurais e a grande maioria dos camponeses permitirá elevar o seu nível de vida, salvar da miséria e da ruína os pequenos agricultores e transformar, a atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva e florescente, base indispensável de uma vida desafogada para todos os portugueses e de uma economia próspera e independente. Permitirá também eliminar o poder dos latifundiários e grandes capitalistas da agricultura, que constituem uma base social da reacção e do fascismo.

4. Elevar o nível das classes trabalhadoras e do povo em geral

O P.C.P. luta pela elevação do nível da classe operária e do povo em geral e, para alcançar este objectivo, preconiza, entre outras as seguintes medidas fundamentais: direito ao trabalho, estabelecimento de um salário mínimo vital e aplicação do princípio «salário igual para trabalho igual», sistema de reajustamento de salários ao custo de vida, criação de condições de segurança no trabalho; promoção dos trabalhadores, independentemente do sexo e da idade, à categoria correspondente às suas habilitações profissionais; alargamento e melhoria dos seguros sociais; contratos colectivos de trabalho com a participação dos representantes dos trabalhadores na sua elaboração e aprovação; reforma urbana, com a expropriação e nacionalização dos prédios urbanos pertencentes ao capital monopolista; nova política de construção de habitações, eliminando a especulação com os terrenos e com as obras e construíndo barato para arrendar barato; estabelecimento de um sistema

Comité Central PCP: Blanqui Teixeira

to temos o mesmo tipo de estruturas.

DESDOBRAMENTO DE MESAS

No vértice de toda esta pirâmide do mecanismo operacional das eleições, encontra-se o Governo Civil que, obviamente, não dispõe de pessoal especificamente destinado a estas tarefas. Comentando o facto diz-nos o arquitecto Mário Bruxelas.

Se toda a administração pública fosse mobilizada só para isto através dos seus funcionários, mesmo com toda a sua boa vontade não chegavam. Nas pequenas freguesias nunca houve problemas mas no caso das freguesias muito populosas esses problemas foram graves não só para fazer o recenseamento como para constituir as mesas.

Nas localidades de maior densidade de população surge inevitavelmente o problema de falta de elementos para constituir as mesas. Praticamente ainda não está resolvido embora o governador civil pense que isso se consiga dentro de poucos dias.

Na Amadora vão funcionar cerca de 200 mesas de voto. Inicialmente era necessário que cada partido indicasse um delegado e um suplente para cada desdobramento das secções de voto. Depois foi alterado, passando a ser um delegado de cada lista para cada freguesia. Em três dias tinham que organizar 200 mesas. Com um delegado por cada freguesia, como manda a lei, só para Lisboa tinham que ser mobilizados 11350 elementos. Muitos partidos não apresentaram os delegados porque o anúncio do desdobramento das mesas foi feito com atraso por razões conhecidas.

VOTAR NOS ARREDORES

Outro problema que surge para resolver diz respeito à deslocação dos votantes em concelhos como o de Sintra, onde há grande dispersão da população por lugares sem transportes directos. Na quase totalidade dos casos, esclarece-nos o arquitecto Mário Bruxelas as mesas de voto vão concentrar-se nas juntas de freguesia. Este será o caso geral. No caso da Amadora está a ser feita uma descentralização dos eleitores com a ajuda de computadores.

Sintra deve ser o concelho com maior dispersão. Põe-se o problema de transportes. Nos casos em que não existam ligações fáceis estamos a pensar em alugar autocarros ou mesmo em solicitar a ajuda dos militares».

Talvez seja oportuno fazer uma comparação entre este projecto do governador civil de Lisboa e a maneira como o problema dos transportes dos eleitores era encarado nas eleições fascistas. No ano em que o general Humberto Delgado foi candidato à presidência da República o Governo Civil do Porto, inadvertidamente, deixou escapar até ao conhecimento público uma circular em que eram dadas instruções às autarquias locais para a localização das mesas de voto, mais ou menos nos seguintes termos: «Nas localidades onde os resultados das eleições se prevejam desfavoráveis (para eles fascistas) as assembleias de voto devem ficar situadas em locais distantes e sem transportes a fim de que os votantes sejam obrigados a calcorrear longas distâncias a pé».

TUDO FICARÁ PRONTO A TEMPO

O governador civil de Lisboa afirmou-nos ainda que até agora tem sido possível levar as coisas a bom termo mas a constituição das mesas é um motivo de preocupação, que surge, não quanto à escolha dos elementos mas sim ao número enorme de pessoas que exige. Espera-se no entanto que no dia 21 tudo esteja em ordem.

«As dificuldades, salienta o arquitecto Mário Bruxelas, são as dificuldades naturais de uma organização que exige grande mobilização e numa falta de previsão que se compreende por não haver antecedentes. Mas isto constitui uma prova de capacidade e pode dar uma ideia daquilo que as pessoas seriam capazes de fazer para outras coisas construtivas.

Uma das atribuições dos governos civis na organização do aparelho eleitoral era a distribuição das salas e outros recintos para comícios durante a campanha. Esperava-se que fosse um trabalho difícil mas isso não sucedeu:

Até agora não tem havido problemas e conseguimos um grande número de locais para esse fim. Nunca exercemos um controlo muito legalista. Até hoje apenas houve um contratempo com a Escola Agrícola da Paião que foi oferecida para a realização de comícios sem o conhecimento dos alunos nem do corpo docente. Quando viram a primeira sessão marcada recusaram e a Escola teve que ser retirada da lista.

Ainda há muitas casas por utilizar. Observa-se que os partidos não estão a ir muito para grandes comícios e temos tentado arranjar casas de menor lotação. De qualquer forma não tem havido dificuldade em obter casas. Os proprietários normalmente concordam em cedê-las.

Num comentário final salientou-nos o arquitecto Mário Bruxelas:

O País organicamente não tinha estruturas para isto e a própria lei é uma lei em fascículos.

AGENDA POLÍTICA

RÁDIO RENASCENÇA

Hoje

22.30 — FSP; 22.40 — CDS; 22.50 — FSP; 23.00 — PPM; 23.10 — PCP; 23.20 — MDP; 23.30 — MES; 23.40 — CDS; 23.50 — MDP.

R.C.P.

Hoje

22.30 — FEC; 22.40 — FSP; 22.50 — FEC; 23.00 — LCI; 23.10 — PS; 23.20 — PPD; 23.30 — UDP; 23.40 — LCI; 23.50 — PCP.

EMISSORA NACIONAL

19.00 às 20.30 — MDP; PCP; PUP; UDP; MDP; UDP; FEC; FSP; PPD.

RADIO PENINSULAR
RÁDIO VOZ DE LISBOA

22.15 às 23.45 — PPD; CDS; PS; MES; PPM; PUP; FEC; PCP; UDP.

TELEVISÃO

Hoje

Depois da 2.ª edição do Telejornal.

Temas e Candidatos.

LCI — «Luta nos C.T.T.» e «Programa de acção LCI e luta pelo Governo dos trabalhadores Maria Amália Poças (Lisboa) e Francisco Sardo (Lisboa).

PPM — «Comunalismo — Reforma Administrativa». Ferreira do Amaral e T. Val Guimarães.

PPD — «Agricultura». Santos Oliveira.

PORTUGAL 75

PONTO ELEITORAL dedica todos os dias a sua atenção a um distrito do País e publica, sobre cada um deles, uma série de elementos úteis, não apenas a quem reside, mas a todos os portugueses interessados em saber como se vive e vota em Portugal:

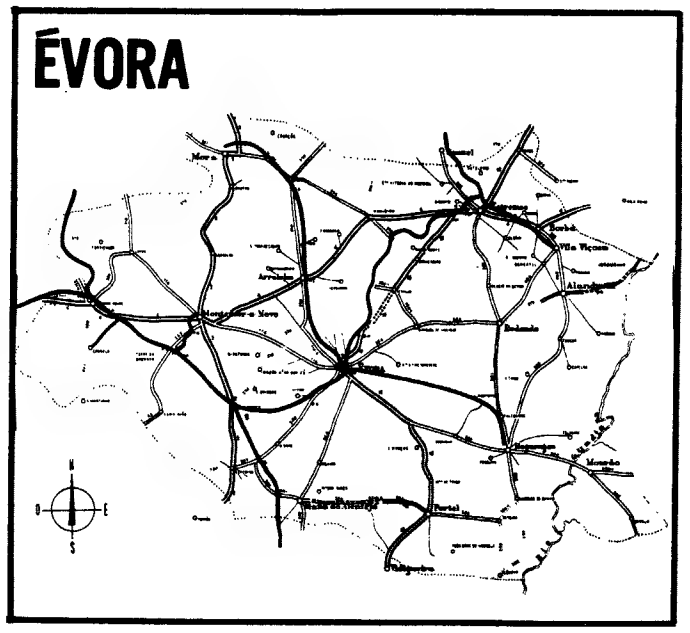
1) Elementos estatísticos sobre a sua população e nível de vida.

2) Lista de todos os partidos que nele concorrem às eleições e nomes dos seus candidatos.

3) Informações diversas úteis a todos os eleitores.

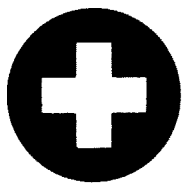
Os distritos são tratados por ordem alfabética.

ÉVORA



ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

POPULAÇÃO	ÉVORA	CONTIN.
Nível:		
População residente no meio do ano de 1973 (em milhares)		
Homens	169,3	3 803,4
Mulheres	81,6	4 242,4
Total	87,7	8 045,8
População activa em 1970 (em milhares)	72,0	2 988,2
Percentagem da população residente	40,3 %	37,0%
Evolução:		
Evolução entre 1960 e 1970	Diminuiu em 12 concelhos	
Densidade:		
N.º médio de habitantes por km2	20	91
Emigração:		
N.º de habitantes que emigraram oficialmente entre 1960 e 1970	4.792	740 037
Mortalidade:		
N.º médio de óbitos por mil habitantes (1973)	13,1	11,1
Mortalidade infantil, por mil nados-vivos (1973)	41,8	43,6
Percentagem de óbitos de crianças com menos de um ano de idade	4,9 %	7,9%
N.º total de óbitos	2.210	89 079
Óbitos tendo por causa tuberculose do aparelho respiratório e pneumonias (1973):		
Número	89	6 081
Percentagem do total dos óbitos	4,0 %	6,8%
Óbitos tendo por causa enterites e outras doenças diarreicas (1973):		
Número	19	2 130
Percentagem do total dos obitos	0,9 %	2,4 %
Natalidade:		
N.º médio de nascimentos por mil habitantes (1973)	15,3	19,9
N.º total de partos (1973)	2.613	162 492
Partos em estabelecimentos de saúde com internamento (1973):		
Número	1.639	84 055
Percentagem do total de partos	62,7 %	51,7%
Partos sem qualquer assistência	467	33 348
Percentagem do número total	17,9 %	39,7%



Saúde:		
N.º total de estabelecimentos de saúde incluindo farmácias e postos (1973)	181	5 423
N.º de estabelecimentos de saúde com internamento (1973)	23	544
N.º de camas existentes	1 239	49 590
N.º de médicos	97	6 254
N.º de maternidades	0	22
N.º de habitantes por estabecimento	7 361	14 790

Educação:		
Estabelecimentos de ensino:		
De ensino infantil	3	317
De ensino primário	308	15 386
De ciclo preparatório	19	822
Do ensino liceal	10	440
Do ensino técnico	6	225
Do ensino superior	2	57
De outros tipos de ensino	6	191
Total	354	17 438
Pessoal docente (1973):		
Do ensino infantil	8	709
Do ensino primário	580	129 210
Do ensino preparatório	305	12 386
Do ensino liceal	148	8 788
Do ensino técnico	259	9 718
Do ensino superior	40	3 396
De outros tipos de ensino	37	1 705
Total	1 377	65 912

Secretário-geral PCP: Álvaro Cunhal

programa

O objectivo supremo do Partido Comunista Português é a construção do socialismo e do comunismo. Este objectivo inspira toda a actividade do Partido desde a sua fundação em 1921.

I — A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E NACIONAL E OS SEUS OBJECTIVOS

Nas condições existentes em Portugal, o P.C.P. definiu a etapa actual da revolução como uma revolução democrática e nacional. Democrática porque acabando com a tirania fascista e instaurando a liberdade política, porá termo ao domínio da oligarquia financeira, defenderá os interesses populares, realizará uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa. Nacional porque acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país.

Trabalhando incansavelmente ao longo dos anos para a unidade das forças democráticas e patrióticas com vista ao derrubamento da ditadura fascista, lutando firmemente após o 25 de Abril pela unidade das forças democráticas e pela aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, insistindo em que a tarefa essencial na situação política presente é a realização de eleições para a Assembleia Constituinte e a instauração de um regime democrático, o Partido Comunista Português considera que estes objectivos se inserem no processo da revolução democrática e nacional — a actual etapa da revolução em Portugal.

No actual momento histórico, a grande tarefa que se coloca ante o P.C.P. é levar a cabo, com os seus aliados, a construção de um Portugal democrático, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, a libertação do domínio imperialista, a liquidação da herança colonial e uma transformação profunda da sociedade portuguesa ao serviço do povo e da independência nacional.

Trata-se de uma profunda transformação de carácter democrático que corresponde aos interesses do proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), dos empregados, dos pequenos e médios comerciantes, dos intelectuais.

1. Instaurar um regime democrático

Os comunistas lutam por um Portugal democrático, pacífico e independente, por um Portugal caminhando para o socialismo, em que coincidem duas realidades fundamentais:

A primeira é a existência de amplas liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e a liberdade de constituição e actividade de partidos políticos.

Comité Central PCP: Américo Leal

A segunda realidade do Portugal democrático no caminho do socialismo é a realização de profundas reformas económicas e sociais.

Muitas das medidas, definidas no tempo da ditadura fascista, com vista à instauração das liberdades democráticas, já foram realizadas depois do 25 de Abril. Mas muitas outras estão por realizar.

O P.C.P. luta pela construção de um Estado democrático — com forças Armadas, polícia, tribunais, funcionalismo, ao serviço do povo e da pátria. A consolidação das liberdades, a criação de órgãos do poder que assegurem ao povo português a escolha dos governantes e a determinação da política nacional, a criação de um Estado democrático que seja o instrumento para quebrar a resistência dos monopolistas e latifundiários e para defender o novo regime das tentativas de contra-revolução

Comité Central PCP: Sofia Ferreira

Comité Central PCP: Pedro Soares

tados, foi aberta com uma comunicação de Bento Gonçalves, posteriormente escolhido para secretário-geral, podendo dizer-se que esta conferência deu início à actividade clandestina do Partido. O primeiro número clandestino do «Avante» saiu

Comité Central PCP: Rogério Carvalho

no dia 15 de Fevereiro de 1931 seguindo-se-lhe, em 1933, «O Militante». Em 1931 foi criada a Comissão Intersindical (C. I. S.) desenvolvendo-se rapidamente, a partir dessa data, a «O. R. A.» (Organização Revolucionária da Armada), em grande parte devido aos esforços de Manuel Guedes, Oliver Bartolo e Fernando Vicente; a O. R. E. (Organização Revolucionária do Exército) e a Federação das Juventudes Comunistas, de que Álvaro Cunhal foi secretário-geral a partir de 1934. Na sequência das lutas reivindicativas dirigidas pelo Partido, tiveram lugar, em 1931/32, greves nas construções navais, greves organizadas pelos marítimos do porto de Lisboa, pelos marítimos de Setúbal e pelos vidreiros da Marinha Grande. Este período caracterizou-se, ainda, pela expansão do movimento estudantil nas universidades e nas escolas técnicas.

No Verão de 1946, realizou-se o IV Congresso do Partido, tendo Álvaro Cunhal apresentado o relatório político. Em 1949 a acção política desenvolvida durante os anos anteriores culminou com a actividade do Partido no decorrer da campanha do general Norton de Matos podendo dizer-se que muitos dos portugueses actualmente em evidência na política nacional iniciaram a sua actividade nas fileiras do M. U. D., em cuja organização o Partido deporque o Partido tinha um forte apoio na classe operária e não lhe faltavam dirigentes dispostos a todos os sacrifícios como J. Gregório, S. Vilarigues, Octávio Pato e Blanqui Teixeira e outros. Nos anos seguintes, os quadros do Partido foram reforçados com dirigentes experimentados como Joaquim Gomes, Cândida Ventura, Américo Leal, Afonso Gregório, Georgette e Sofia Ferreira, José Magro, António Gervásio, Alda Nogueira, José Carlos e Rogério de Carvalho.

A candidatura de Rui Luís Gomes, em 1951, deu origem a uma campanha política em que o Partido voltou a revelar-se particularmente activo, mas a sua acção no campo político prosseguiu em todos os sectores de actividade: apoiou e fomentou as greves dos camponeses alentejanos de 1952 e de 1954, bem como as greves dos pescadores de 1955 e de 1957. As vítimas, ao longo desta luta foram aumentando: em 1950, Alfredo Lima foi vitimado por uma bala e Catarina Eufémia foi morta a tiro de metralhadora em 1954.

O V Congresso do Partido teve lugar em 1957, tendo sido aprovados relatórios apresentados por Octávio Pato, Dias Lourenço, J. Serra e J. Gomes. Este congresso proclamou o direito dos povos das colónias portuguesas à imediata e completa independência.

Em 1958, por ocasião das candidaturas do general Humberto Delgado, e de Arlindo Vicente, o Partido voltou a desenvolver uma intensa campanha e, dois anos mais tarde, com a fuga dos presos de Peniche, alargou ainda mais a sua influência.

Em 1960 promoveu manifestações nas ruas de Lisboa e apoiou os grevistas de Aljustrel. Se é certo que até 1961 o Partido Comunista Português desenvolveu uma intensa e profícua actividade, é igualmente certo que a crise do regime fascista provocada pelo início da luta armada em Angola lhe abriu novas perspectivas. A partir desse ano, a Imprensa clandestina do Partido entrou num período de expansão até então nunca atingido e os seus militantes desenvolveram uma acção ainda mais intensa em apoio dos povos coloniais. Em 1961 a campanha em torno das eleições para a Assembleia Nacional foi particularmente intensa e culminou em manifestações de rua em Almada, Lisboa, Alpiarça, Coimbra e outras localidades. Morreu nesse ano, em Almada, Cândido Martins. O ano de 1962 foi rico em acontecimentos reveladores da actividade do Partido: manifestações de rua no Porto (31 de Janeiro e 8 de Março), greves e plenários na Universidade, lutas de mineiros em Aljustrel e, para coroar toda esta actividade, as greves do 1.º de Maio no Alentejo, que levaram à conquista do horários de 8 horas de trabalho. As vitórias, porém, alternaram com os reveses: em 1961, a PIDE assassinou J. Dias Coelho e prendeu P. Jorge, Octávio Pato e C. Costa; em 1962, prendeu Dias Lourenço e, em 1963, Blanqui Teixeira. Embora profundos, nenhum destes golpes afectou a vitalidade do Partido que se manteve na vanguarda da luta reivindicativa, como se demonstrou com as greves de Pero Pinheiro (Maio de 1965) e em muitas outras jornadas importantes. Em 1965 realizou-se o VI Congresso do P. C. P.. O relatório político foi apresentado por Álvaro Cunhal, tendo sido aprovado o novo programa do Partido e uma nova redacção dos seus estatutos.

Com a chegada ao Governo de Marcelo Caetano, intensificou-se ainda mais, tendo o Partido aproveitado as eleições para uma nova campanha. O 1.º de Maio de 1970 foi o reflexo deste esforço, que se traduziu igualmente na destruição, no porto de Lisboa, de armas destinadas às guerras de Africa e, em Outubro, com a sabotagem do CUNENE pela A. R. A.(Acção Revolucionária Armada).

No dia 20 de Outubro, caído o regime fascista contra o qual se batera ao longo de quase toda a sua existência, o Partido Comunista Português realizou o seu VII Congresso (extraordinário) em plena liberdade. No decorrer desse congresso, tanto o programa como os estatutos foram adaptados às novas circunstâncias criadas pelo 25 de Abril.

Comité Central PCP: Pires Jorge

Alunos matriculados (1973):		
No ensino infantil	99	17 139
No ensino primário	15 061	895 978
No ensino preparatório	4 642	193 603
No ensino liceal	3 641	170 814
No ensino técnico	3 307	150 469
No ensino superior	274	53 918
Em outros tipos de ensino	347	15 162
Total	27 371	1 497 083
Cantinas escolares (1973):		
Total	70	1 585
N.º de alunos beneficiados	2 435	118 412

ACTIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS:

N.º de bibliotecas existentes (1973)	4	249
Museus existentes	5	114
N.º de receptores existentes	13 290	605 112

CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES:

N.º de fogos construídos para habitação (1973)	245	19 600

ENERGIA ELÉCTRICA:

N.º de consumidores (1973)	43 228	2 232 097
Consumo total de energia eléctrica em 1000 kw/h (1973)	83 657	8 192 378
Consumo total por habitante em Kw/h (1973)	494	1 018

£

Estabelecimentos comerciais por grosso e a retalho (1968):		
Total	4 683	
Com de uma a três pessoas ao serviço	4 242	

IMPOSTOS:

Imposto profissional:		
N.º de contribuintes (1973)	6 006	468 993
Rendimentos tributados (em milhares de contos - 1973)	394,4	38 886.0
Imposto complementar:		
N.º de contribuintes (1973)	2 035	168 192
Rendimentos colectáveis (em milhares de contos - 1973)	335,4	44 152,4

Divisão da propriedade:

Explorações agrícolas:		
Com menos de 0,5 ha	1 703	249 915
Entre 0,5 e 5 ha	5 343	442 526
Entre 5 e 20 ha	2 590	67 518
Entre 20 e 50 ha	649	10 008
Entre 50 e 200 ha	375	3 935
Entre 200 e 1000 ha	310	1 570
Entre 1000 e 2500 ha	79	260
Com mais de 2500 ha	26	62
Total	11 075	775 794
Percentagem das explorações por conta própria	67 %	63%

PRODUÇÃO, POUPANÇA (1) E REMESSAS DE EMIGRANTES:

Produto interno bruto do distrito em percentagem do valor total do continente (1970)	2.0 %	100%
Produto interno bruto por habitante em contos (1970)	18.0	19.8
Poupança total por habitante em contos	4.9	5.8
Poupança dos particulares por habitante em contos (1970)	2.2	2.9
Remessas de emigrantes recebidas no distrito, em milhões de contos	0.2	19.2

OS DISTRITOS PERANTE AS CONSTITUINTES

Previsão da população com 18 ou mais anos em 31

Dezembro	111 100
Número definitivo	135 144
Número de deputados	5
Número de assembleias e secções de voto	294

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
JOSÉ MATIAS, SARL
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
2.ª CONVOCATÓRIA

De harmonia com o disposto no Decreto-Lei n.º 156/75, de 25 de Março, é convocada a Assembleia Geral Ordinária, desta sociedade para reunir na Avenida Estados Unidos da América, n.º 97-1.º Esq.º em Lisboa, no dia 29 de Abril, pelas 11 horas, a fim de:

a) Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974;
b) Tratar de quaisquer assuntos de interesse para a Sociedade.

Lisboa, 7 de Abril de 1975

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL
Dr. Rogério Fernandes Ferreira

ÉVORA
partidos e candidatos

CDS

1 Alberto Carrapatoso de Freitas, engenheiro, 48 anos
2 Ana Virgínia Barroso, doméstica, 39 anos
3 Francisco Manuel Diogo do Carmo, caixeiro viajante, 26 anos
4 Reinaldo de Araújo Diniz, estudante-trabalhador, 22 anos
5 Rui Manuel de Carvalho Correa de Oliveira, estudante, 21 anos

FSP

1 José Martins, comerciante, 42 anos
2 António da Cruz Miranda, topógrafo, 51 anos
3 Joaquim Manuel Abrantes Benido, electricista, 25 anos
4 Teresa Maria Salgueiro Vasconcelos Sá, func. pública, 26 anos
5 António Gonçalves Filipe, programador mecanog, 29 anos
6 José António Monteiro Sobreiro, funcionário público.

MDP/CDE

1 Miguel Afonso Fonseca Dias Bacelar, empregado bancário
2 Acácio Moreira Alferes, engenheiro electrotécnico
3 Maria de Jesus Brito Lourinho, terapeuta de fala
4 Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes, economista
5 Paulo de Lima Lencastre, u médico.

1 Dinis Miranda, trabalhador agrícola, 45 anos
2 António Manuel dos Santos Murteira, regente agrícola, 27 anos
3 Artur José Rodrigues de Jesus, empregado de escritório, 39 anos
4 João Joaquim Machado, operário agrícola, 53 anos
5 Manuel Fernandes Nobre de Gusmão, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa
6 Adalcino Rodrigo Honório Bragado, operário estofador, 25 anos
7 Maria Natália Antunes Ribeiro da Costa, professora do Ensino Secundário, 29 anos
8 José Manuel do Nascimento Julião, operário metalúrgico, 39 anos

PPD

1 Clodomir Sá Viana Alvarenga, coronel na reserva
2 Luís Alberto Gomes Rosa, advogado, 31 anos
3 Antonio Josué Salgueiro, agricultor, 43 anos
4 Maria Virgínia Estorninho, empregada de seguros, 31 anos
5 Manuel Fialho Correia, veterinário, 44 anos

PARTIDO SOCIALISTA

1 Pedro Coelho, engenheiro
2 Etelvina Lopes de Almeida, jornalista
3 Joaquim Pendrelico, trabalhador rural
4 António Diogo Teles, despachante de camionagem
5 Jaime Constantino, mestre de oficina

FRENTE ELEITORAL POPULAR

1 Catarina Felicidade Nogueira Lopes, professora, 21 anos
2 Augusto Teixeira Marques da Costa, prof. do ensino secundário, 22 anos
3 João Carlos Rodrigues Regueira, prof. ensino secundário, 23 anos
4 José Maria Cerdeira Maurício, operário de serração de mármores, 22 anos
5 José Luís Rosado Pereira, opr. metalúrgico, 21 anos

UDP — união democrática popular

1 Dionísio Silva Lopes, assalariado rural
2 J. Rosa, operário metalúrgico
3 J. Manuel Valente Pernicha, operário metalúrgico
4 Carlos Almeida, oper. metalúrgico
5 Manuel Carapinha, empregado de balcão.

prático... fácil... e eficiente!

Mesmo no centro de Lisboa um local onde pode

. Fazer a sua assinatura
. Colocar o anúncio que lhe interessa
. Comprar números atrasados
. Tratar de qualquer assunto relacionado com o jornal

Diário de Lisboa

loja dos restauradores - restauradores 7

Imprensa que terminou no dia 3 de Março. Os primeiros organismos de direcção do Partido foram eleitos no decorrer de uma assembleia geral que teve lugar no dia 6 de Março de 1921 na Associação dos Empregados de Escritório de Lisboa e, nesse mesmo ano, saiu o primeiro órgão do Partido — «O Comunista».

Em 1922, o Partido Comunista Português — o nome do Partido fora escolhido no dia 28 de Dezembro de 1921, no decorrer de uma assembleia em que participara, entre outros, Nascimento da Cunha — aderiu à Internacional Socialista e um ano mais tarde organizou o seu I Congresso, em que participaram 118 delegados, ou seja cerca de um quarto dos membros nele inscritos. O primeiro secretário-geral do «novo partido» — foi assim que o «Diário de Lisboa» se referiu pela primeira vez ao P. C. P. — foi José Carlos Rates. Nesse mesmo ano já o Partido se preparou para concorrer às eleições parlamentares de 10 de Julho, podendo dizer-se que nos dois anos seguintes foi ganhando terreno. Consciente das manobras da reacção para liquidar a República, o P. C. P. advertiu o País contra os perigos que corria mas não lhe foi possível, dada a sua debilidade, organizar a defesa. Liquidada a República Parlamentar pelo golpe de 28 de Maio, que teve lugar um dia antes do início do II Congresso do Partido (29 e 30 de Maio de 1926), as autoridades do novo regime iniciaram o que viria a ser uma longa e pertinaz perseguição ao Partido e a todos os seus membros, bem como a todas as organizações de projecção na classe operária: anarquistas e comunistas começaram a ser presos e, em 1927, as sedes do P. C. P. e da C. G. T. foram definitivamente encerradas. No ano seguinte, porém, Bento Gonçalves que fora à U. R. S. S. como delegado do Arsenal da Marinha, entrou para o Partido e iniciou a luta pela constituição de um partido revolucionário. Outro dirigente que se distinguiu nesta fase da vida do Partido foi Manuel Pilar. A conferência do Partido de 21 de Abril de 1929, em que participaram 14 dos 39 membros então regis-

▶

Foi assim que o «DL», no seu número de 9 de Junho de 1921, se referiu ao 1.º Congresso do PCP e à intenção em que esse partido estava de concorrer às eleições de 10 de Julho.

PROBLEMA SOCIAL ENTRE ...IÓS E A 3.ª INTERNACIONAL

O partido comunista, em organização, prepara-se para concorrer ás urnas depois do seu primeiro congresso

"O operariado mais avançado parece encontrar, finalmente, nos partidos comunistas a formula desejada da sua expressão politica

O "Diario de Lisboa" entrevista o escritor Manuel Ribeiro, autor do livro "Catedral"

Agora que todas as forças heterogeneas da nação parecem preparar-se para uma renhida luta eleitoral, uma pregunta ocorre ao espirito curioso do jornalista que sobre o mesmo assunto já consultou alguns representantes de diversas facções politicas:

—O partido comunista concorre ou não ás urnas?

E, após esta, logo outra pregunta nos sugere:

—Quais são as forças do novo partido, nascido de uma complicada evolução de ideias, e serão elas bastantes para conquistar algumas cadeiras no Parlamento?

Eis o que nos levou a procurar o sr. Manuel Ribeiro, dentre os avançados, o inteleotual que se nos afigura mais esclarecido nas questões sociais e que, pela sua figura marcante de escritor, com mais autoridade nos pode elucidar.

O autor da «Catedral» recebe-nos no seu gabinete de trabalho e, dispensando-nos, um acolhimento afectuoso, de amigo, declara-nos:

—Não me parece que o partido comunista concorra já ás urnas, nas proximas eleições. O partido comunista português é uma organização que acaba de formar-se e em cujo seio se debate ainda a questão melindrosa—mais questão de principio do que de conveniencia tactica—da ida ou não ao Parlamento. Admira-se? E' que a génese deste partido deu-se um pouco fóra das normais usuais. Entre nós, foi uma maioria de libertarios e sindicalistas, abstencionistas, como sabe, que lançou a ideia do partido: lá fóra os partidos comunistas resultaram de scisões abertas na massa dos partidos socialistas e em que o pomo da discordia foi menos uma questão de principios do que a adesão á Internacional de Moscow.

—A 3.ª Internacional?

—A 3.ª Internacional. Não ignora o meu amigo que a revolução social na Russia, que deu o poder ao proletariado, influenciou enormemente as massas trabalhadoras de todos os paizes, influencia que se deu não só nas suas agrémiações politicas mas que se repercutiu tambem nas organizações economicas. Em França, o paiz classico do sindicalismo rigido, impermeavel ás infiltrações politicas, acaba de realizar-se o congresso da construção civil que não só deu a sua adesão á Internacional Sindical Vermelha, como votou o seu apoio a qualquer partido que se resolva fazer a revolução, partido que, indiscutivelmente, não pode ser outro senão o comunista. Estamos na *saison* dos congressos e é agora que se procede ao balanço de forças das varias tendencias, balanço que, tudo leva a crêr, será favoravel a Moscow.

Parece que o operariado avançado, cansado do passo lento socialista, encontra finalmente nos partidos comunistas a formula desejada da sua expressão politica.

—O que separa então os socialistas dos comunistas?

Manuel Ribeiro concentra-se, acomoda-se melhor na sua cadeira e responde-nos:

—Da parte destes ultimos, regresso á luta de classes, amortecida, senão de todo abandonada pela social-democracia; oposição absoluta ao reformismo parlamentar e colaboracionismo ministerial, fomentar e preparar a revolução e adesão á 3.ª Internacional de Moscow.

—Mas vão ou não ao Parlamento?

—Como se vai ocupar um ponto estrategico... E' a tatica ordenada pela 3.ª Internacional para os organismos legais. A criação desta 3.ª Internacional pelos bolcheviques russos foi o fermento da dissolução lançada no seio dos partidos socialistas que se dividiram nitidamente em dois campos: os centristas sociais patriotas apegados á 2.ª Internacional e os extremistas revolucionarios que se reorganizaram em torno da bandeira vermelha de Moscow e adoptaram em todos os paizes a designação de partidos comunistas. Foram os proprios bolcheviques, que eram antes da Revolução a fracção maioritaria da social-democracia russa que, ao conquistarem o poder, para marcarem bem a distancia que os separava dos socialistas reformistas, se crismaram de partido comunista russo. Daí o exito da rubrica...

—Desse modo os partidos comunistas são incondicionais partidarios dos metodos russos?

—Exactamente. Conquista do poder politico e ditadura do proletariado até á reforma completa da sociedade.

—E tem dado resultado a ditadura na Russia?

—Sem duvida alguma. O povo russo trabalha com alma na consolidação da sociedade nova. Há dirigentes mas não há senhores. Trabalha-se para a colectividade, jamais para um patrão.

—Parece-lhe, então, que se progride na Russia?

—Tomar-lhe-ia tempo e espaço com a pormenorização do trabalho herculeo dos «soviets», na sua luta contra o analfabetismo e cultura tecnica.

—Mas voltando ao assunto que nos trouxe, qual será, segundo os seus calculos, a attitude da C. G. T. perante a ida provavel do partido ao Parlamento?

OS PARTIDOS UM A UM

PCP ficha

Secretário-geral: Álvaro Cunhal.

Secretariado do Comité Central: Álvaro Cunhal, Sefgio Vilarigues, Octávio Pato, Joaquim Gomes.

Comité Central: Efectivos: Álvaro Cunhal, Américo Leal, Ângelo Veloso, António Gervásio, Blanqui Teixeira, Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, Carlos Costa, Dias Lourenço, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Francisco Miguel, Georgette Ferreira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, José Magro, José Vitoriano, Octávio Pato, Pedro Soares, Pires Jorge, Rogério de Carvalho, Sérgio Vilarigues e Sofia Ferreira.

Suplentes: Albano Nunes, Alda Nogueira, António Santos, Aurélio Santos, Carlos Luis, Horácio José, Ilídio Esteves, José Bernardino, José Carlos Almeida, José Pedro Soares, Manuel Pedro, Margarida Tengarrinha e Raimundo Narciso.

SEDES POR DISTRITO

AVEIRO:
Av. Lourenço Peixinho, 118. 2.º d.

BEJA
Rua Ancha, 21

BRAGA
Largo de S. Francisco, 28

BRAGANÇA
Av. João da Cruz, 108

CASTELO BRANCO
Praça do Rei D. José, 23, 1.º

COIMBRA
Rua da Sofia, 73, 1.º E - Tel. 26677

ÉVORA
Praça Luis de Camões, 12, 1.º

FARO
Largo do Mercado, 25, 5.º

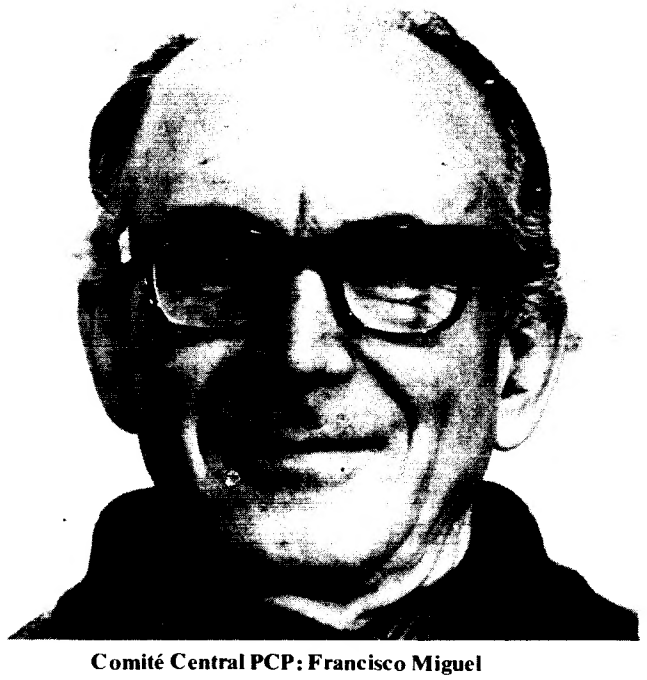
GUARDA
Rua 31 de Janeiro.

LEIRIA
Rua Machado dos Santos, 25, 1.º

LISBOA
Av. António Serpa, 26, 2.º, Esq.º. Telf. 772284

PORTALEGRE
Rua do Comércio, 46, 1.º

Comité Central PCP: António Dias Lourenço



Comité Central PCP: Francisco Miguel

PORTO
Rua Aníbal Cunha, 94

SANTARÉM
Praceta Pedro Escuro, 10, 1.º Esq.º

SETÚBAL
Av. Dr. Manuel de Arriaga 8, r/c

VIANA DO CASTELO
Rua Manuel Espregueira, 206

VILA REAL
Rua da Misericórdia, 56, 1.º e 2.º

VISEU
Rua 21 de Agosto, 1, 1.º

ANGRA DO HEROISMO
Vivenda Silveira, Vinha Brava

FUNCHAL
Rua da Carreira, 139

O P.C.P. concorre às eleições em todos os círculos à excepção dos emigrantes.

Orgão oficial: «AVANTE», com a redacção e administração na Av. Santos Drumont, 57, 3.º e de que é director António Dias Lourenço. É semanal e sai às 6.ªs -feiras. Durante o período de propaganda eleitoral, o «AVANTE!» publica ainda um suplemento diário

BREVE HISTÓRIA DO PARTIDO

Ainda que sob a influência anarquista — dominante durante a Primeira Guerra Mundial — a classe operária portuguesa entusiasmou-se pela Revolução de Outubro e apoiou-a criando, com esse objectivo, círculos destinados a popularizar as suas experiências. Integrada neste movimento de apoio aos objectivos dos revolucionários russos, fundou-se, em 1919, a **Federação Maximalista Portuguesa** e começou a publicar-se o semanário «Bandeira Vermelha». Foi destes círculos que surgiu, com o apoio de alguns militantes anarquistas, a ideia de se criar um partido revolucionário da classe operária — o Partido Comunista Português que veio a surgir no dia 28 de Dezembro de 1919. As bases do novo partido foram aprovadas em 1 de Março de 1921 sem que a Imprensa portuguesa lhe tenha dado um grande relevo por se ter iniciado, no dia 17 de Janeiro, uma greve dos trabalhadores da

DIA-A-DIA

Dia 11 de Abril — Sorteio feito pelo presidente da comissão administrativa municipal ou administrador de bairro dos nomes propostos, para preenchimento das vagas.

Até 13 de Abril — Será afixado, à porta da sede da junta de freguesia, um edital no qual constarão os nomes dos membros das mesas escolhidos pelos delegados das listas ou, no caso de falta de acordo, pelo presidente da comissão administrativa municipal ou administrador de bairro. O prazo de afixação é nas 48 horas seguintes à escolha, pelo que a partir do dia 6 de Abril já poderão começar a ser afixados os editais.

Até 15 de Abril — Reclamações, ao presidente da comissão administativa municipal ou administrador de bairro, contra a escolha dos membros das mesas das secções de voto. A reclamação pode ser feita por qualquer eleitor nos dois dias seguintes à afixação dos editais, pelo que a partir do dia 6 de Abril podem começar a ser feitas as reclamações.

Até 16 de Abril — Decisão das reclamações e no caso de ser atendida nova designação, por sorteio e sem possibilidades de reclamação, dos membros das mesas em falta. Esta decisão e nova designação pode ser feita na melhor das hipóteses, a partir de 7 de Abril e é feita pelo presidente da comissão administrativa municipal ou administrador de bairro.

Até dia 20 de Abril — É lavrado o alvará de nomeação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto pelo presidente da comissão administrativa municipal ou administrador de bairro participando as nomeações ao governo civil e às juntas de freguesia competentes.

Até dia 22 de Abril — É enviado, pelo presidente da comissão administrativa municipal ou administrador de bairro, ao presidente de cada assembleia ou secção de voto, um caderno de actas, impressos, mapas necessários e os boletins de voto.

Até dia 23 de Abril — Os membros das mesas ou secções de voto deverão extrair duas cópias ou fotocópias dos cadernos de recenseamento destinadas aos escrutinadores.

— As listas concorrentes à eleição podem desistir.

No dia 24 de Abril — As comissões de recenseamento entregarão todos os documentos que possuam à junta de freguesia respectiva ou à autoridade militar mais proxima que os guardarão sob a sua responsabilidade.

No dia 25 de Abril — Tem o cidadão eleitor o dever cívico de votar entre as 8 e as 19 horas na assembleia ou secção de voto que lhe foi destinada.

— Ás listas sujeitas a sufrágio serão novamente publicadas por editais afixados à porta e no interior das assembleias de voto.

SUFRÁGIO: NOVAS DETERMINAÇÕES OFICIAIS

Duas novas determinações do Ministério da Administração Interna — uma delas em despacho conjunto com a Presidência do Conselho — acabam de ser dadas a público, ambas significando medidas práticas de importância na fiscalização do Voto. A primeira refere-se à nomeação de um representante do M.A.I. na Comissão Nacional de Eleições e a segunda regula o direito de sufrágio dos delegados de listas.

Com efeito, o Secretariado Técnico de Assuntos Políticos do Ministério de Administração Interna exige em permanência a presença de um seu representante na Comissão Nacional de Eleições e é nesse sentido que se formula um diploma que acaba de remeter ao «Diário do Governo». Nele se nomeia para o referido posto o tenente-coronel de Artilharia Mário Stoffel Martins que substitui no cargo o comandante Vasco Almeida, director do Secretariado Técnico de Assuntos Políticos. O tenente-coronel Stoffel Martins desempenhou as funções de chefe de gabinete do ministro cessante Costa Brás.

Simultaneamente, um outro despacho, emanado conjuntamente pela Presidência do Conselho de Ministros e pelo Ministério da Administração Interna que determina que os presidentes das assembleias ou secções de voto devem permitir que os delegados das listas em outras assembleias ou secções de voto exerçam o seu direito de sufrágio logo que se apresentem e exibam a respectiva credencial.

Este despacho tomou em consideração que os delegados das listas concorrentes à eleição de deputados à Assembleia Constituinte poderão não estar inscritos no recenseamento correspondente à assembleia ou secção de voto em que deverão exercer as suas funções. Por outro lado, tem também em linha de conta que a lei consigna que votarão, em primeiro lugar, o presidente, vogais e delegados das listas.

ABC eleitoral

MANDATO

O termo mandato é usado em linguagem corrente para designar a relação que une, no plano da representação política, o mandatário, isto é, o deputado, ao mandante, isto é, o eleitor. Juridicamente o termo presta-se à contestação: contrariamente ao mandato de direito privado, o mandato representativo é geral e não se limita ao colégio eleitoral que o elegeu. É irrevogável porque o eleitor não pode pôr-lhe fim sem responsabilidade, porque ninguém pode exigir ao deputado que preste conta dos seus actos. Politicamente a distância entre os dois mandatos parece menor: a existência de programas eleitorais e de campanhas eleitorais, a publicação dos alistamentos eleitorais dos deputados, o cuidado que cada parlamentar tem com a sua circunscrição, a publicidade dos debates e dos votos no Parlamento, o conteúdo dos relatórios de mandato, a existência em certos países de processos de revogação, por fim a natureza e o papel dos partidos políticos, contribuem para explicar o emprego do termo mandato e a crescente imprecisão do seu significado.

Chama-se mandato imperativo o acto pelo o qual o mandatário recebe do seu mandante ordens precisas, obrigatórias e constrangedoras, cuja a não aplicação pode arrastar consigo retractação e revogação. Concretamente esta disposição que lembra ao deputado que ele não está ligado juridicamente pelos seus alistamentos eleitorais, pretende acima de tudo proibir a entrega pelo deputado ao seu partido, no momento da eleição, de uma carta de demissão não datada que poderia ser utilizada ulteriormente.

MILITANTE

O adjectivo, que provém de um verbo militar, pertence antes de mais à linguagem religiosa: a Igreja «militante» prepara a Igreja «sofredora» e a Igreja «triunfante»?

O adjectivo militante laiciza-se no século XIX, para designar uma doutrina conquistadora ou um homem muito activo nas suas convicções. O substantivo surge pouco antes da Comuna e diz respeito aos dirigentes políticos e sindicais do movimento operário.

A evolução linguística caminhará no sentido do alargamento. A palavra militante soltar-se-á mesmo do movimento operário para se estender a todos os que servem uma organização política ou sindical, a todos os que se consagram a uma causa que os ultrapassa. O vocabulário do movimento operário nem por isso deixa de ser específico. Enquanto que os partidos centristas ou conservadores só empregam o termo militante para os membros activos, benévolos, os sendicatos e os partidos operários chamam militantes aos seus permanentes. Devido a essa unicidade do vocabulário, há a afirmação teórica de que aqueles que deixam a «produção» para se consagrarem inteiramente ao movimento operário, ficam organicamente ligados àqueles que representam. Os profissionais da acção política ou sindical não deixam de ser combatentes, em última análise idênticos à «base».

PROGRESSISMO

Deveria designar-se por este termo toda a ideologia do progresso, toda a crença, segundo a qual as sociedades avançam naturalmente para um termo onde vão encontrar a sua realização e a sua plenitude, na felicidade, na justiça, na concórdia geral. Sob este aspecto, o pensamento da Revolução Francesa foi perfeitamente progressista, visto que foi ela a inventar a ideia do progresso. Deve entender-se por progressismo uma ideia política que pensa não só a mudança mas essencialmente a ruptura, a modificação completa das estruturas da sociedade, que instaura uma nova legalidade, um poder radicalmente diferente que é, noutros termos, a ideia revolucionária. Em todo o caso, o termo «progressista» é usado como etiqueta política sem que o elo com a sua significação ideológica seja marcado.

DE FORA PARA DENTRO

O jornal espanhol «Ya» (católico conservador) insere uma nota de Bartolomè Mostaza, na qual se afirma que «Portugal está, de facto e de direito (um direito revolucionário) sob o M. F. A.». Para o articulista, as Forças Armadas passaram a ser «uma milícia política, de claro matiz marxista». Tudo isto, porque «o pacto, que o **M. F. A.** impôs aos partidos os subordina ao papel de simples instrumentos». «Instrumentos», que, nos próximos cinco anos, «se limitarão a formalizar na Câmara os programas que emanem do M. F. A.».

Mais adiante, o articulista diz que «toda a oposição (directa ou indirecta) ao M. F. A. foi proibida», por isso as eleiçoes não irão traduzir-se numa escolha entre várias opções: «mais nenhuma opção resta que não seja a do programa marxista do M. F. A.». Mostaza entende que «o próprio Partido Socialista e o **P. P. D.** estão um pouco deslocados dos centros da decisão política nesta momento». E logo a seguir exprime uma esperança: «Só se o **M. F. A.** se dividisse nas duas tendências principais que se debatem no seu seio é que haveria esperança de os partidos democráticos levantarem a cabeça».

Por fim, lança um desafio: o M. F. A. «vai ter a sua prova de fogo nos programas económicos e financeiros. Se triunfar, triunfará também nos seus programas políticos. Mas, se fracassar, fracassará em todos, e o país mergulhará no caos e na miséria».

INFORMACIONES

«O regime português só se diferenciará do peruano numa série de liberdades ou jogos políticos formais, mas não na essência, dado que todo o poder — executivo e legislativo — se encontra nas mãos» das Forças Armadas. «Portanto, hoje o regime português é criptoperuano» — escreve o enviado especial do jornal espanhol, «Informaciones» sobre o pacto MFA-Partidos.

O jornalista Eduardo Barrenechea refere os partidos que se recusaram a assinar o pacto, e aqueles que «decerto se mostraram muito críticos»): O PS e o PPD (partidos que ele classifica de «os mais ecléticos»). Diz ele a propósito: os dois partidos «devem ter sido sumamente críticos. Direi mesmo críticos ao máximo, porque, se nesta ocasião, o **PS** e o **PPD** não tiverem dito ao **MFA** que a sua proposta equivale «quase» a uma ditadura militar ou a uma assunção quase absoluta de poderes embora respeite as liberdades fundamentais), então o PS e o **PPD** traíram publicamente o que publicamente têm afirmado — pela boca dos seus dirigentes máximos — em mil ocasiões. (...)

«Se agora adoptaram, pois, outra atitude será uma contradição impossível de justificar por razões políticas, pois há coisas de fundo, de raiz, que a política não pode justificar.»

O jornalista fala depois da atitude do MDP e do PCP «que certamente apoiarão sem objecções» o predomínio militar.

LA STAMPA

«Um novo momento da revolução portuguesa começou a delinear-se há dias, e encontrou agora confirmação na conferência de Imprensa do Primeiro-Ministro brigadeiro Vasco Gonçalves. Não fora a fluidez do momento actual — que impede o emprego duma terminologia demasiado precisa — e seríamos tentados a defini-lo como de moderado ou prudente» — escreve Sandro Viola, no jornal italiano «La Stampa», em comentário às palavras do Primeiro-Ministro. Para o jornalista, estão já atenuados a linguagem, o clima e o ritmo de acção política, que logo a seguir ao 11 de Março, fizeram crer numa forte e decisiva aceleração do processo revolucionário.

Exemplo disso: os observadores esperavam que, dum momento para o outro, surgisse uma drástica reforma agrária («que foi mesmo 'anunciada' por Alvaro Cunhal»), e, no entanto, essa reforma não chegou ainda, «e quando vier não terá provavelmente as conotações extremas que se tinham previsto.»

«O primeiro-ministro falou de «passagem lenta», de período transitório», e a sua linguagem «foi ponderada, as suas alusões, prudentes, e do seu discurso não pode deduzir-se que estejam próximas profundas reformas em direcção a uma economia socialista» — escreve o jornalista. As pressões internacionais e o equilíbrio de forças no seio das Forças Armadas terão sido, para Sandro Viola, os elementos que fizeram «desacelerar» a revolução.

Eis como o jornalista descreve as pressões internacionais; «Vindas de Moscovo, como parece, sobre o PCP, e da diplomacia ocidental sobre o Presidente da República, Costa Gomes as pressões externas (cujo objectivo era precisamente obter um compromisso de moderação, de atenuar o impulso que se seguiu aos acontecimentos do 11 de Março) «essas pressões» conseguiram, sem dúvida, parte dos resultados que tinham em vista. E conseguiram-nas, porque Portugal tem difíceis e urgentes problemas económicos, e não pode, assim, correr os riscos de os ver agravados por um boicote aberto do Ocidente.»

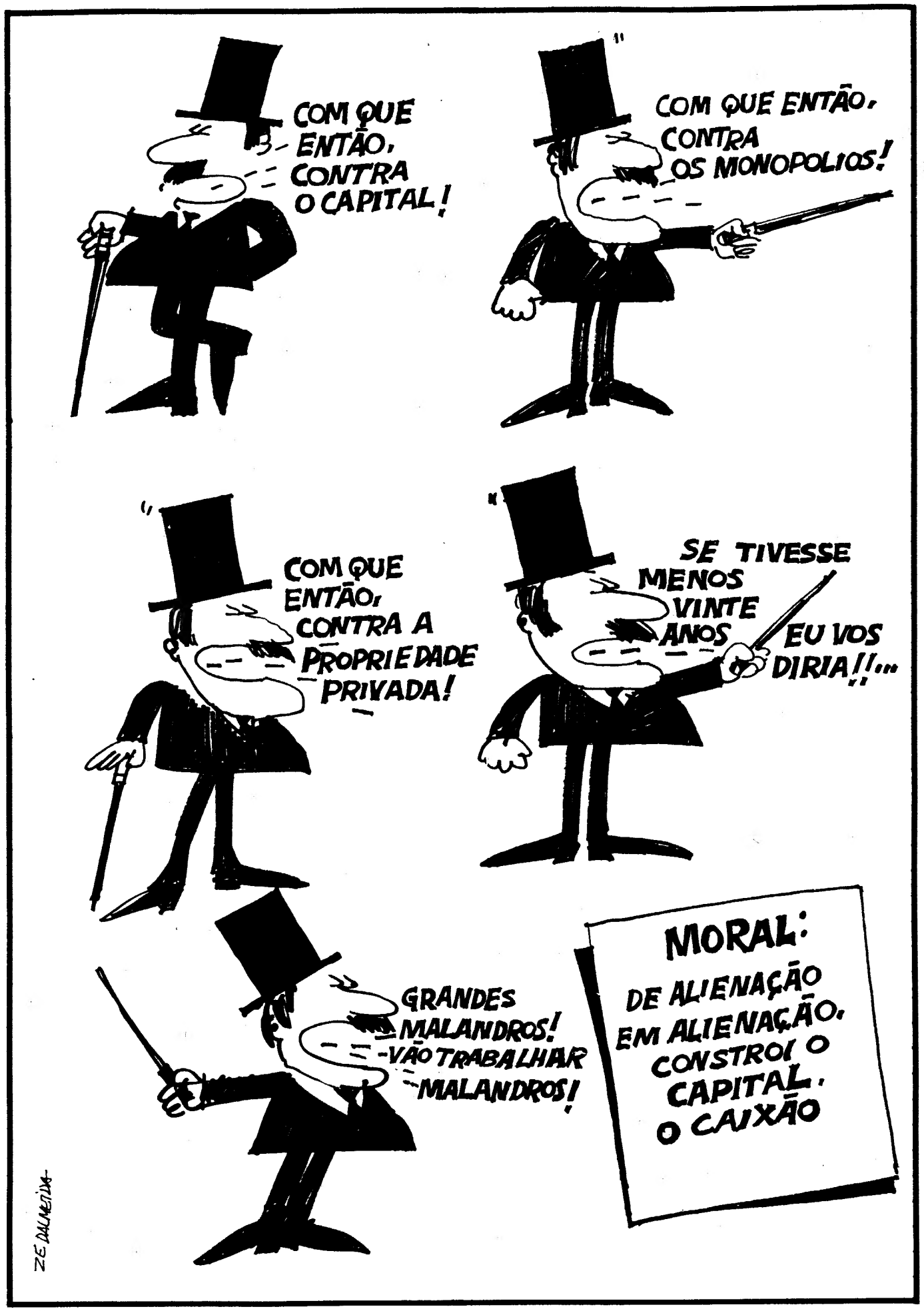
Quanto aos militares, esses — segundo o jornalista — preparam-se para uma fase de reflexão, fase em que a «iniciativa do grupo radical de Vasco Gonçalves se tornou menos fácil.»

«BERLINER ZEITUNG»

O jornal de Berlim-Leste, «Berliner-Zeitung» acusa «círculos influentes da NATO» de seguirem a sua «tendência fundamental para assegurar e ampliar as posições situadas no Mediterrâneo, procurando assim impedir o desenvolvimento das forças democráticas em países como Portugal e a Grécia, e de maneira preventiva, a Espanha.» — informa a ANI.

O mesmo jornal refere que «o caminho de desenvolvimento democrático empreendido em Portugal» serve agora de pretexto para proporcionar à Espanha de Franco um lugar no «bloco militar imperialista». A propósito, o jornal lembra o interesse particular que os EUA e a Alemanha Federal mostram agora em relação à Espanha, cujo prestígio pretendem aumentar.

O periódico alemão-ocidental «Tagesspiel» escreve um artigo que denuncia exacatamente as mesmas atitudes de certos membros da NATO, chamando a atenção para a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA Genscher, a Madrid, o qual «acaba de prometer ao regime franquista o seu apoio para que a Espanha se aproxime do Mercado Comum e da NATO.

O diário berlinense comenta o comportamento do Governo da Alemanha Federal para com o nosso País nos seguintes termos: para ele, «trata-se de impedir tanto quanto possível que o pilar situado no flanco sudoeste da NATO comece a fraquejar. E não menos importante deve ser para ele fortalecer as forças portuguesas que lhe são próximas, isto é, os socialistas, dirigidos por Mário Soares, e neutralizar a influência dos comunistas, dirigidos por Alvaro Cunhal.»

A Imprensa jugoslava, por seu turno, ocupa-se do pacto entre o MFA e os partidos. O diário «Vecernij List» de Zagreb, em artigo assinado por Ive Mihilovic, escreve: «os oficiais progressistas sentiam-se no dever de formular, com a maior precisão possível, o papel, os direitos e os compromissos das Forças Armadas na futura vida política do País.» E mais adiante: «É actualmente bastante claro que não se trata de estabelecer um sistema em que os partidos teriam o papel predominante e em que, por conseguinte, o parlamento se tornaria o cenário dum ajuste de contas entre partidos, talvez em detrimento do país e do povo.»